



**Carla Margarida
Martins Tavares**

**Identidade e Alteridade na *Peregrinação* de Fernão
Mendes Pinto**

dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Portugueses realizada sob a orientação científica da Dr^a. Maria de Fátima Mamede de Albuquerque Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho ao meu marido, por todo o apoio e incentivo, que tanto me ajudaram nos momentos mais difíceis, aos meus pais, por toda a ajuda, e muito particularmente à minha filha Margarida, a luz da minha vida e fonte da minha motivação (pelas horas em que não pude brincar contigo).

o júri

presidente

Prof. Dr. António Manuel dos Santos Ferreira
Professor Associado com Agregação da Universidade de Aveiro

Prof. Dr.^a Cláudia Maria Ferreira de Sousa Pereira
Professora Auxiliar da Universidade de Évora

Prof. Dr.^a Maria de Fátima Mamede de Albuquerque
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Agradeço toda a orientação e ajuda prestada pela Professora Doutora Maria de Fátima Mamede de Albuquerque, sem a qual este trabalho não teria sido possível.

palavras-chave

Identidade; alteridade; diálogo intercultural; multiculturalismo

resumo

O presente trabalho pretende apresentar uma análise da evolução antropológica de Fernão Mendes Pinto aquando do seu contacto com a cultura Oriental. É também nosso objectivo comprovar que a definição que o autor tenta fazer do “Outro” oriental lhe vai permitir redescobrir a sua identidade.

O encontro de uma cultura nova permitiu ao homem de Quinhentos iniciar o processo multicultural, e por conseguinte encetar o diálogo intercultural. Na análise da *Peregrinação* tentaremos reflectir de que forma Fernão Mendes Pinto foi influenciado por esse processo ao descrever o “Outro” com o qual se encontrou, e em tantos aspectos tão diferente de si.

keywords

Identity;otherness; intercultural dialogue; multiculturalism

abstract

The present work intends to present an analysis of the anthropological evolution of Fernão Mendes Pinto related to his contact with the oriental culture. It is also our purpose to prove that through the definition that the author tries to do of the “Other” he begins to rediscover his own identity.

The encounter with a new culture allowed the men of the 16h century to begin the multicultural process, and consequently the intercultural dialogue. In our analysis of the *Peregrinação* we will try to reflect about the way that Fernão Mendes Pinto was influenced by the process of describing the “Other”, with whom he contacted, and in so many ways so different from him.

ÍNDICE

Introdução	1
Identidade e Alteridade na <i>Peregrinação</i> de Fernão Mendes Pinto:	
Objectivos	3
Capítulo I: Fernão Mendes Pinto: da vida à obra	4
Capítulo II: A caracterização do “Outro”: Os orientais	13
As Mulheres	50
Os velhos	71
Os meninos	78
Os portugueses	85
Capítulo III: O Multiculturalismo presente na <i>Peregrinação</i>	102
Conclusão	121
Bibliografia	128

INTRODUÇÃO

A obra literária de Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, apresenta-se, para nós, como um texto de grande interesse cultural na medida em que ao longo das suas páginas somos confrontados com a questão do encontro de culturas. Neste sentido, o nosso deslumbramento pela obra levou-nos a querer aprofundar mais esta questão. De facto, consideramos que este assunto, para além de permanecer ainda hoje muito actual, está também ainda pouco estudado no âmbito da obra em análise. É, assim, nosso modesto ensejo dar um pequeno contributo para o esclarecimento de alguns aspectos relativos ao encontro de culturas presentes na *Peregrinação*.

Será inevitável falarmos de multiculturalismo, pois o descobrimento de novas culturas possibilitou o início do diálogo intercultural. No entanto, salientamos desde já que a nossa reflexão tem como escopo analisar a forma como os vários “Outros” que surgem na obra são percebidos pelo autor. Ao longo da nossa exposição teremos também presente a questão da alteridade, pois tentaremos relacionar a evolução antropológica sofrida por Fernão Mendes Pinto decorrente do seu contacto com o “Outro” oriental.

Desta feita, muitos outros assuntos relativos à obra não serão abordados, pois parece-nos pertinente restringir o objecto do nosso estudo, de forma a proceder a uma análise, o mais exaustiva possível, do mesmo.

A *Peregrinação*, através dos seus episódios mais dramáticos e lúdicos, deixa-nos perceber quão frágil é a condição humana e que, por isso mesmo, as diferenças em relação ao “Outro” se desvanecem, principalmente quando o ser humano sente a sua vulnerabilidade, tal como aconteceu a Fernão Mendes Pinto. Ao longo do nosso texto vamos tentar demonstrar que o confronto inicial do homem ocidental com outras terras e culturas vai dando lugar ao respeito por esse “Outro”, o que será revelador da aprendizagem interior que Fernão Mendes Pinto fez. Este surge-nos, assim, como o homem aventureiro que através da sua experiência de vida teve a coragem e sabedoria suficientes para nos deixar, mais do que um relato de aventuras, um testemunho de vida baseado numa evolução interior, tendo por base o

respeito pelo “Outro”. Relativamente a este aspecto, não poderíamos, certamente, descurar a análise à crítica que o autor faz dos portugueses, o que será consequência da sua descoberta de um “Outro” que muitas vezes emergirá como moralmente superior. Neste sentido, analisaremos a descrição que é feita da realidade social dos homens, mulheres, idosos e crianças orientais, tendo como contraponto os estereótipos que os portugueses transportavam consigo para o Oriente. Assim, iremos tentar perceber a perspectiva de Fernão Mendes Pinto em relação a essa realidade social tão distinta da sua, e de que forma tal facto terá condicionado, ou não, a visão do autor em relação ao “Outro”.

Veremos ainda, ao longo deste trabalho, que a interacção civilizacional decorrente das descobertas terá tido como consequência quase inevitável a questão da alteridade. Analisaremos também que o “Eu” irá começar por se definir através de um processo comparativo com a diferença, o que culminará na descoberta da sua própria identidade. Será esta visão que tentaremos explorar ao longo do nosso trabalho, tendo por base a reflexão crítica que o autor nos legou através da sua obra sobre o confronto e encontro de culturas.

Em suma, podemos referir que o objectivo central deste trabalho é analisar a importância das relações interculturais bem como a problemática da alteridade e identidade presentes na obra, destacando o facto de o encontro com a diferença e a sua aceitação permitir muitas vezes uma convergência para a unidade entre os seres humanos.

Por todos estes pressupostos, e resumindo os nossos objectivos, no trabalho que se segue desenvolvemos as seguintes ideias:

IDENTIDADE E ALTERIDADE NA *PEREGRINAÇÃO* DE FERNÃO MENDES PINTO

OBJECTIVOS:

Antes de mais intentamos apresentar uma análise da perspectiva de Fernão Mendes Pinto em relação ao “Outro” oriental, tendo por base uma reflexão centrada no olhar crítico do autor. Assim, pretende-se mostrar que no texto existe uma gradual aproximação à cultura Oriental, o que se reflecte na forma como o autor vai definindo e percepcionando o “Outro” ao longo do texto. Neste sentido, apresentamos como pontos a abordar os seguintes:

- a)** clarificar o que está subjacente à descrição que Fernão Mendes Pinto faz dos orientais: religião; tradição; hábitos e costumes antropológicos;
- b)** analisar as diferentes imagens do “Outro” presentes na obra: homens; mulheres; crianças; idosos;
- c)** reflectir sobre o posicionamento ideológico do autor em relação ao “Outro”, tendo em atenção noções de multiculturalismo;
- d)** trabalhar a importância das relações interculturais e a problemática da identidade e alteridade presentes na obra;
- e)** definir a intenção da atitude crítica do autor em relação aos portugueses à luz da dinâmica intercultural;
- f)** confrontar a visão do autor relativamente aos orientais e aos portugueses;
- g)** compreender a evolução antropológica de Fernão Mendes Pinto através do seu olhar sobre o Oriente;
- h)** concluir a análise do tema: respeito pela diversidade; respeito pelo “Outro”.

CAPÍTULO I - Fernão Mendes Pinto: da vida à obra

Fernão Mendes Pinto é em tudo uma das personalidades menos ortodoxas da sua época; o português «soldado, negociante, pedinte, embaixador, cortesão, jesuíta, pirata, “treze vezes cativo, dezassete vendido”».¹ Durante vinte e um anos de périplos por terras orientais o autor viu e ouviu muito que contar, o que registando em memória, e posteriormente através da pena, fez com que nos deixasse um legado cultural e literário incomensurável. Fernão Mendes Pinto, o português - aventureiro, na descoberta de novos mundos, do período de Quinhentos cujo legado literário permaneceu até hoje como um testemunho real de um homem que viveu a realidade do império português no Oriente, daí a sua obra se destaque na cultura e literatura portuguesas. A *Peregrinação*, afigura-se - nos assim como sendo paradigmática de um momento histórico da vida cultural portuguesa: os Descobrimentos. Época de exploração de um horizonte até então desconhecido, descoberta de novos mundos e consequente encontro de culturas. Fernão Mendes Pinto, através do seu olhar dá-nos a conhecer os sentimentos de um povo, que na procura de melhores condições de vida, partia para o Oriente à conquista da riqueza tão almejada. Desde sempre pobre e com uma infância difícil, Fernão Mendes Pinto não foi excepção e sentiu o apelo que tantos outros portugueses como ele haviam sentido e partiu para as terras do Sol Nascente. Por lá deparou-se com vários infortúnios que lhe ditaram por vezes uma sorte malfazeja, mas dos quais soube sempre defender-se, devido, sem dúvida, a uma personalidade determinada e sagaz.

Contudo, deveremos ter presente que o autor começou a escrever a sua obra ao fim de dez ou doze anos após ter regressado do Oriente, ou seja, por volta de 1568/69 até 1578/80. Pôde assim filtrar as imagens da sua viagem de peregrino por um mundo desconhecido. O próprio autor refere que

¹ Aquilino Ribeiro, *Aventuras extraordinárias de um Português no Oriente*, 8ª ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1976, p.5.

«tomando por princípio desta minha peregrinação»², vai evocar o que de mais profundo colheu na sua memória e de que forma através da sua trajectória, muitas vezes amarga, podemos nós, que lemos as suas palavras, aprender algo. A *Peregrinação* é-nos apresentada como uma alegoria da vida humana, das nossas errâncias ao longo de uma viagem na terra. O termo peregrino remete-nos para o sentido do viajante que anda por terras distantes, tendo-lhe associado um sentido religioso, ou seja, aquele que anda em «romaria por lugares santos ou em devoção».³ O cultivo dos modelos clássicos ao longo dos séculos XV e XVI trouxe consigo a ideia do peregrino, tome-se como exemplo a Eneida de Virgílio, na qual Eneias é um «joguete nas mãos dos deuses»⁴, tal como Fernão Mendes Pinto acaba por ser manietado pelo destino. Neste sentido, também o herói épico português, Luís de Camões, se refere à sua peregrinação:

Olhai que há tanto tempo que, cantando
O vosso Tejo e os vossos Lusitanos,
A Fortuna me traz *peregrinando*
Novos trabalhos vendo e novos danos⁵

A este propósito refere Hernâni Cidade que:

Trabalhos, perigos, decepções, *pobreza avorrecida* e, o que é pior, no mal-estar da inadaptação, como na surda e amarga revolta da incompreensão alheia, quando não das injustiças humilhadoras. Compreende-se como, numa alma cristã, tudo isto suscitasse o alor da fuga espiritual.⁶

² Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, vol.I, 3ª ed. Lisboa, Publicações Europa- América, p.20

³ Aurélio Buarque de Holanda, Novo *Aurélio*, *O Dicionário da Língua Portuguesa, século XXI*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1999.

⁴ A. J. Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 17ª ed., Porto, Porto Editora, 1996, p.327.

⁵ Álvaro Júlio da Costa Pimpão *Os Lusíadas, de Luís de Camões*, Canto VII, , 2ª ed., Lisboa, Ministério da Educação, 1989, p.194.

⁶ Hernâni Cidade, *Luís de Camões O Lírico*, Lisboa, 3ª ed., Editorial Presença, 1992, p.65.

De facto, nos escritores com formação classicista assiste-se ao uso de palavras pertencentes à etimologia de peregrinar, aludindo à viagem por terras asiáticas. Fernão Mendes Pinto sofreu influências desse modelo o que é revelador de que a sua “rude e tosca escritura”⁷ foi elaborada segundo um conhecimento do cânone cultural e literário então vigente. Atente-se a este propósito no seguinte:

O significante *peregrinação* carregou-se assim de um significado anagógico que se disseminou na textualidade portuguesa dos três últimos decénios do século XVI, conotando o trânsito dolorido da humana existência e o desengano do mundo.⁸

O peregrino Fernão Mendes Pinto que nascendo em Montemor-o-Velho, pensa-se que entre 1509/14, viveu «a vida até idade de dez ou doze anos na miséria e estreiteza da pobre casa»⁹ de seu pai, aquando da quebra «dos escudos pela morte de el-rei D. Manuel (...) treze dias do mês de Dezembro de 1521»¹⁰ veio para Lisboa encaminhado por um tio, na tentativa de lutar por melhores condições de vida. Assistimos então a uma série de peripécias onde se antevê que o destino não seria muito favorável aos desígnios do autor que se assume como o “eu-narrador”. Nesta sequência, este decide-se a tentar a sorte pela Ásia e parte «Aos onze dias do mês de Março do ano mil e quinhentos e trinta e sete»¹¹. Inicia-se assim uma viagem que duraria até 1558 a qual, mais do que o conhecimento de um novo espaço geográfico, permitiu a Fernão Mendes Pinto a descoberta de si próprio. Este continua a ser uma figura enigmática da nossa história pois muita informação relativa à sua vida ainda permanece por descobrir, sendo que é através da sua obra que se pode inferir algumas conclusões da sua biografia. Na “Pestana do Mundo”, como o próprio refere, andou «nas partes da Índia,

⁷ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, vol.I, p.19.

⁸ António Rosa Mendes, *in: Mare Liberum*, nº 15, Junho 1998, p.45.

⁹ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol.I, p.20.

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ Idem, Vol.I, p.22.

Etiópia, Arábia Feliz, China, Tartária, Macáçar, Samatra, e outras muitas províncias daquele arcipélago dos confins da Ásia (...).»¹²

No *incipit* do texto o eu-narrador dá-nos a conhecer através do uso da 1ª pessoa do singular que vai expor os seus “ muitos e grandes trabalhos e infortúnios”¹³. Desta forma, pensamos poder considerar-se a obra como sendo de carácter memorialista, sendo que é o próprio sujeito-narrador que salienta «que por herança deixo a meus filhos (porque só para eles é minha tenção escrevê-la) para que eles vejam nela estes meus trabalhos e perigos da vida que passei no discurso de vinte e um anos».¹⁴ A *Peregrinação* assume, assim, um sentido autobiográfico, tal como é defendido por vários autores. De entre estes destacamos as palavras de António José Saraiva: «Apresenta-se esta obra como uma autobiografia, que abrange a vida do autor desde que saiu de casa de seu pai até que, depois de largas viagens pelo Oriente regressou a Portugal.»¹⁵ De facto, pensamos também que a dimensão referencial da obra, onde temos um sujeito da acção coincidente com um eu-narrador, o que é visível nas marcas textuais, nomeadamente na utilização do pronome pessoal *eu*, remete-nos para o registo autobiográfico da mesma. Atente-se a este propósito a passagem na qual Fernão Mendes Pinto recebe uma carta do rei do Bungo em resposta ao vice-rei português: «Ihe faço saber que a esta minha cidade Fuchéu veio a mim de seu mandado, Fernão Mendes Pinto, com uma carta de sua real senhoria»¹⁶. O nome do narrador-personagem é coincidente com o autor, ou seja, o sujeito da acção remete-nos para um referente real e concreto. Note-se que o género autobiográfico é definido como um «género factual, assente na identidade autor-narrador-personagem-principal.»¹⁷ João David Pinto -Correia defende que:

¹² Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, p.19.

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ António José Saraiva, *Fernão Mendes Pinto*, Lisboa, 1ª ed., Publicações Europa –América, 1958, p.18.

¹⁶ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, p.359.

¹⁷ Célia Carvalho, «Acerca da autobiografia na *Peregrinação*», in Maria Alzira Seixo, e Christine Zurbach (org.), *O Discurso Literário da Peregrinação*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p.29.

«A Peregrinação assume-se como uma tessitura textual muito complexa, isto é, o próprio texto escrito mostra-se como uma confluência de várias espécies de discursos que se cruzam e se fundem numa vasta ordenação (...) os discursos predominantes são, primeiramente, o narrativo, e acompanhando-o o autobiográfico.»¹⁸

Corroborando esta posição, destaquem-se as palavras de José Manuel Garcia na nota de apresentação da *Peregrinação* da sua edição fac-simile da edição de 1614:

Com um carácter autobiográfico e reflectindo de forma directa as experiências de um português que andou por muito tempo em inúmeras terras longínquas essa obra soube reunir todos os géneros literários então existentes, desde a crónica ao relato de naufrágios, cercos e batalhas, passando pela descritiva de terras e gentes (Geografia e Antropologia), a epistolografia, a roteirística e até as prosas doutrinárias, a crítica social e o panegírico, sem esquecer o recurso à cartografia.¹⁹

No entanto, note-se que a obra tem levantado muitas questões relativamente à questão autobiográfica, pois o eu-narrador-personagem muitas vezes apaga-se para dar lugar a um *nós* ou *eles*. Na verdade, assiste-se, tal como tem vindo a ser apontado por muitos estudos, a um afastamento do eu-personagem principal em relação a outros sujeitos agentes da acção, destacando-se António de Faria, o Padre Francisco Xavier, e vários reis, tal como o rei dos Bramás, ou o rei do Bungo. E é neste sentido que têm surgido algumas dúvidas relativamente ao carácter autobiográfico da obra, uma vez que a autobiografia tem como característica inerente ser um género que necessita de ter um referente objectivo. Contudo, mesmo em passagens de maior afastamento da acção Fernão Mendes Pinto integra-se através de um

¹⁸ João David Pinto Correia, *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto, Apresentação crítica*, Lisboa, Edições Duarte Reis, 2002, p.49.

¹⁹ José Manuel Garcia, *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, (ed. fac- simile da edição de 1614), Maia, Castoliva, 1995, p.8

nós que age em conformidade com os princípios morais, ou falta deles, de um António de Faria. Esta problemática certamente nos conduziria à questão do que é verosímil ou inverosímil na obra, o que não pretendemos aprofundar visto não ser esse o escopo principal deste trabalho. Mas, apesar disso, achamos importante referir que é inegável que Fernão Mendes Pinto percorreu muitas das terras que menciona, ainda que lugares como Calemplui tenham existido somente na imaginação do autor.²⁰ É assim indiscutível que real e imaginação se cruzam na obra, o que lhe confere, a nosso ver, alguma ambiguidade, ou a mesma deverá ser apresentada como uma «autobiografia romanceada» tal como o já citado autor João David Pinto-Correia a descreve «nesta longa narrativa autobiográfica, ou nesta longa autobiografia romanceada, confluirão todos os géneros da Literatura de Viagens: crónica, relação, itinerário, carta, roteiro, registo, relato de naufrágios».²¹

Inserida na Literatura de Viagens²² a *Peregrinação* tem a particularidade de ser uma obra cuja finalidade não era a de servir de documento informativo para o reino, tal como os Relatos de Viagens. A gesta dos Descobrimentos trouxe consigo a necessidade de se desenvolver um novo estilo literário através do qual se desse a conhecer as descobertas perpetuadas pelos portugueses. Esta literatura teve muita adesão por parte

²⁰ No artigo de Wang Suoying, intitulado «Tradução de nomes chineses e outros problemas da «Antologia dos Viajantes Portugueses na China (séculos XVI e XVII)», analisa-se a toponímia mencionada pelo autor aquando da sua estadia na China, destacamos o seguinte: «Fernão Mendes Pinto também registou nomes certos, ou quase certos. No capítulo 105 da *Peregrinação* faz uma observação incrivelmente correcta: «digo que esta cidade que nós chamamos *Paquim*, a que os seus naturais chamam *Pequim* por ser este o seu primeiro nome». Cantão foi a primeira região da China a que os Portugueses acederam e onde permaneceram mais tempo. Pequim significa «Capital do Norte» Em cantonês, o carácter «norte» pronuncia-se mais ou menos como *pa*, mas em Pequim, como *pe*. Como os seus companheiros, Mendes Pinto foi muito influenciado pelo dialecto cantonês, por isso decidiu fazer esta distinção (*pa-pe*) em resultado da sua passagem por Pequim. in: *A Vertigem do Oriente, Modalidades Discursivas no Encontro de Culturas*, (org. Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira), Lisboa-Macau, Edições Cosmos, Instituto Português do Oriente, 1999, pp. 88/89

²¹ João David Pinto Correia, *op. cit.*, p.26

²² Note-se relativamente a esta designação o seguinte: «A chamada Literatura de Viagens, designação genológica imprecisa, como é sabido, constitui um precioso *corpus* com potencialidades teórico-didáticas ainda mal aproveitadas»; João Carlos F. Andrade de Carvalho, «Ciência e alteridade num folheto de cordel do século XVIII», in: *Literatura de Viagem, narrativa, história e mito*, (org. Ana Margarida Falcão; Maria Teresa Nascimento; Maria Luísa Leal), Lisboa, ed. Cosmos, 1997, p.99.

da população em geral, pois o exotismo dos novos Continentes exercia um enorme fascínio. Toda a cor envolvente das descrições, bem como todo o conjunto de novas vozes, até então silenciosas, que agora chegavam ao Ocidente fizeram com que se despertasse o interesse por tudo o que dizia respeito a essa nova realidade. Era um Mundo até então desconhecido que se abria aos olhos dos europeus, o que constituía, evidentemente, um factor de curiosidade.

Esta nova literatura na sua maioria não era escrita por letrados mas por pessoas que tinham vivido as situações descritas. Estas eram testemunhas reais do que relatavam, daí, talvez, o maior fascínio que tais relatos suscitavam. O objectivo principal destes relatos, tal como já referimos, era informar o europeu sobre os novos continentes descobertos, sobre um “Outro” tão diferente em costumes, crenças, cultura e governos. Muitas vezes a narração desse encontro era narrada sob o espírito do dever de cruzada, o que imprimia um cunho de dever religioso à missão de todos aqueles que partiam nas caravelas rumo a novos destinos. Inicialmente, os relatos das viagens marítimas eram vendidos em folhetos de cordel, o que deu origem ao subgénero literário designado por «literatura de cordel». As Relações de Naufrágios, que começaram por ser vendidas separadamente, vieram posteriormente a lume na compilação organizada por Bernardo Gomes de Brito no século XVIII e com o título de *História Trágico – Marítima*.

Indubitavelmente, introduziram-se temas novos na escrita tais como: técnicas de navegação; a descrição geográfica e humana; a botânica; a epistolografia ultramarina; as crónicas biográficas, a perspectiva moral e crítica sob a expansão. Vários são aqueles que se dedicaram a colocar por escrito o que se vivia e sentia naquele período áureo de descoberta, contudo só destacamos os nomes de alguns, a título exemplificativo: Álvaro Velho, participante na expedição de Vasco da Gama à Índia escreveu o *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama* em 1497, o qual permaneceu inédito até 1838; Pêro Vaz de Caminha, escreveu o itinerário mais antigo sob o título *A Carta do Achamento do Brasil*, em 1500; António Tenreiro foi o autor do *Itinerário da Índia a Portugal por terra*; Gomes Eanes de Zurara, pioneiro na historiografia

expansionista, que escreveu várias crónicas, nomeadamente: a *Crónica de D. Pedro de Meneses*, a *Crónica de D. Duarte de Meneses* e a *Crónica dos Feitos da Guiné*; João de Barros, escritor com formação humanista e feitor da casa da Índia entre 1533 e 1567, redactor das *Décadas da Ásia*; Damião de Góis, humanista, escreveu a *Crónica do Príncipe D. João* bem como a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*; Diogo do Couto, era historiador mas em solo indiano tornou-se soldado, responsável por dar continuidade às *Décadas* de João de Barros, escreveu da Quarta à Décima Segunda, tendo redigido também *O Soldado Prático*; Tomé Pires, botânico, escreveu a *Suma Oriental*, dando um relato exaustivo sobre o Oriente, não esquecendo que muitos foram os religiosos que registaram por escrito o que experienciaram ao longo dos seus péréplos, sendo de salientar a oratória sacra com intuito de crítica social do Padre António Vieira, já no século XVII. A este propósito acrescentamos que no referido século as narrativas de viagens que vêm a conhecimento são quase todas redigidas por jesuítas.

Não poderíamos deixar de notar que decerto Fernão Mendes Pinto conhecia a história de Tomé Pires ao referir na *Peregrinação* que uma “mulher cristã” que tinham encontrado «se chamava Inês de Leiria, e que seu pai se chamara Tomé Pires, o qual deste reino fora por embaixador a el-rei da China».²³ É hoje inquestionável que Fernão Mendes Pinto recebeu várias influências para a elaboração da sua obra. Relativamente a esta questão salientamos o tratado de Frei Gaspar da Cruz, pertencente à Ordem de S. Domingos, e um dos primeiros missionários a conhecer o interior da China, o qual se intitula «*Tratado em que se contam muito por extenso as coisas da China com suas particularidades, e assim do reino de Ormuz*», o qual veio a público em 1569. Contudo, o mesmo terá utilizado como fonte a informação de Galiote Pereira, comerciante, que andou por terras chinesas, onde esteve cativo, a qual, por consequência, terá servido, também, de instrumento a Fernão Mendes Pinto. Sublinhe-se a este respeito o que é referido por Ana Paula Laborinho «Os tópicos da descrição da China são comuns a outros

²³ Fernão Mendes Pinto, *op.cit*, Vol. I, p. 258.

autores, nomeadamente Galiote Pereira e Gaspar da Cruz que lhe terão servido de fonte»²⁴.

Não será certamente despiciendo referirmos o conhecimento que Fernão Mendes Pinto teria do Livro de Marco Pólo, precursor das viagens pelo Extremo Oriente.

.

²⁴ Ana Paula Laborinho, «China: maravilhoso e utopia nos relatos dos viajantes portugueses quinhentistas», in: *Literatura de Viagem, narrativa, história e mito*, (org. Ana Margarida Falcão; Maria Teresa Nascimento; Maria Luísa Leal), Lisboa, ed. Cosmos, 1997, p.178.

Capítulo II

A caracterização do Outro:

Os orientais

Fernão Mendes Pinto ao viajar por terras orientais contactou com diferentes povos e culturas. O “Outro” surge-lhe aos olhos como o diferente, pois a diversidade de costumes, culturas e modos de vida dos orientais era visto pelos portugueses com estranheza.

Ao longo da obra vamo-nos deparar com uma evolução na forma como o eu-narrador se refere a esse “Outro” até então desconhecido. Neste sentido, propomo-nos fazer uma análise da forma como esses vários “Outros” que surgem no texto são apresentados e definidos por Fernão Mendes Pinto: homens, mulheres, crianças, idosos orientais e os próprios portugueses. O “Outro” surge nos primeiros capítulos como o “inimigo”, o que se regista logo no Cap.III, aquando do encontro entre os portugueses e uma nau de indígenas quando aqueles partiam da ilha de Socotorá. A falta de compreensão leva a um confronto entre eles, pois os portugueses apenas queriam informações sobre a “armada do turco”, sendo que os outros responderam unicamente com actos incompreensíveis para os lusos:

«E querendo nós, por via de boa amizade, haver fala do capitão dela, para nos informarmos dele do que pretendíamos saber da armada do turco, se era já partida de Suez ou que novas havia dela, a resposta dos da nau foi tão fora de que esperávamos, que sem falarem palavra nos assombraram com doze pelouros (...) como gente que não nos tinha em conta. E de quando em quando nos davam muitas gritas e apupos, e capeando-nos com bandeiras e toucas, nos mostravam de cima do chapitéu da popa muitos terçados nus, esgrimindo com eles no ar, para que nos chegássemos a ele. (...) se concluiu por

parecer dos mais, que os inimigos se não fossem tanto a seu salvo (...).»²⁵

Os “inimigos” atacam primeiro o que é revelador das relações hostis que existiam por aquelas paragens entre os portugueses e os povos com os quais se encontravam. Este episódio teve como desfecho uma luta entre ambas as partes da qual os portugueses saíram vitoriosos. Constantemente surge a referência à “armada do turco”, pois eram quem os portugueses temiam defrontar dada a sua violência e o poder que detinham nesta época . Os portugueses agiam em nome do espírito de cruzada, pelo que todo aquele que não era cristão era considerado “renegado” e, por isso, inimigo. Tal facto surge-nos a propósito do episódio que referimos, pois ao terem conhecimento de que o capitão da nau tinha sido cristão e que se convertera ao islamismo tentam reconvertê-lo ao cristianismo, o que foi por ele rejeitado, tal como podemos verificar na seguinte transcrição :

«E entre algumas que nos disse, nos veio a confessar que era cristão renegado (...) e que não havia mais que sós quatro anos que se tornara mouro, por amor de uma grega moura com que era casado. Os capitães ambos lhe cometeram então se queria tornar à fé e fazer-se cristão, ao que ele respondeu tão duro e tão fora de toda a razão como se nascera e criara sempre naquela maldita seita. Os capitães ambos vendo quão cego e desatinado estava este mal-aventurado no conhecimento da santa e católica verdade (...) crescendo-lhe a cólera, com um zelo santo da honra de Deus, o mandaram atar de pés e mãos, e vivo foi lançado ao mar (...)»²⁶.

Na terra do Preste João, o suposto rei cristão que governava na Etiópia, os portugueses sentem-se bem recebidos e confortáveis, onde dormiram num “mosteiro de oficinas nobres e ricas”²⁷, e também pernотaram

²⁵ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I, p.25.

²⁶ Idem, Vol. I, p. 26.

²⁷ Idem, Vol. I, p. 27.

num “bom mosteiro de religiosos, que se chamava São Miguel, com muita festa e gasalhado por parte do prior e sacerdotes que nele estavam”²⁸. Os portugueses, e também certamente Fernão Mendes Pinto, observam o que os rodeia com base em princípios religiosos; e por isso é motivo de alegria sempre que se encontram entre pares que partilham a mesma ideologia. Após saírem do porto de Arquico, os portugueses deparam-se com o que queriam evitar, ou seja, os turcos. Estes, apesar da tentativa de fuga dos portugueses, conseguem atacá-los. Fernão Mendes Pinto escapa com vida da evasiva, mas é feito prisioneiro juntamente com oito portugueses; novamente estamos perante um confronto de carácter religioso, pois tal como o próprio nos diz:

«A gente do povo, vendo-nos vir assim presos, e conhecendo que éramos os cristãos cativos, foram tantas as bofetadas que nos deram que em verdade afirmo que nunca cuidei que escapássemos dali com vida, porque haviam, pelo que o caciz dizia, que ganhavam indulgência plenária em nos vituperarem e maltratarem. Desta maneira, fomos levados por toda a cidade a modo de triunfo, (...) por vitupério e desprezo do nome cristão.»²⁹

Os lusitanos são maltratados porque são cristãos, sendo que o “Outro” também é incompreendido por professar uma fé diferente. O facto dos portugueses não serem idênticos aos nativos dos locais por onde passam coloca-os sob a ameaça que pende sobre todos aqueles que se deslocam fora do seu meio étnico próprio. Constatamos que quer os turcos quer os portugueses agem uns em relação aos outros pelas mesmas motivações, não havendo lugar para a tolerância ou respeito mútuos. Todos os “Outros”, sejam mulçumanos ou gentios, são referidos por Fernão Mendes Pinto como fazendo parte da “maldita seita”, o que implica uma rejeição total da diferença. O “Outro” é visto como o não-cristão, pois o cristianismo, para o

²⁸ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p.27.

²⁹ Idem, Vol. I, p.31.

Ocidental era o que ditava o modo de ver o mundo. Relativamente a esta questão Luís Filipe Barreto refere o seguinte:

«A condição humana não europeia surge adjectivada pelo termo «contrário» que significa ao mesmo tempo, a diferença (*o outro gentio*) e a oposição (*o contra-eu-mouro*). A imagem do Outro constitui-se a partir de um núcleo de diferenciação e semelhança frente ao mesmo, núcleo esse pesado a partir dum intenso feixe religioso que funciona como referente chave, primeiro e último bilhete de identidade antropológica.

Neste jogo antropológico de espelho religioso, o Mesmo é pensado enquanto categoria cristã, sendo o Outro civilizacional o não ou o anti-cristão.»³⁰

Contudo, note-se que Fernão Mendes Pinto, por vezes, parece revelar-se um homem com lucidez suficiente para enaltecer as qualidades do “Outro”, o que se depreende das suas palavras ao referir-se a Coja Geinal, turco e capitão: «o que, ouvindo um janízaro, capitão de uma das três galeotas, homem honrado e de muito ser entre eles por nome Coja Geinal»³¹. Este capitão critica os seus pares, conseguindo distinguir entre o Bem e o Mal e por isso tece críticas negativas ao comportamento daqueles que tinham agido mal para com os portugueses. Fernão Mendes Pinto, por sua vez, revela satisfação pelas palavras do capitão turco. O eu-narrador à medida que nos vai relatando a sua experiência com o “Outro” dá-nos também informações sobre os seus costumes, tal como vemos quando se refere aos «carapuções de veludo verde que entre turcos é divisa de gente fidalga»³², sendo que a roupa, tal como em Portugal, na época, era diferenciadora de classe social. Os turcos continuamente são apelidados de “inimigos”, sendo inegável que assistimos a um confronto religioso. Os turcos chamam por “Mafamede”

³⁰ Luís Filipe Barreto, *Descobrimientos e Renascimento, Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, Edição sob as auspícios do comissariado para a XVII Exposição Europeia de arte, ciência e cultura, Lisboa, 1983, pp.100,101.

³¹ Fernão Mendes Pinto, *op.cit.*, Vol. I p.33.

³² Idem, p.41.

enquanto que o capitão português invoca “Jesus Cristo”: «- Ah, senhores e cristãos, já que estes cães chamam pelo Diabo que seja com eles, chamemos nós por Jesu Cristo que seja connosco». ³³A não-aceitação do “Outro”, para além dos interesses económicos e comerciais, passa por uma questão do foro religioso. O “Outro” é visto como diferente porque não é cristão, como já referido.

O rei dos Batas apresenta-se como uma figura singular na obra que vai merecer por parte de Fernão Mendes Pinto algumas palavras de consideração. O referido rei, aquando da chegada de Pêro de Faria à fortaleza de Malaca para aí ser o novo capitão, manda um embaixador em seu nome o qual traz uma carta onde se apresenta como vassalo do rei de Portugal e pede ajuda para lutar contra o turco achém, o que se observa nas seguintes palavras:

« (...) príncipe rico do grande Portugal, teu senhor e meu, ao qual em ti, varão de coluna de aço, Pêro de Faria, novamente obedeço, por verdadeira e santa amizade, para de hoje em diante me render por seu súbdito, com toda a limpeza e amor que um vassalo deve fazer(...).»³⁴

A luta que o rei dos Batas tinha com o achém era por questões religiosas, pois este queria que o mencionado rei se convertesse à sua lei religiosa. O capitão português, na mira do lucro, aceita a proposta do rei Bata, na qual trocariam ajuda bélica por bens materiais. Neste episódio novamente assistimos às referências que Fernão Mendes Pinto nos dá relativamente aos costumes do “Outro”; note-se o seguinte aspecto curioso aquando da partida do embaixador do rei Bata:

«(...) o bendara de Malaca, que é o supremo no mando, na honra e na justiça dos mouros, por mandado de Pêro de Faria lhe deu um grande banquete ao seu modo, festejado com

³³ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I, p. 41

³⁴ *Idem*, p. 47.

charamelas (...) que lhe fez meter o dedo na boca, que entre eles é sinal de grandíssimo espanto.³⁵»

Infere-se destas observações que Fernão Mendes Pinto presta atenção às particularidades do “Outro” porque são diferentes da sua. O eu-narrador vai surgir, a pedido de Pêro de Faria, como embaixador ao rei dos batas com o intuito de saber informações sobre a ilha do ouro, que se julgava ser a do referido rei, «E cometeu-me se queria eu lá ir (...) para sob color de embaixador ir visitar de sua parte o rei dos batas».³⁶ Os portugueses em relação ao “Outro”, e como já referido, só tinham interesses materiais, não lhes interessando muito a descoberta desse “Outro” na sua essência humana. Contudo, Fernão Mendes Pinto por vezes manifesta alguma condescendência em relação a esse “Outro”, sem, no entanto, negligenciar a avaliação material, como se revela da descrição que faz dos Batas: «(...) os mais deles, ou quase todos, pobríssimos no trato de suas pessoas e nos seus vestidos, por onde entendi que não era esta terra tão rica como em Malaca se cuidava.»³⁷

No seguimento desta constatação novamente nos deparamos com o relato de um costume oriental, ou seja, a adoração da vaca sagrada: « (...)o pobre rei, por quão conforme isto era ao seu desejo, creu muito de verdade (...) se pôs em joelhos diante de uma caveira de vaca (...)».³⁸ Estes tipos de referências são bem ilustrativas da atenção que Fernão Mendes Pinto dá às particularidades culturais orientais, tão distintas da cultura Ocidental. Na época este tipo de imagens contribuiria inegavelmente para dar do “Outro” uma imagem de exótico e diferente, na medida em que tais preceitos não eram conhecidos no Ocidente. Notamos também, que na passagem anteriormente transcrita, o autor-narrador demonstra ter consciência da má conduta dos portugueses para com o rei bata ao referir-se a ele como o “pobre rei”. O adjectivo denota alguma tristeza e compreensão em relação ao “Outro”, o que é possível tendo em atenção o facto de a obra ter sido escrita

³⁵ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I, p. 50.

³⁶ Idem, *ibidem*.

³⁷ Idem, Vol. I, p.53.

³⁸ Idem, *ibidem*.

após um processo de amadurecimento humano por parte do seu autor. Nesta fase o eu-narrador já tinha a consciência das más atitudes dos portugueses cometidas contra o “Outro”, que neste caso só pretendia ajuda e companheirismo revelando credulidade face às promessas que lhe haviam sido feitas. Nesta sequência, Fernão Mendes Pinto dá voz ao rei bata, cujo discurso analisaremos noutra parte deste trabalho. Contudo, destacamos que o autor-narrador revela compreensão pelas palavras desse “Outro” que directamente expressa os seus sentimentos em relação à má conduta dos portugueses, como se depreende das suas palavras:

«Da qual resposta, dita com tanto sentimento, confesso que fiquei tão corrido e embaraçado, porque entendi que falava verdade, que nunca mais lhe falei em socorros nem ousei a lhe rectificar as promessas que antes lhe fazia por nossa honra.»³⁹

O Oriental é apresentado como uma vítima da cobiça dos portugueses, o que vai suscitar da parte do eu-narrador sentimentos de complacência. O “Outro” é referido como tendo princípios, os quais foram desrespeitados pelos lusos, sendo -lhes, assim, superior moralmente.

No entanto, outra posição distinta vai ter Fernão Mendes Pinto em relação ao rei do Quedá. Este é apresentado como um tirano que havia mandado matar o pai, proibindo a todos que se comentasse o sucedido. Assim, quando chegou ao reino do Quedá o eu-narrador levava consigo um mouro que falou contra o rei e por isso foi morto. Fernão Mendes Pinto conta-nos então que foi chamado perante o rei, não percebendo porquê, o que o levou a ficar desesperado como o próprio conta nestas linhas:

«Eu então olhando para onde ele me acenava vi jazer de bruços, no chão, muitos corpos mortos, um dos quais conheci que era o mouro Coja Ale (...) da qual vista fiquei tão pasmado

³⁹ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 59.

e confuso, que como homem desatinado me arremessei aos pés do alifante em que el-rei estava (...)»⁴⁰

Fernão Mendes Pinto revela neste episódio dificuldades em compreender o Outro, pois a sua atitude era absolutamente incompreensível aos olhos do homem ocidental. Apesar disso, é curioso ver nas palavras do rei mencionado o facto de fazer uma apologia aos portugueses e aos cristãos: « (...) porque se fosse português ou cristão, eu te juro em minha lei que o não fizera, inda que me mataria um filho.»⁴¹

Seguidamente, deparamo-nos com um episódio em tudo semelhante ao do rei dos Batas. Trata-se do rei de Aaru que manda um embaixador a Malaca para em seu nome pedir ajuda de munições e soldados, visto estarem a ser ameaçados pelo achém. No entanto, os portugueses recusam o pedido do embaixador utilizando como desculpa o facto de D. Estevão da Gama estar a terminar o seu mandato como capitão da fortaleza e Pêro de Faria ainda não o ser. Face a tal situação o embaixador do Aaru enceta um discurso através do qual tenta chamar os portugueses à razão, assumindo também uma posição de inferioridade em relação aos mesmos, o que em nosso entender, poderá ser uma tentativa para apelar para a supremacia de Portugal:

«(...) nos haveremos por muito satisfeitos da vossa amizade, e o nosso rei vos ficará por isso muito obrigado, para que sempre com muita lealdade sirva, como escravo cativo, ao príncipe do grande Portugal, vosso e nosso senhor rei (...)»⁴²

Pêro de Faria aconselhado a não despeitar o rei de Aaru mandou Fernão Mendes Pinto ao reino de Aaru com alguns presentes, entre os quais algum armamento. O português foi bem recebido pelo rei, ficando este satisfeito com a pequena ajuda e as promessas de Pêro de Faria. Tal é a

⁴⁰ Idem, Vol. I, p. 63.

⁴¹ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 63.

⁴² Idem, Vol. I, p. 69.

amizade demonstrada pelo oriental em relação ao português que lhe permitiu ver a sua mulher, o que é digno de registo por parte do autor na medida em que «é cousa que naquelas partes muito raramente se costuma»⁴³.

O encontro de culturas diferentes faz sobressair aspectos interessantes, aos quais Fernão Mendes Pinto revela ter sempre um olhar muito atento. No seu discurso, o rei de Aaru apresenta-se como vassalo do rei português, na época D.João III, o que nos poderá levar a inferir que aqui o Outro é percebido como inferior por ter um reino pequeno, o que traz associado o desrespeito que continuamente os portugueses revelam por esse “Outro”. Atente-se a este propósito nas palavras do referido rei:

«Afirmando-te, meu bom amigo, que toda esta noite sonhava que dessa fortaleza de el-rei de Portugal, meu senhor, me vinha todo este bem que agora tenho diante de meus olhos (...). E para que acabes de entender quão vil e baixa é a triste e aborrecida pobreza, e quanto mal faz aos reis pobres como eu sou, vem por aqui e mostrar-te -ei neste pouco que agora verás, quão escassa foi para mim a fortuna.»⁴⁴

No excerto é de destacar o facto de também este rei se definir como “rei pobre”, tal como o rei dos Batas. O eu-narrador revela sentir alguma amizade pelo referido rei, dando-lhe razão em alguns reparos que este fez aos portugueses. Fernão Mendes Pinto demonstra mesmo entender as queixas do rei, embora não tivesse sido sincero com ele, o que nos é transmitido nestas palavras emocionadas:

«E querendo-lhe eu responder a isto que com tanta mágoa me dizia, me desfez todas as minhas razões com umas verdades tão claras que dali por diante não me atrevi a lhe responder mais cousa nenhuma, porque entendi que não tinham contradição suas queixas (...).»⁴⁵

⁴³ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p.71.

⁴⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁵ Idem, Vol.I, p.72.

Partido do reino de Aaru o eu-narrador conta-nos que foi assolado, juntamente com quatro marinheiros, por uma tempestade que os fez naufragar. Neste episódio, somos confrontados com um dos marinheiros, mouro, que pressentindo o seu fim, pede a Fernão Mendes Pinto que vista a batina e o converta ao cristianismo. Há, evidentemente, a exaltação da religião cristã e do espírito de cruzada, o que se deverá ao facto de o “Outro” praticar uma fé, em certa medida, incompreensível para os portugueses neste período. Este “Outro” na voz do marinheiro revela respeito pelo cristianismo, renegando à sua religião para se converter. Era importante valorizar a fé cristã como forma de justificar muitas acções negativas dos portugueses feitas em nome da defesa da mesma. O sujeito-narrador relata-nos que o marinheiro:

« (...)me pediu com muitas lágrimas que logo ali o fizesse cristão, porque entendia, e assim o confessava, que só com o ser se podia salvar, e não na triste seita de Mafamede em que até então vivera, de que pedia a Deus perdão.»⁴⁶

A religião surge como uma forma de avaliar o “Outro”, este é avaliado pelo eu-narrador à luz dos seus próprios valores. Assiste-se a uma manutenção da ideologia que traziam do Ocidente.

É de salientar que o autor também se preocupa em dar uma perspectiva de como eram as leis entre os orientais. Estes tinham leis rígidas que cumpriam com afinco, tendo sempre por base a religião. Este aspecto está bem documentado no final que foi dado ao rei de Aaru, após ter morrido em combate contra o achém, o qual passamos a transcrever:

«Esta é a justiça que manda fazer o sultão Alaradim, rei da terra de ambos os mares, pivete das alâmpadas de ouro da capela do profeta Noby, que quer e lhe apraz que assim serrado e cozido em fogo padeça a alma deste mouro, por ser

⁴⁶ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I, p. 75.

transgressor da lei do Alcorão e da perfeita crença dos massoleimões da casa de Meca, que sendo justo por doutrina santa do livro das flores, se fez nas obras intemente a Deus, com mandar continuamente avisos dos segredos deste reino aos malditos cães do cabo do mundo, que por tirania de ofensa grave e por pecados do nosso descuido, senhoreiam Malaca.»⁴⁷

O autor não esquece de dar a conhecer o valor da honra para os orientais, o que podemos constatar aquando do momento em que o capitão dos achéns, Heredim Mafamede, ao saber que o rei do Jantana, que estava em defesa da rainha do Aaru, tinha uma frota maior do que a sua se recusa a recuar «dizendo que antes queria morrer como homem, que viver em desonra como mulher, porque já que Deus o escolhera para aquele feito, não quisesse Deus que ele perdesse ponto da opinião que todos tinham dele»⁴⁸.

Estando em Patane, Fernão Mendes Pinto vê chegar numa fusta de Malaca “de que vinha por capitão um António de Faria de Sousa”⁴⁹ que vinha por mandado de Pêro de Faria fazer as pazes com o rei. Entretanto, Fernão Mendes Pinto foi um dos escolhidos por António de Faria para ir a Sião. Na barra de Lugar os portugueses são atacados por mouros e turcos, tendo escapado unicamente o eu-narrador juntamente com dois companheiros, dos quais um acabou por morrer. Fernão Mendes Pinto e o companheiro são protegidos por uma mulher, cuja história falaremos mais adiante neste trabalho. Contudo, inferimos que os orientais na sua essência são apresentados como altruístas. Registe-se, no entanto, que há outros momentos em que a dificuldade de comunicação impede ocidentais e orientais de se aproximarem. Tal facto surge de forma bem documentada aquando da partida dos portugueses da ilha de Ainão. Os portugueses ao verem uma nau decidem pôr a «bandeira de veniaga, que são as mostras e sinais de amizade que entre esta gente se costumam fazer em semelhantes tempos.»⁵⁰ Destarte, os tripulantes da nau reagem de modo que desagrada

⁴⁷ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, pp. 84, 85.

⁴⁸ Idem, Vol. I, p. 95.

⁴⁹ Idem, Vol. I, p. 104.

⁵⁰ Idem, Vol. I, p. 114.

aos portugueses, não mostrando por estes qualquer respeito apesar das tentativas de mostras de amizade, o que passamos a transcrever :

«Os da nau, em vez de nos responderem pelo mesmo, como estava em razão, parece que conhecendo que éramos portugueses a quem não tinham boa vontade, nos mostraram de cima do chapitêu, falando com pouca cortesia, o traseiro de um cafre e, sobre isso, com muitos tangeres de trombetas e tambores e sinos, deram uma grande grita e apupada a modo de desprezo e escárnio, como na verdade então faziam de nós, de que António de Faria se mostrou assaz afrontado.»⁵¹

O “Outro” mostra-se fechado ao diálogo, acabando o episódio em guerra com a vitória dos portugueses.

Em Ainão, um mercador fala a António de Faria sobre as riquezas do Extremo Oriente, o que causa espanto aos portugueses:

«E espantando-se António de Faria e os mais portugueses que estavam com ele de grandezas como este mercador lhes dizia, lhe tornou ele:

- Se vós tamanhas outros desta pouquidade fazeis tamanho caso, que fizéreis se vires a cidade do Pequim, onde sempre reside o Filho do Sol com sua corte e onde vão ter todos os rendimentos dos trinta e dous reinos desta monarquia, que somente de ouro e prata que se tira das oitenta e seis minas, se afirma que são mais de quinze mil picos.»⁵²

O mesmo mercador aconselha António de Faria a não vender a sua mercadoria em nenhum porto de Ainão, aludindo ao facto de estar a ser sincero:

«_ Aconselho-te como amigo que não entres em nenhum desta ilha de Ainão, nem te fies dos chins desta terra, porque te

⁵¹ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p.114.

⁵² Idem, Vol. I, p.128.

afirmo que nenhum te há-de tratar verdade em cousa que te diga, e fia-te de mim porque sou muito rico e não te hei-de mentir como homem pobre.»⁵³

O facto do mercador referir que está a ser sincero e não mentir como “homem pobre” reflecte sobre os valores do oriental para quem a pobreza era vista como algo negativo e causadora de atitudes nefastas.

Ainda no seguimento deste passo é referido que “ ele e os outros que trazia consigo se despediram do capitão e dos portugueses com muitas palavras de cumprimentos de que comummemente não são nada avarentos”. Sublinhe-se que o autor-narrador sempre que tem oportunidade dá referências sobre os princípios e atitudes do “Outro”, dando-nos imagens que nos permitem visualizar esse “Outro” no encontro com o ocidental. Esse encontro muitas vezes provoca ódios e desentendimentos tal como aconteceu com:

«(...) um cossairo muito afamado que se chamava Hinimilau, chin de nação, que de gentio que era se tornara mouro havia pouco tempo; e parece segundo se presumia, que provocado pelos cacizes da seita mafométrica, que novamente tinha tomado, ficou tão inimigo do nome cristão que dizia publicamente que lhe devia Deus o céu pelo grande serviço que lhe tinha feito na terra em ir pouco a pouco despejando da má geração portuguesa (...).»⁵⁴

Relativamente a esse confronto religioso, podemos constatar a existência de vários momentos na obra que nos dão a entender que as relações entre portugueses e orientais eram pautadas por ideais religiosos, A animosidade do “Outro” ao ocidental em larga medida baseada na religião, como já referimos. O episódio em que tal situação surge mais demarcada é de facto no que se refere ao confronto entre António de Faria e Coja Acém, como veremos.

⁵³ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I, p.129.

⁵⁴ Idem, Vol.I, p. 144.

Destacamos o corsário Francisco de Sá, que atacou António de Faria, o qual, segundo o que é referido:

«(...) tinha dous nomes, um de cristão e outro de gentio; o de gentio, por que se então nomeava, era Necodá Xicaulém, e o de cristão era Francisco de Sá, o qual havia cinco anos que em Malaca se fizera cristão, sendo Garcia de Sá capitão da fortaleza, e porque ele fora seu padrinho do baptismo, lhe pusera aquele nome, e o casara com uma órfã mestiça, muito gentil mulher e filha de um português muito honrado, a fim de o fazer mais natural da terra, e que indo no ano de 1534 para a China em um junco seu muito grande, no qual levava vinte portugueses dos mais honrados e ricos da fortaleza, e também sua mulher, chegando à ilha de Pulo Catão fizera aí aguada, com tenção de passar ao porto de Chinchéu; e havendo já dous dias que aí estava, como a esquipação do junco era toda sua e chim como ele, se levantaram uma noite, estando os portugueses dormindo, e com as machadinhas que traziam os mataram a todos e aos seus moços sem a nenhum que tivesse nome de cristão se dar vida, e cometeu à mulher que se fizesse gentia e adorasse um ídolo que o seu tucão, mestre do junco, levava numa arca, e que assim, desatada da lei cristã, a casaria com ele, porque o tucão lhe dava por isso uma irmã sua que ali levava consigo, também gentia e china como ele; e porque a mulher não quisera adorar o ídolo nem consentir em tudo o mais que lhe ele dizia, o perro lhe dera com uma machadinha na cabeça (...).»⁵⁵

A este propósito será de referir também o que diz Quiay Necodá a António de Faria, após ter sido capturado por este, sobre a sua experiência como cristão e como gentio:

⁵⁵ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I, pp. 132/133.

«António de Faria, tornando-se a assentar, perguntou ao cossairo por que causa fizera tamanha crueldade naqueles inocentes que ali jaziam; a que ele respondeu que por lhes serem tredos em se mostrarem a gente tanto sua inimiga como eram os portugueses, e gritarem pelo seu Deus que lhes valesse (...). E perguntando se era cristão, disse que não, mas que já o fora no tempo em que D. Paulo da Gama fora capitão de Malaca; e dizendo-lhe António de Faria que pois já fora cristão, que cousa o movera a deixar a lei de Cristo, na qual tinha certa a sua salvação, para seguir a de Mafamede, na qual estava clara a perdição de sua alma, respondeu que porque depois que fora cristão, fora sempre muito desprezado dos portugueses, porque onde antes, quando era gentio, lhe falavam todos com o barrete na mão, chamando-lhe Quiay Necodá, que era nomeá-lo senhor capitão, depois que se fizera cristão vieram a fazer pouca conta dele, e que se fora fazer mouro em Bintão, onde, depois de o ser, el-rei do Jantana, que se achara presente, o tratara sempre com muita honra (...).»⁵⁶

É curioso vermos que nas situações descritas as personagens optaram por não seguir a lei cristã, mantendo-se fiéis à sua religião como gentios. Este aspecto poderá ser revelador da falta de exemplo que os cristãos portugueses eram, no sentido até de serem acusados de não respeitar os seus pares.

No entanto, surge-nos a figura de Quiay Panjão «um cossairo chin muito amigo da nação portuguesa»⁵⁷, o que mostra que em algumas excepções o oriental se torna amigo dos portugueses, havendo uma troca de interesses comuns. Este oriental é descrito como:

«(...) muito inclinado a nossos costumes e trajos, em companhia do qual andavam trinta portugueses, homens todos

⁵⁶ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 147.

⁵⁷ *Idem*, Vol. I, p. 160

muito escolhidos que este cossairo trazia a seu soldo, afora outras muitas ventagens que cada hora lhe fazia, com que todos andavam ricos.»⁵⁸

Quaiy Panjão, que pretendia o lucro tal como António de Faria, faz-lhe uma proposta de ajuda a qual foi aceite, o que seria benéfico para ambas as partes. De facto, o que assistimos é que na procura pela riqueza o “Outro” só se insurge como um obstáculo quando impede que os portugueses concretizem os seus objectivos. Pelo contrário, quando esse “Outro” surge como uma ajuda para os portugueses estes não têm qualquer desconforto em estabelecer alianças em prol do alcance dos seus desígnios.

No entanto, o “Outro” inimigo é personificado na figura de Coja Acém, que é insistentemente procurado por António de Faria. Este após o encontrar, e não havendo lugar para o diálogo, trava com ele uma cruel luta de onde sai vencedor. É de notar que essa luta assume contornos de uma guerra religiosa na medida em que ambas as leis religiosas são invocadas pelos seus intervenientes. É assim na luta entre António de Faria e o pirata Coja Acém que «a religião cristã é apresentada por oposição com o islamismo. Os dois piratas que se defrontam funcionam como esquematizações paradigmáticas do mundo cristão e do mundo mulçumano»⁵⁹. Ambos invocam o seu Deus para justificar a sua acção. Na passagem seguidamente transcrita António de Faria clama por “Santiago”, enquanto que Coja Acém apela para a “lei de Mafamede”:

«O perro do Coja Acém, que até este tempo não era ainda conhecido, acudiu com muita pressa ao desmancho que via nos seus, armado com uma couro de lâminas de cetim carmesim franjada de ouro, que fora de portugueses, e bradando alto para que todos ouvissem, disse por três vezes:

⁵⁸ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 60.

⁵⁹ Matthias Langendorff, «A imagem das religiões na *Peregrinação*», in Maria Alzira Seixo, e Christine Zurbach (org.), *O Discurso Literário da Peregrinação*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp.124, 125.

— Lah hilah hilah lah muhamd roçol halah, ó mossoleimões e homens justos da santa lei de Mafamede, como vos deixeis vencer assim de uma gente tão fraca como são estes cães, sem mais ânimo que de galinhas brancas e mulheres barbadas?»⁶⁰

Coja Acém aparece descrito como o Mal, até pela própria indumentária que traz, “uma coura de lâminas de cetim carmesim”. O eu-narrador chega mesmo a referir que:

«Com as malditas palavras o diabo os esforçou de maneira que, fazendo-se todos num corpo de amoucos, tornaram a voltar tão esforçadamente que era espanto ver como se metiam nas nossas espadas.»⁶¹

De facto, observamos que em toda a obra não aparece uma descrição tão negativa do “Outro”: Coja Acém é, pois, o paradigma de tudo aquilo que os portugueses encontraram de negativo no “Outro”. A luta contra Coja Acém poderá ser entendida como uma forma de se valorizar a fé cristã, o que era importante fazer-se até como forma de se justificar muitas acções negativas dos portugueses feitas em nome da defesa da mesma.

Outro exemplo de crueldade é o rei de Bramá que é apelidado pelo autor de “tirano”, este rei é responsável por perpetuar a violência e a maldade, como se observa na caracterização que dele é feita aquando do seu assalto à cidade do Prom:

«O rei bramá aceitou o partido (...) com aquela ferina e horrenda crueldade que este tirano bramá sempre costumou em todas as cousas desta qualidade. E porque me parece que será processo infinito contar por extenso como este negócio passou, não direi mais dele senão que a porta foi aberta, a cidade entrada, e a gente dela toda metida à espada, sem se dar vida

⁶⁰ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 171.

⁶¹ Idem, *ibidem*.

a pessoa nenhuma, e o rei, a rainha cativos, e o tesouro tomado, e todos os edifícios e templos postos por terra, e outras muitas maneiras de crueldades, tanto acima das imaginações e dos pensamentos dos homens, que realmente afirmo que eu mesmo, quando alguma hora me passa pelo pensamento o como passou isto que eu vi por meus olhos, fico de todo fora de mim.»⁶².

Este rei empreende uma série de ataques e saques a várias cidades e reinos, nomeadamente: Matarvão, Pegu, Sião, sendo neste aspecto similar a Coja Acém ou os turcos, pois também representa para o autor o “Mal”. Este rei quando sabe, no Cap. CLXXXVI, que o reino do Sião ficou fragilizado após a morte do seu rei, sendo o novo rei um homem religioso, empreende esforços para tomar o referido reino. É de facto uma figura que na obra, tal como António de Faria, representa o negativo. Repare-se a este propósito na descrição que é feita rei mencionado:

«Sendo informado o rei do Bramá, que neste tempo reinava tiranicamente em Pegu, do triste estado em que estava este império sornau, e como todos os grandes dele eram mortos por causa dos sucessos atrás contados, e que o novo rei era homem religioso, sem ter nenhum conhecimento das cousas da guerra, nem prática alguma das armas, e de sua natureza pusilânime, e sobretudo muito tirano e malquisto do povo, tomando conselho com os da cidade de Anapleu, onde então residia, sobre esta tão importante empresa, lhe disseram todos que por nenhum caso a deixasse, visto ser aquele reino um dos melhores do mundo, assim em riqueza como em abundância de todas as cousas (...).»⁶³

⁶² Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. II, p. 105.

⁶³ Idem, Vol. II, pp. 212, 213.

Fernão Mendes Pinto diz-nos ainda, ao caracterizar o referido rei que ele era:

«(...) fraco de ânimo e de baixo sangue e geração, em quem a crueldade e o desejo de vingança costuma a ter mais lugar que nos generosos e esforçados, e sobretudo por não ter verdade em nenhuma cousa, e ser por natureza afanchonado e inimicíssimo das mulheres (...).»⁶⁴

Este rei merece a desconsideração do eu-narrador pois é “tirano”, “malquisto”; “fraco de ânimo” e de “baixa geração”. Não tem qualidades positivas, tudo nele é condenável, sendo as suas atitudes criticadas à luz de valores morais.

Há na obra descrições a partir das quais se depreende que os orientais também vêem os portugueses com receio. O “Outro” revela consciência sobre as atitudes dos portugueses e dos seus verdadeiros objectivos, note-se o que é dito pelos chineses sobre os portugueses quando estes estão em Liampó:

«Certo que muitos grandes reis há no mundo de que os nossos antigos escritores não tiveram nenhuma notícia para fazerem menção deles nas suas escrituras, e um destes reis de que mais caso se devera de fazer parece que deve ser o destes homens, porque, segundo o que dele temos ouvido, é mais rico e mais poderoso e senhor de muito maior terra que o tártaro nem o Cauchim, e quase que se pudera dizer, se não fora pecado, que emparelhava com o Filho do Sol, leão coroado no trono do mundo, o que todos os outros que estavam à roda lhe confirmavam e diziam:

_ Isso bem claro está, e bem se vê pelas muitas riquezas que esta nação barbada geralmente possui em toda a terra por força de braço armado, em afronta de todas as outras nações.»⁶⁵

⁶⁴ Fernão Mendes Pinto, Vol. II, p.105.

⁶⁵ Idem, Vol. I, p. 195.

Os vários “Outros” orientais são descritos como temendo os portugueses, pois estes belicamente mostram-se superiores. Para além disso, há muitas vezes uma surpresa mútua entendida em sentido negativo, pois os orientais temem-se e conseqüentemente rejeitam os portugueses, sendo que estes não compreendem as suas motivações, note-se:

«Aquele dia e a noite seguintes nos botámos fora de todas as ilhas de Angitur, e seguimos nossa viagem por mar que nunca até então portugueses tinham visto nem navegado. (...) corremos mais outros cinco dias, no fim dos quais nos escasseou o vento, e por serem os mares já aqui muito grossos, se meteu o Similau num rio pequeno e de bom surgidouro, povoado de uma gente muito alva, de boa estatura e com o olhos pequenos como os chins, mas em tudo o mais muito diferentes deles, assim na fala como no traje. Estes homens que aqui achámos, nunca, em três dias que aqui estivemos, quizeram ter connosco nenhum modo de comunicação, antes acudindo muitas quadrilhas à praia onde nós estávamos surtos, com grandes algazarras e cataduras medonhas nos davam grandes apupadas, e atirando-nos com fundas e bestas, corriam de uma parte para outra, como que se temiam de nós.»⁶⁶.

No seguimento deste facto surge um episódio em que a descoberta do “Outro” na serra de Gangigatou despoleta reacções mútuas diferentes. Atente-se no seguinte:

«(...) nas faldas de baixo habitava uma disforme gente que se chamavam gigauhós, os quais vivendo selvaticamente se não sustentam de outra cousa senão só da caça do mato e de algum arroz que de certos lugares da China por mercancia lhe levavam mercadores, de que faziam resgate a troco de

⁶⁶ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 202

peles em cabelo que lhes davam (...). Espantado António de Faria do muito que disto e doutras cousas o Similau lhe dizia, e muito mais destes gigauhós e da disformidade de seus corpos e membros, lhe rogou que trabalhasse o mais possível para lhe mostrar algum deles, porque lhe afirmava que o prezaria mais que se lhe desse todo o tesouro da China (...). »⁶⁷.

Neste episódio, Fernão Mendes Pinto vai-nos dar uma descrição pormenorizada do povo que encontra, ressaltando-se a curiosidade em relação ao que descreve mormente no que diz respeito ao exotismo presente nestas pessoas, podendo até verificar-se uma certa analogia com a monstruosidade patente na utilização do adjetivo “disforme”, o qual acentua a diferença que os portugueses continuamente encontravam no “Outro”.
Atente-se no seguinte:

«Todas estas pessoas assim machos como fêmeas, vinham vestidas de uma mesma maneira, sem haver diferença no trajo; somente as mulheres traziam nos buchos dos braços umas grossas manilhas de estanho e tinham os cabelos muito mais compridos que os homens, e cheios de umas flores como de espadana, a que nesta terra chamam lírios, e ao pescoço traziam uma grande trambolhada de conchas vermelhas do tamanho de cascas de ostras; e os homens traziam nas mãos uns paus grossos, forrados até ao meio das mesmas peles de que vinham vestidos; eram todos de gestos grosseiros e robustos, tinham os beiços grossos, os narizes baixos e aparrados, as ventas grandes, e são algum tanto disformes na grandeza do corpo, mas não tanto como cá se cuida deles, porque António de Faria os mandou medir, e nenhum achou que passasse de dez palmos e meio, senão só um velho, que era de onze escassos, e as mulheres são de menos de dez alguma cousa. Mas todavia entendo que é gente muito rústica e agreste, e a mais fora de toda a razão de quantas atégora se

⁶⁷ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 208.

têm descoberto, nem nas nossas conquistas nem em outras nenhuma. (...) E depois de estarmos falando por acenos com eles mais de três horas, pasmados nós de os vermos a eles, e eles de nos verem a nós, se tornaram a meter no mato donde tinham vindo, uivando ao som das cinco pancadas do atabaque, e saltando de quando em quando, como se iam contentes com o que levavam.»⁶⁸.

Há na passagem transcrita referência ao espanto mútuo, isto porque para os Orientais os portugueses também eram vistos e sentidos como diferentes, Essas diferenças manifestavam-se não só em aspectos físicos como também em formas de comportamento. Na referida passagem há menção a uma tentativa de diálogo, o que, não sendo possível verbalmente, se fez por gestos. É um episódio onde o encontro com o “Outro” foi bem sucedido para ambas as partes, o que reforça a ideia de que a comunicação é um factor essencial para o conhecimento daquilo que se afigura como sendo diferente e difícil de entender.

Nos episódios relativos aos tártaros há um momento em que as diferenças dos gostos culturais entre estes e os portugueses são evidenciadas, note-se:

«Neste meio tempo, vendo alguns dos nobres que estavam na varanda, que éramos nós estrangeiros e gente que ainda ali não tinham visto, nos chamaram para dentro, e com muito gasalhado nos assentaram junto consigo, onde estivemos um grande espaço vendo voltear uns trejeitadores, e cantar, de que eles faziam muito caso, mas nós muito pouco, assim pelos não entendermos, como por nos parecerem muito frios e desengraçados.»⁶⁹

Ainda no que se refere aos tártaros destacamos a descrição física do rei, que de resto é das poucas descrições físicas, juntamente com as

⁶⁸Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 210.

⁶⁹Ibidem, Vol. I, p.354.

transcritas anteriormente, que podemos encontrar na obra, o que num texto tão extenso, onde abundam as referências a tantos povos não deixa de constituir um factor de curiosidade uma vez que a nível físico os orientais apresentam características bem distintas dos ocidentais. Assim, refere-se a propósito do rei tártaro que:

«(...) seria de idade de quarenta anos, de estatura comprida e de poucas carnes, e bem - assombrado; tinha a barba curta e com bigodes à turquesa, os olhos algum tanto achinados, de aspecto severo e grave, vestido em um quimono roxo a modo de opa (...)»⁷⁰

De facto, ao falarmos de multiculturalismo e de encontro entre culturas é necessário ter-se presente que só é possível uma abertura ao “Outro” se houver uma abertura ao diálogo. O “Outro” começa assim a exercer um certo fascínio para o eu-narrador, começando este a deslumbrar-se com a grandeza que começa a encontrar. Em *Calemplui* assistimos ao deslumbramento dos portugueses perante a sumptuosidade das construções, pois «Era esta ilha toda fechada em roda com um terraplano de cantaria de jaspe (...) coisa de que todos se espantaram muito, porque até então não tinham visto em nenhuma parte, nem da Índia nem de fora dela, coisa que se parecesse com aquela.»⁷¹

Aqui, o “Outro” surge como fascinante, é visto com espanto e entusiasmo. Os portugueses são confrontados com um mundo totalmente desconhecido, começando por sentir alguma admiração pela realidade, tão diferente da sua, com a qual contactam.

Em Nanquim, na China, depois do naufrágio onde desapareceu António de Faria, os portugueses são acolhidos numa albergaria onde foram bem recebidos e tratados e como refere Fernão Mendes Pinto «(...) nela achámos quatro homens que a tinham a seu cargo, os quais nos agasalharam

⁷⁰ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I, p. 358.

⁷¹ Idem, Vol. I, p.214.

com muita caridade»⁷². Ao eu- narrador ressalta a solidariedade e caridade com que os orientais acolhem os portugueses, não olhando a diferenças, mas apenas à ajuda que podiam dispensar. De facto, após chegarem ao Extremo Oriente, os portugueses continuamente são confrontados com a caridade dos orientais, tal como acontece em Pongor, no Japão, onde o broquém da justiça se mostra piedoso ao vê-los vítimas de um naufrágio, o que se depreende das suas palavras:

«_ Hei tamanha piedade da vossa miséria, e tenho tamanha dor da vossa pobreza, que vos certifico em boa verdade (e assim me ela valha diante de el-rei) que mais quisera agora ser cada um de vós outros, com ter em mim o que vejo em vós, que este cargo que por meus pecados agora tenho, porque temo muito escandalizar-vos, o que por nenhum caso queria fazer; porém, já que há-de ser de necessidade, porque há-de ser forçado cumprir eu com o que devo, vos rogo como a amigos que vos não espanteis de vos eu fazer algumas perguntas necessárias ao bem da justiça. E quanto ao mais que competir à vossa soltura, se Deus me der vida vós a tereis, e podeis descansar nesta minha promessa, porque sei de el-rei meu senhor, quão real condição tem para os pobres como vós outros.»⁷³.

Fernão Mendes Pinto relata-nos também a história do rei do Sião, o qual foi morto por sua mulher, da qual falaremos noutro lugar deste trabalho. Este rei é descrito como caridoso merecendo, por isso, as considerações do autor, pois o mesmo diz-nos:

«E como ele era bom rei, caridoso em dar esmolas, grandioso e liberal em fazer mercês, largo em galardoar os serviços, piedoso e brando para todos, e sobretudo muito inteiro em fazer justiça e castigar os delinquentes, manifestavam os

⁷² Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 228.

⁷³ Idem, Vol. II, pp. 49, 50.

seus tanto disto nas lamentações e prantos que faziam, que se tudo o que eles diziam era verdade, pode-se cuidar que foi o melhor rei gentio que nunca houve naquela terra, e, no seu tempo, em nenhuma outra parte do mundo, do qual não ousarei de afirmar o que os seus nestes seus prantos diziam (...).⁷⁴

Como vimos pelos excertos transcritos a caridade do Oriental vai merecer por parte do eu-narrador alguma atenção, ficando cativado com as suas atitudes. A caridade do “Outro” vai ser reveladora da proximidade que se podia estabelecer entre os homens, e que essa linguagem não tinha barreiras culturais.

Na China, os portugueses ficam deslumbrados com a grandeza da cidade de Nanquim, dando o autor uma descrição pormenorizada daquilo que vê :

«(...) esta cidade do Nanquim está, como já disse, situada ao longo deste rio de Batampina (...). As casas dos chaéns, e anachacis, e aitus, e tutões, e chumbis, que são senhores que governaram províncias e reinos, têm torres muito altas, de seis e sete sobrados, com coruchéus cozidos em ouro, onde têm seus armazéns de armas, suas recâmaras, seus tesouros e seu móvel de seda e de peças muito ricas, com infinidade de porcelanas muito finas, que entre eles é pedraria (...). Afirmaram-nos os chins que tem esta cidade oitocentos mil vizinhos (...).»⁷⁵

Começamos a assistir a uma mudança na forma como o “Outro” é visto por Fernão Mendes Pinto. Na China o oriental insurge-se aos olhos do eu-narrador de uma forma positiva. A descrição das cidades começa por ser disso exemplo, após Nanquim surge a apologia à cidade de Pequim, da qual retiramos o seguinte excerto:

⁷⁴ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. II, p. 203.

⁷⁵ Idem, Vol. I, p.246.

«Esta cidade do Pequim (...) porque se não há-de imaginar que é ela uma Roma, uma Constantinopla, uma Veneza, um Paris, um Londres, uma Sevilha, uma Lisboa, nem nenhuma de quantas cidades insignes há na Europa se há-de imaginar que é como o Cairo, no Egipto, Tauris, na Pérsia, Amadabad, em Cambaia (...) Miocó, em Japão, as quais cidades todas são metrópoles de grandes reinos, porque ousarei a afirmar que todas estas se não podem comparar com a mais pequena cousa deste grande Pequim, quanto mais com toda a grandeza e sumptuosidade que tem em todas as suas cousas, como são: soberbos edifícios, infinita riqueza, sobejíssima fartura e abundância de todas as cousas necessárias, gente, trato e embarcações sem conto, justiça, governo, corte pacífica, estado de tutões, chaéns, anchacis, aitaus, puchancis e bracalões, porque todos estes governam reinos e províncias muito grandes, e com ordenados grossíssimos, os quais residem continuamente nesta cidade, ou outros em seu nome, quando por casos se sucedem, se mandam pelo reino a negócios de importância.»⁷⁶

Na sequência desta descrição continua o eu-narrador a mencionar as grandezas de Pequim:

«Também é razão que se saiba a grandíssima ordem e maravilhoso governo que tem este chim, rei gentio, em prover o seu reino de mantimentos, para que a gente pobre não padeça necessidades, e para isso direi o que disto se trata nas suas crónicas, que eu algumas vezes ouvi ler, escritas em letra de forma ao seu modo, que aos reinos e repúblicas cristãs pode ser exemplo, assim de caridade como de bom governo.»⁷⁷

⁷⁶ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 310.

⁷⁷ Idem, Vol. I, pp. 328, 329.

O enaltecimento da China atinge o seu expoente máximo quando Fernão Mendes Pinto se refere a S. Francisco Xavier e à sua visão sobre o governo e leis daquela cidade:

«Assim que em todas as cousas há neste reino um excelente governo e uma tão pronta execução nas cousas dele, que entendendo bem isto no tempo que lá andou, aquele bem – aventureiro padre mestre Francisco Xavier, lume ao seu tempo de todo o Oriente, cuja virtude e santidade o fizeram tão conhecido no mundo que por isso escusarei por agora de tratar mais dele, espantado, assim destas cousas como doutras muitas excelências que nesta terra viu, havia de pedir de esmola a el-rei nosso senhor que quisesse ver as ordenações e os estatutos da guerra e da fazenda por que esta gente se governava, porque tinha por sem dúvida que eram muito melhores que os dos romanos no tempo da sua felicidade, e que dê todas as outras nações de gentes de que os escritores antigos trataram.»⁷⁸

Como podemos verificar há por parte do eu-narrador um maior encantamento pelo Oriente após deixar a companhia de António de Faria. Até então o “Outro” é visto como o inimigo, não havendo lugar para o diálogo. No entanto, quando entra na China Fernão Mendes Pinto revela-se fascinado pelo que vê, ainda que muitas vezes não entenda os preceitos culturais que encontra visto estes serem em quase tudo distintos dos seus valores culturais ocidentais.

Em relação ao “Outro” começa por haver mais do que tolerância, pensamos que começa a haver respeito, o que sobressai na forma como Fernão Mendes Pinto começa a descrever o oriental. Verifica-se que há uma maior abertura ao “Outro”, havendo espaço para o diálogo.

⁷⁸ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 330.

Os pagodes são outro motivo de curiosidade, destacando-se os pagodes de Pocasser e de Tinagógó, sendo o primeiro descrito por Fernão Mendes Pinto nos seguintes termos:

«Aqui nos levaram a um pagode onde naquele tempo havia grande concurso de gente, por ser o dia da sua invocação, o qual nos disseram que fora antigamente casas de el-rei (...). Todo o edifício, com todas as oficinas, jardins, pomares, e tudo o mais quanto há nele que se fecha das portas adentro, está armado no ar sobre trezentos e sessenta pilares (...); estes trezentos e sessenta pilares têm o nome dos trezentos e sessenta dias do ano, e em cada um deles particularmente se festeja, com muitas esmolos e sacrifícios sanguinolentos, acompanhados de muitos tangeres, danças e outros modos de solenidades, o nome do ídolo daquele pilar que nele mesmo está posto em uma rica charola com uma alâmpada de prata diante. Por baixo, no andar destes pilares, vão oito ruas muito nobres, fechadas de uma banda e da outra grades de latão, com suas portas nas entradas para serventia dos peregrinos que vêm de fora e da mais gente que, como jubileu concorre continuamente a estas festas. (...).⁷⁹

É de notar a referência aos “sacrifícios sanguinolentos”, o que é revelador da incompreensão que os portugueses manifestavam em relação a estes rituais religiosos. Segue-se a descrição com a alusão às várias estátuas presentes ao longo do pagode, o que é demonstrativo da atenção de Fernão Mendes Pinto às manifestações culturais do “Outro”:

«Entre esta soma de estátuas (que segundo os chins nos afirmaram era mil e duzentas) estavam vinte e quatro serpentes do mesmo bronze, muito grandes, e em cima de cada uma delas estava assentada uma mulher com uma espada na mão e uma coroa de prata na cabeça; estas vinte e quatro mulheres

⁷⁹ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, pp.250, 251, 252

diziam que tinham títulos de rainhas (...). Destas fileiras de gigantes para fora estava outra que os fechava a todos em roda, de arcos triunfais cozidos todos em ouro, com muita quantidade de campainhas de prata penduradas por cadeias do mesmo (...). Destes arcos para fora, na mesma proporção, estão duas ordens de grades de latão, (...) com uns leões em todo cima, postos sobre bolas, que são as armas dos reis da China, como já algumas vezes tenho dito. Nas quadras deste terreiro estão quatro monstros do mesmo bronze, fundidos de tão estranha e descompassada grandeza e diabólica fealdade que os entendimentos dos homens quase o não podem imaginar, dos quais melhor me fora não dizer nada, pois entendo e confesso de mim que não tenho saber nem palavras para declarar tudo o que neles há; mas como não é razão que de todo fiquem escondidos sem se dar alguma notícia deles, direi o que couber no meu fraco entendimento.»⁸⁰

Relativamente ao pagode de Tinagógó diz-nos o eu-narrador estas palavras:

«Porque a este lugar concorre neste tempo inumerável gente de todas as nações daquelas partes, que vem a uma feira que se faz nesta festa, que dura quinze dias, (...). O templo deste ídolo é um sumptuosíssimo edifício, que está no meio deste campo em um outeiro redondo que tem mais de meia légua em roda (...) e no mais alto deste outeiro, que será de quase um quarto de légua em roda, estão vinte e quatro mosteiros de templos muito sumptuosos e ricos, (...). No meio destes vinte e quatro mosteiros, em um jardim fechado com três ordens de grades de latão, (...) estava a capela do ídolo Tinagógó, que é o deus de mil deuses, em uma charola redonda, toda de alto a baixo forrada de pranchas de prata, com muita soma de candelários do mesmo. O seu monstruoso vulto (o qual não soubemos se era de ouro, se de pau, se de

⁸⁰ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I, pp.250, 251, 252

cobre dourado) estava em pé, com ambas as mãos levantadas ao céu, e uma coroa rica na cabeça; ao redor dele estavam outros muitos ídolos pequenos, assentados em joelhos, olhando para ele como pasmados, e em baixo estavam doze vultos de homens agigantados, feitos de bronze, de trinta e sete palmos em alto, muito feios em grande maneira. Estes, diziam eles que eram os deuses dos doze meses do ano.»⁸¹

Em Tinagógó, os portugueses assistem às cerimónias e sacrifícios que lá se fazem, o que espanta os lusitanos na medida em que vêem coisas que nunca imaginaram serem passíveis de existir. Note-se os rituais perpetuados pelos peregrinos na crença de obterem a sua salvação, o que para o sujeito-narrador e os seus companheiros é muitas vezes incompreensível dada a violência de tais actos, o que é revelador do distanciamento cultural entre a civilização oriental e ocidental. Essa incompreensão é também reveladora da falta de conhecimento que os portugueses tinham do mundo do oriental. Note-se então no seguinte:

«Como esta sua festa e esta feira que nela se fazia com tanta concorrência de gente e diversidade de companhias de peregrinos, (...) em que havia muitas diferenças de sacrifícios e cerimónias, não havia nenhum dia em que não houvesse muitas maneiras de cousas muito novas e muitos custosos e muito para ver, e muito mais para notar (...). No meio das fileiras desta procissão, iam todas as invenções de sacrifícios, com suas charolas ricas, em que iam os ídolos de que cada um era devoto (...). E a este modo há entre esta gente, a que, por outra parte, não falta grande juízo e entendimento em todas as outras cousas, outras muitas maneiras de cegueiras e brutalidades, tão fora de toda a razão e entendimento humano, que fica sendo um grandíssimo motivo de dar continuamente infinitas graças a Deus aquele a quem ele, por sua infinita bondade e

⁸¹ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. II, pp.115, 116.

misericórdia, quis dar lume da verdadeira fé, para se salvar com ele.»⁸²

Fernão Mendes Pinto não entende o modo de devoção dos orientais, analisando o que vê com base na sua realidade religiosa. No entanto, os rituais a que presenciou, apesar de no seu entendimento não fazerem muito sentido, não deixam de constituir uma fonte de curiosidade pelas vivências do “Outro”. Este, pelos actos cometidos em nome da sua fé, é visto certamente como um fiel seguidor dos princípios em que acredita, distanciando-se, neste sentido, da falsa fé dos portugueses. Por este motivo parece-nos que, apesar de não perceber na totalidade os rituais religiosos dos orientais, Fernão Mendes Pinto sente algum respeito pela sua devoção.

O fascínio pelo extremo Oriente continua quando os portugueses entram no Japão. Ao saírem da cidade de Huzangué, em direcção a Tanixumá, o eu-narrador refere que ao longo do rio:

«(...) corremos, muitos e muito nobres lugares, assim vilas como cidades, que, segundo o aparato de fora, parecia que deviam de ser povos muito ricos, pela sumptuosidade dos edifícios que neles se viam, assim de casas particulares como de templos com coruchéus cozidos em ouro, e pela grande multidão de embarcações de remo que ali se viam com toda a sorte de mercadorias e mantimentos em muita abundância.»⁸³

Em Tanixumá, no Japão, os portugueses são bem recebidos pelos japoneses, sendo que estes também se mostram curiosos em relação aos ocidentais, o que é bem visível no seu espanto ao verem as armas de fogo levadas pelos portugueses, como se constata no seguinte:

«Nós os três portugueses, como não tínhamos veniaga em que nos ocupássemos, gastávamos o tempo em pescar e

⁸² Idem, Vol. II, pp. 116; 117; 120.

⁸³ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. II, p. 25.

caçar, e ver templos dos seus pagodes que eram de muita majestade e riqueza, nos quais os bonzos, que são os seus sacerdotes, nos faziam muito gasalhado, porque toda gente de Japão é naturalmente muito bem inclinada e conversável. No meio desta nossa ociosidade, um dos três que éramos, por nome Diogo Zeimoto, tomava por passatempo tirar com uma espingarda que tinha de seu, a que era muito inclinado, e na qual era assaz destro. E acertando um dia de ir ter a um paul onde havia grande soma de aves de toda a sorte, matou nele com a munição, umas vinte e seis marrecas.

Os japões, vendo aquele novo modo de tiros que nunca até então tinham visto, deram rebate disso ao nautoquim que neste tempo estava vendo correr uns cavalos que lhe tinham trazido de fora, o qual espantado desta novidade, mandou logo chamar o Zeimoto ao paul onde estava caçando, e quando o viu vir com a espingarda às costas, e dous chins carregados de caça, fez disso tamanho caso que em todas as cousas se lhe enxergava o gosto do que via, porque como até então naquela terra nunca se tinha visto tiro de fogo, não se sabiam determinar com o que aquilo era, nem entendiam o segredo da pólvora, e assentaram todos que era feitiçaria.»⁸⁴

Os japoneses revelam-se disponíveis a aprender com os portugueses, o que pressupõe que houve da sua parte uma abertura ao mundo ocidental, destacando-se a tentativa de diálogo real, o que se infere das palavras do autor ao referir que: «toda gente de Japão é naturalmente muito bem inclinada e conversável». Essa abertura foi, tal como nos diz Fernão Mendes Pinto, «De maneira que o fervor deste apetite e curiosidade foi dali por diante em tamanho crescimento que já quando dali nos partimos, que foi dali a cinco meses e meio, havia na terra passante de seiscentas.»⁸⁵

⁸⁴ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. II, p. 31

⁸⁵ Idem, Vol. II, p.32.

Na obra, verifica-se que há efectivamente uma abertura dos orientais em relação aos ocidentais. Constatamos também esta situação aquando da ida de S. Francisco Xavier ao Japão, onde o rei do Bungo toma o partido do padre em detrimento dos bonzos:

«E depois que sobre esta matéria houve algumas alterações em que se fez alguma detença, porque os bonzos não queriam conceder nas razões que lhe davam, el-rei se quis fazer nisso terceiro, e lhes disse:

_ Eu, segundo o que tenho alcançado do que até agora se praticou nesta matéria, entendo que o padre tem razão no que diz, mas que a vós outros vos falta fé para conhecerdes esta verdade, porque se a tivéreis não o contradisséreis, e já que vos ela falta para isto, ajudai-vos da razão como homens, e não ladreis como cães todo o dia, com uma pertinácia tão obstinada e cheia de cólera que a baba vos corre dos beiços como gozos danados que mordem a gente.»⁸⁶

O rei do Bungo acaba mesmo por querer ter amizade com Portugal, não sem alguma crítica aos portugueses, tal como depreendemos da carta que envia para Goa ao visor-rei:

«Ilustre e de majestade muito rica, senhor visor-rei dos iluminados da Índia, leão espantoso das ondas do mar, por força de naus e de bombardas grossas, eu, Yacatá andono, rei do Bungo, (...). Pelo que, senhor, lhe peço que em todo o caso, por si e por mim lhe rogue, já que os reis da terra o não podem mandar, que se venha logo nesta primeira moução, porque sua vinda a este meu reino será de muito serviço de Deus e nova amizade com o grande Rei de Portugal, para que esta minha terra com a sua seja em amor fixo uma só cousa, e os seus vassallos sejam franqueados em todos os portos e rios onde surgissem, como no vosso Cochim, onde estais.

⁸⁶Fernão Mendes Pinto, *op.cit.*, Vol. II, p. 316.

E vossa senhoria me mande em que por amizade sirva a seu rei, porque o farei tão depressa como a volta que o sol dá da manhã à noite. António Ferreira lhe dará umas armas com que venci os reis de Fiungá e Xemenaxeque, e vestido nelas como o dia em que lhe dei batalha, obedeço por meu irmão mais velho a esse invencível rei do cabo do mundo, senhor dos tesouros do grande Portugal.»⁸⁷

Assistimos a uma transformação do “Outro” que aceita e tenta integrar-se com os portugueses, integração essa que tem por base o respeito mútuo. A celebração da diferença é feita com base na afirmação da identidade respectivamente, do *nós* e do “Outro”. Este começa a ser respeitado na sua diversidade, sendo alguém aberto ao diálogo e à troca de valores e conhecimento.

No processo de integração assistimos a uma manutenção da identidade cultural de cada uma das partes, mas existe um desejo de envolvimento com a cultura do “Outro”. Este aspecto surge bem documentado no excerto que transcrevemos acima onde o rei do Bungo manifesta o desejo de manter relações culturais com Portugal, revelando uma aceitação em relação ao Ocidente. Há, na nossa opinião, um reconhecimento e um respeito pelas diferenças culturais.

⁸⁷ Fernão Mendes Pinto, *op.cit.*, Vol.II, p. 336.

Nos excertos analisados observámos que o “Outro” começa por surgir como o “inimigo”, personificado nos turcos e nos achéns. De facto, assistimos a uma competição entre o *nós*, portugueses, e os “Outros”. Estes “Outros” são avaliados pelos portugueses a partir das premissas do mundo do “Eu”. Este e os seus valores surgem inicialmente como o garante da homogeneidade face a uma realidade diferente e difícil de compreender, como era a do “Outro”. Estamos perante um conjunto de valores morais responsáveis pelo antagonismo bons/maus, em que os primeiros, os portugueses, se assumem como portadores de uma mensagem e atitudes positivas assentes na religião cristã. Os maus, os “Outros”, são todos aqueles cujas posições ideológicas se afastam da ideologia cristã, sendo por isso estigmatizados e julgados como inferiores.

Na obra, começamos por ter momentos de desencontro e conflito entre o grupo do *nós*, do qual faz parte o “Eu”, e o grupo do *eles*, dos “Outros”. Esses conflitos como vimos, nos excertos analisados, são produto essencialmente de uma incompreensão religiosa que surge como uma barreira ao diálogo intercultural. Num primeiro momento, a diferença estabelece-se devido a um olhar de superioridade do ocidental face ao oriental. Este surge na sua diferença percepcionado como inferior, pois o facto de praticar uma lei religiosa diferente leva a que seja desvalorizado na sua dimensão humana. Relativamente a esta concepção do mundo ocidental, temos que ter presente que na época em questão, século XVI, ainda se vivia uma filosofia cristã que rejeitava o diferente, este era sempre visto como inferior, aquele que ainda não atingiu um grau civilizacional aproximativo do homem ocidental.

É com base nestes pressupostos que nos parece que Fernão Mendes Pinto começa por abordar a imagem do “Outro” na obra. Assistimos a um preconceito baseado em imagens estereotipadas que começa por dar lugar a comportamentos de marginalização e discriminação em relação ao oriental, tal como assistimos nas descrições iniciais que são feitas desse “Outro”, sendo a sua identidade inicialmente negada.

O oriental começa por ser observado à luz dos princípios religiosos do *nós*, esquecendo-se estes que os orientais se encontravam no seio da sua cultura, sendo por isso mais difícil a abertura ao homem ocidental que se apresentava como um elemento hostil. O português, neste sentido, não compreende a realidade desse “Outro” que se insurge como diferente aos seus olhos, sendo assim que se estabelece o antagonismo entre eles. Contudo, pelas descrições feitas apercebemo-nos que o “Outro” também não se mostra muito receptivo ao que não conhece, travando-se uma luta religiosa, e veja-se a este propósito o Capítulo LIX, no qual se trava a luta entre Coja Acém e os portugueses. A falta de aproximação entre as culturas é uma evidência, sendo que mesmo quando tal se tenta estabelecer o resultado é sempre a luta, relembre-se o excerto do Capítulo XL anteriormente citado.

Há, inicialmente, da parte do ocidental um etnocentrismo que se caracteriza por lidar com a diferença através de uma estratégia de defesa, e de minimização do respeito pela diferença. No entanto, como pudemos ir constatando ao longo dos excertos citados o “Eu” vai revelando uma aproximação ao “Outro”, que se consubstancia no reconhecimento das diferenças culturais. Esse reconhecimento é mais do que ter unicamente consciência da diferença cultural do “Outro”, é respeitar integralmente a sua cultura e ser aberto a uma maneira diferente de pensar e agir.

A consciencialização das diferenças culturais é mais eficaz quando o “Eu” é confrontado com situações que envolvem pessoas de culturas diferentes e quando os seus valores são mudados ou estão em conflito. Pensamos que este processo foi vivido por Fernão Mendes Pinto, pois julgamos que a sua perspectiva em relação à diferença foi mudando à medida que experienciou uma série de situações que o levaram a repensar a sua posição em relação ao “Outro”.

Há então lugar para o diálogo intercultural que vai permitir que se transforme o confronto em encontro, e a simples tolerância em respeito. Poderá assim haver lugar para a solidariedade e para a compreensão do “Outro” na sua diferença, o que analisaremos mais detalhadamente noutra parte deste trabalho.

O “Eu” que se confronta pela primeira vez com uma cultura desconhecida depara-se com uma série de aspectos imediatamente apreendidos pelo olhar: tais como a arquitectura, a linguagem, o vestuário, a comida, os rituais, aos quais podemos denominar de manifestações explícitas de cultura. Por outro lado diríamos que há também manifestações culturais implícitas como os valores morais, as quais só se desvendam na interacção directa com o “Outro”. O que se verifica é que quanto maior forem as diferenças entre a cultura do “Eu” e a cultura do “Outro” maior é o choque inicial entre as culturas.

As Mulheres

As mulheres ocupam algum espaço na economia da obra. Elas são as rainhas, as velhas, as jovens que se cruzam com os portugueses no seu caminho. São muitas vezes responsáveis por encaminhar os portugueses, perdidos nas suas deambulações, ou vêm pedir-lhes ajuda para a resolução dos seus problemas, ou simplesmente encantam com a sua beleza e formosura.

Ao longo da *Peregrinação* são várias as vozes das mulheres que se fazem ouvir, as quais são respeitadas pelo eu-narrador, daí a importância que estas figuras femininas assumem na obra.

As rainhas assumem um papel relevante, pois muitas vezes são elas que chamam a atenção dos portugueses para a sua conduta. A primeira referência a uma figura feminina surge com a mãe do Preste João, a princesa de Tigremahom. Fernão Mendes Pinto começa por nos relatar que ele, juntamente com alguns companheiros, foram encarregues de ir a Arquico, terra do referido Preste João, a «dar uma carta que António da Silveira mandara a um Henrique Barbosa, feitor seu».⁸⁸ Na fortaleza de Gileytor encontram a mãe do Preste João, que aí estava escondida dos turcos, os quais pretendia que os portugueses combatessem. A princesa recebe os portugueses «com muita alegria»⁸⁹, sendo de destacar estas palavras:

«- A vinda de vós outros, verdadeiros cristãos, é ante mim agora tão desagradável, e foi sempre tão desejada, e o é todas as horas destes meus olhos que tenho no rosto, como o fresco jardim deseja o borriço da noite. Venhais embora, venhais embora, e seja em tão boa hora a vossa entrada nesta minha casa, como a da rainha Helena na terra santa de Jerusalém.»⁹⁰

⁸⁸ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 26.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, Vol. I, p.29.

⁹⁰ Idem, *ibidem*.

A princesa mostra interesse pelos portugueses, fazendo muitas perguntas sobre a religião cristã. De facto, a princesa revela-se devota da religião católica, pois para além de ouvir missa, no seu discurso utiliza comparações do foro bíblico, como a referida na transcrição anterior a propósito da rainha Helena, e a que utiliza quando se despede dos portugueses, «ide-vos muito embora, e seja em tão boa hora a vossa tornada à Índia, que quando lá chegardes vos recebam os vossos como o antigo Salomão recebeu a vossa rainha Sabá na casa admirável de sua grandeza». ⁹¹A princesa demonstra ser caridosa ao dar “vinte oqueas de ouro”⁹² aos portugueses e provendo-os de “mantimento e cavalgaduras”⁹³.

Um outro episódio relata-nos o sucedido entre os portugueses e a rainha de Onor. Esta recebeu a mando do capitão Gonçalo Vaz Coutinho uma carta do vice-rei, na qual se interpelava a rainha sobre o facto de abrigar no seu porto os turcos, tão inimigos do nome português, sendo ela uma aliada do rei de Portugal. A rainha desculpa-se dizendo que tal acontecia sem a sua vontade, pedindo aos portugueses que a ajudassem a expulsá-los, como podemos verificar na seguinte passagem:

« (...) porém quanto aos turcos em que lhe apontava, que só Deus, a quem ela tomava por juiz neste caso, sabia quanto contra seu gosto eles eram ali vindos, e que, pois sua mercê trazia forças para os poder lançar fora, o fizesse, que ela lhe daria para isso todo o favor quanto lhe fosse possível; que, para mais, bem sabia ele que ela não era poderosa nem se atrevia a pelejar com tamanha força; e que lhe jurava pelas alparcas douradas do seu pagode, que folgaria com a vitória que Deus lhe desse contra eles, como que o rei de Narsinga, cuja escrava ela era, a assentasse à mesa com sua mulher.»⁹⁴

⁹¹ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I Cap. IV, p.29.

⁹² Idem, *ibidem*

⁹³ Idem, *ibidem*

⁹⁴ Idem, Vol. I, p. 39.

Os portugueses não se satisfazem muito com as razões dadas, no entanto todos os motivos eram válidos para lutar contra os turcos em nome da fé cristã, como se depreende das seguintes palavras: «porque Deus nosso Senhor, por quem pelejávamos, nos ajudaria contra aqueles inimigos da sua santa Fé.»⁹⁵

Contudo, a rainha parecia continuar a favorecer os turcos, merecendo, por isso, a desconsideração dos portugueses, mas revela-se astuta ao perceber que não podia perder a amizade de Portugal, mandando ao capitão - mor:

«(...) um grande saugate de muitas galinhas e frangões e ovos que ele não quis aceitar, mas mostrando-se muito colérico contra ela, soltou umas palavras quiçá mais ásperas do que parecia razão, e disse que o senhor viso-rei saberia muito cedo quão servidora ela era do rei de Portugal (...).»⁹⁶

A rainha perante tal situação envia um brâmane para em seu nome implorar ao capitão-mor que confie na sua palavra. O discurso do brâmane é imbuído de pedidos de clemência, expressos nos vocábulos “ pede” e “roga”, invocando-se o facto da rainha não ser poderosa para expulsar os turcos:

«Mas já que no feito não pode haver o remédio que ela deseja, te pede e roga que de novo lhe confirmes as pazes que os governadores passados lhe concederam, pois trazes poder do senhor viso-rei para isso, e que ela te afirma e te dá sua palavra de mandar logo queimar a galé e aos turcos que se vão fora da sua terra, porque para o mais, como tu sabes, não é ela poderosa.»⁹⁷

A rainha, através das palavras do seu representante, revela a sua vulnerabilidade, merecendo, assim, por parte do capitão português, as pazes.

⁹⁵ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol I, p. 39

⁹⁶ Idem, Vol. I, p.42.

⁹⁷ Idem, Vol. I, p. 43.

As mulheres ao longo da obra vão surgir muitas vezes como as vozes que pedem auxílio, seja para si, ou para outros, como iremos constatar. A rainha de Aaru, após a morte do seu marido pelo sultão Alaradim, vê-se na necessidade de pedir ajuda aos portugueses, de quem era aliada. No entanto, a rainha apresenta-se como uma mulher corajosa e determinada, pois o seu maior intento era vingar a morte do seu marido, como podemos verificar no seguinte trecho:

«(...) se Deus nesta alma me não dera a sentir que com minha vida havia de vingar a sua morte, pelo sangue do qual juro diante de todos vós outros que enquanto eu for viva, buscarei sempre todos os meios possíveis para o fazer, e por esta causa chegarei a tanto extremo que mil vezes me farei cristã, se for necessário, para alcançar em minha vida isto que tanto desejo.»⁹⁸

A rainha na sua coragem empreende uma luta contra quatrocentos achéns, dos quais não escapara nenhum, e indo para o mato «lhe fez tanta guerra e os salteou por tantas vezes no tomar da água e lenha e outras cousas de que tinham necessidade, que não ousavam já nenhuns a sair fora»⁹⁹. Destarte, a rainha sente necessidade de pedir ajuda ao capitão da fortaleza de Malaca, Pêro de Faria. Este, apesar de receber a pobre rainha, fá-la esperar continuamente pela ajuda pedida, até que, já desesperada da sua má condição, a rainha vê-se obrigada a tecer críticas à má acção dos portugueses para com ela:

«Nobre e esforçado senhor capitão, peço-vos muito, pela realidade da vossa progénie, que me não cerreis as orelhas em este pequeno espaço que vos quero falar, e que olheis que ainda que sou moura e cega, por meus pecados, no claro conhecimento da vossa santa lei, todavia, por ser mulher, e porque já fui rainha, me deveis de ter algum respeito, pondo

⁹⁸ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol I, p. 86.

⁹⁹ Idem, *ibidem*.

piedosamente os olhos de homem cristão em meu
desamparo.»¹⁰⁰

A rainha apela para a caridade cristã, apesar de, como a própria diz, ser “moura e cega”. A dupla adjectivação parece-nos que vem reforçar o facto de não ser cristão não significar ser menos consciente ou integro em relação aos outros, distanciando-se, neste aspecto, a rainha em relação aos portugueses que se mostraram pouco cristãos na sua conduta. A rainha demonstra ser muita mais respeitadora dos princípios morais invocados pelos cristãos do que os próprios portugueses, que se revelaram desonestos e egoístas. A “desconsolada rainha”, como lhe chama o autor, não resiste aos maus fundamentos do capitão Pêro de Faria, nas desculpas que lhe dá para a falta de ajuda, a qual:

«(...) com tantos soluços que quase não podia falar lhe disse:

_ Fonte limpa é o Deus que naquela casa se adora, de cuja boca procede toda a verdade, mas os homens da terra são charcos de água turva, em que por natureza continuamente moram desvarios e faltas, pelo que se deve haver por maldito o que confia no bocejo do seus beijos. Porque vos afirmo, senhor capitão, que desde que me entendi atégora, nenhuma outra cousa tenho visto nem ouvido senão que quanto os desaventurados, como meu marido e eu, mais fazem por vós, os portugueses, tanto menos fazeis por eles, e quanto mais deveis, menos pagais, pelo que inferindo daqui, o que claramente se pode afirmar é que o galardão da nação portuguesa mais consiste e mais pende da aderência que do merecimento da pessoa. (...) E se vos não atrevíeis ou não queríeis dar-me este socorro, para que vos penhoráveis tão levemente com esta desconsolada mulher, tão órfã do que pretendia e do que lhe pareceu que achasse em vós quão

¹⁰⁰ Fernão Mendes Pinto, *op.*, *cít.*, Vol. I, p. 88.

enganada agora se acha com a liberalidade de vossas promessas.»¹⁰¹

Face a não ter tido o auxílio que pretendia dos portugueses, a rainha viu-se obrigada a pedi-lo ao rei do Jantana que não se mostrou admirado perante o que ela lhe contou, pois já conhecia a falsidade dos portugueses. A rainha revela ser honrada nas suas promessas, pois não aceita casar-se com o referido rei sem ter a garantia que este cumpre o que lhe havia prometido:

«Ao que ela respondeu que ainda que a honra do que lhe cometia era muito grande para ela, a não aceitaria se em dote e arras lhe não promettesse a vingança da morte de el-rei seu marido, porque lhe afirmava que isso era somente a que pretendia, e que sem isso não aceitaria ser senhora do mundo.»¹⁰²

Parece-nos que Fernão Mendes Pinto revela alguma piedade para com esta mulher, na medida em que se poderá depreender das suas palavras que admira a sua coragem e determinação para a prossecução dos seus objectivos.

Outro episódio envolvendo uma rainha é o que se refere à rainha de Pongor, mãe do rei que governava a cidade de Pongor. Ela assume uma posição de adjuvante dos portugueses, em cujo grupo se integra o narrador, pois através da sua intervenção os portugueses vêm-se livres das acusações que sobre eles pendiam. Um grupo de mulheres mobiliza-se, ao saber da sentença que lhes fora dada, serem todos feitos em quartos, visto uma das mulheres ser esposa de um piloto, a qual ao saber do que lhe iria suceder «caiu subitamente no chão como morta, onde esteve sem fala um grande espaço, e quando tornou em si, se feriu com as unhas no rosto»¹⁰³. As mulheres da cidade ao verem tal aparato, «a qual cousa tão nova e tão

¹⁰¹ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, pp. 89/90.

¹⁰² Idem, Vol. I, 91.

¹⁰³ Idem, Vol. II, p.55.

desacostumada entre esta gente»,¹⁰⁴ resolveram escrever uma carta à mãe do rei que «ia assinada por mais de cem mulheres das principais de toda a cidade»¹⁰⁵ da qual transcrevemos o seguinte:

«Pérola santa congelada na ostra maior do mais fundo das águas, estrela esmaltada de raios de fogo, madeixa de cabelos dourados entretecida em capela de rosas (...). Conchanilau, donzela formosa e bem inclinada, e sobre tudo mais honrada que todas as desta cidade, pela criação que sua mãe fez em ti, te certificará da parte de Deus e de el-rei teu marido, por cujo amor te pedimos isto, das mais particularidades deste negócio, assim das contínuas lágrimas e gemidos em que todos estes pobres agora ficam, como do grande medo e tristeza em que toda esta cidade está posta (...).»¹⁰⁶

As mulheres da cidade demonstram grande respeito para com a rainha, o que é evidenciado pelo uso de vocábulos como “formosa”; “bem inclinada”; “honrada”, sendo que é revelador também a noção de superioridade de classe social.

A rainha atende ao pedido que lhe é feito, intercedendo junto do rei a favor dos portugueses. Aquele favorece os portugueses, ficando a rainha, sua mãe, satisfeita, bem como as mulheres da cidade. É de salientar que o rei tem em atenção o facto de o pedido lhe ter sido dirigido pelas mulheres, o que pesou, sem dúvida, na sua decisão: « E porque agora me foi pedido por todas as mulheres nobres dessa cidade, que eu tenho em conta de minhas parentes (...) apontando-me na carta razões que me moveram a não lho negar (...) porque temi que, se lho negasse, chegassem os seus brados ao mais alto dos céus (...)».¹⁰⁷

¹⁰⁴ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol II, p. 55.

¹⁰⁵ Idem, Vol, II, p.57.

¹⁰⁶ Idem, Vol. II, p.56.

¹⁰⁷ Idem, Vol. II, pp. 59, 60.

Este episódio é aquele que na tessitura da obra vai envolver um maior número de mulheres, destacando a autor a sua solidariedade, piedade e sensibilidade.

A rainha Nhay Canató, mulher do rei de Matarvão, vai merecer a condescendência de Fernão Mendes Pinto, na medida em que, juntamente com o seu marido e filhos, foi vítima da fúria do rei Bramá. Este saqueia a cidade de Matarvão, despojando o rei do seu trono, prometendo-lhe, contudo, que o iria favorecer. Mas, na realidade não foi assim que sucedeu uma vez que o rei foi morto, tendo o mesmo destino a sua mulher e filhos. Esta rainha vai ser a protagonista de um episódio onde se apela à piedade de uma mãe que se vê obrigada a pedir clemência para os seus filhos, podendo-se ver aqui analogias com o episódio de Inês de Castro, do poema épico de Luís de Camões.

Neste sentido, passamos a transcrever as palavras de Nhay Canató:

«_ Ó filhinhos, filhinhos meus, gerados de novo no interior de minha alma, quem fora tão bem-aventurada que pudera remir vossas vidas a troco de por isso me darem mil mortes! Eu vos certifico por esta hora de temor e tristeza em que vos eu vejo e todos me vêem, que assim o aceitara da mão deste fraco inimigo, como ver a presença do alto Senhor no descanso da sua celeste morada.»¹⁰⁸

O rei do Bramá após o triste desfecho que atrás referimos, parte para o Pegu, com o intuito de saquear a cidade e se tornar rei. Contudo, vai enfrentar a determinação de uma rainha em defender a sua cidade do Prom. Esta rainha era Nhay Nivelau, casada com um “moço de treze anos”, da qual era tia, governando em seu nome. Segundo o que nos diz o narrador ela tinha trinta e seis anos e era «mulher muito alva e bem assobrada».¹⁰⁹ Sentindo-se

¹⁰⁸ Fernão Mendes Pinto, op., cit., Vol. II, p. 95.

¹⁰⁹ Idem, Vol. II, p.106.

ameaçada pelo rei de Bramá, a rainha do Prom humildemente resolve enviar uma carta ao rei usurpador, pedindo-lhe que a poupe a si e à população:

«Poderoso e grande senhor, mais favorecido na casa da fortuna, que todos os reis que habitam na terra, fortaleza forte de grande poder, (...) eu, a Nhay Nivelau, pobre mulher, aia e serva deste pobre menino, te peço com lágrimas, prostada diante de ti, com aquele acatamento que se te deve como a senhor, porque sou mulher que não me sei defender (...). Por amor do qual te peço e rogo que me não queiras tomar o meu, pois como sabes, é tão pouco que nem com ele podes ser maior, nem sem ele ficarás menor (...)».¹¹⁰

A rainha demonstrou ainda ser corajosa ao defender a sua cidade contra a tirania dos bramas, contudo o seu espírito de sacrifício não foi suficiente para se proteger das suas maléficas intenções. Daí que: «Acabada a cruel e sanguinolenta destruição desta triste cidade, o tirano, a modo de triunfo (...) e chegando às casas que foram do pobre rei minino, se coroou nelas por rei do Prom.»¹¹¹. O rei bramá revelou por último toda a sua violência e espírito vingativo ao matar a rainha, como podemos verificar na seguinte descrição:

«Após isto lhe trouxeram a rainha, mulher do reizinho, que como já se disse, ele era de idade de treze anos e ela de trinta e seis, mulher muito alva e bem assombrada (...), a qual rainha havia três anos que este bramá mandara pedir por mulher a seu pai, segundo se então lá dizia, e ele lha negara (...) este cruel e fraco tirano, o qual agora, assim para desprezo dela e de seu pai como para se vingar da passada afronta que recebera dele, a mandou ali em público despir nua e dar-lhe muitos açoutes, e após isso a mandou levar por toda a cidade, e com grandes gritas e apupadas de gente baixa e desonesta,

¹¹⁰ Fernão Mendes Pinto, *op.*, *cít.*, Vol.II, pp.100, 101.

¹¹¹ Idem, Vol. II, p.105.

lhe mandou dar outro tormento a que a pobre rainha logo expirou; e depois de morta a mandou atar com o reizinho seu marido que ainda estava vivo.»¹¹²

Depreende-se das palavras do sujeito narrador que este se sente revoltado contra a tirania de um rei sobre uma mulher que só queria proteger o pouco que tinha. De facto, parece-nos que Fernão Mendes Pinto se revela quase sempre solidário com as pobres rainhas, que no seu infortúnio se viram desamparadas e sem o auxílio de quem lhes poderia valer, nomeadamente os portugueses. Mas sobre estes, e as críticas que lhe são dirigidas, falaremos em outra parte deste trabalho.

A rainha do Guibém surge caracterizada como uma mulher com coragem para enfrentar o inimigo com o objectivo de proteger o seu reino. Esta rainha ao ver-se confrontada com o rei do Sião torna-se sua tributária, entregando-lhe mesmo o seu filho como vassalo: «A rainha por se não atrever a resistir ao poder de el-rei de Sião, se fez por concerto sua tributária em cinco mil turmas de prata cada ano (...) e afora isto lhe entregou o reizinho seu filho por seu vassalo, o qual el-rei levou consigo para Sião.»¹¹³

No entanto, o mesmo rei do Sião vai ser traído pela própria mulher que o mata com “peçonha”. A rainha, enquanto o rei esteve ausente, cometeu adultério, “ com um seu comprador que se chamava Ucunchenirat”¹¹⁴, tendo engravidado dele. Quando o rei do Sião chegou, a rainha:

« (...) era já prenhe de quatro meses, arreceosa do que era razão que se arrecesasse, determinou, por se salvar do perigo em que estava, de matar el-rei seu marido com peçonha, e sem fazer mais detença, lha deu logo em uma porcelana de leite, de que não viveu mais que sós cinco dias, no qual espaço de tempo proveu por seu testamento algumas cousas do reino (...)»¹¹⁵

¹¹² Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. II, p.106.

¹¹³ Idem, Vol. II, p.200.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹¹⁵ Idem, Vol. II, pp.200, 201.

O filho do rei é entronizado, e após a sua morte a maquiavélica rainha tece uma urdidura com o escopo de o destituir do trono e fazer rei o seu amante, e posteriormente o filho que ambos tinham em comum. Contudo, a rainha não foi feliz nos seus intentos uma vez que após matar o próprio filho com “peçonha”, também ela e o seu companheiro foram mortos pelo odiá Passiloco, e pelo rei do Camboja, o que podemos constatar na transcrição seguinte:

«E como o reizinho seu filho era o principal impedimento disto que ela pretendia, nem este escapou a esta sua desatinada fúria, porque também o matou com peçonha.

E feito isto se casou com Ucunchenirat, que fora seu comprador, e o fez levantar por rei nesta cidade (...) e aos dous dias de Janeiro do ano seguinte de 1546, foram ambos mortos pelo odiá Passiloco e pelo rei de Camboja, em um certo banquete que estes príncipes deram em um templo que se dizia Quiay Figrau (...)»¹¹⁶

A rainha do Sião vai merecer por parte do sujeito narrador o epíteto de “má rainha”, visto as suas acções serem passíveis de condenação. Esta rainha contrasta com as anteriores na medida em que as suas atitudes não se enformam nos princípios morais seguidos por aquelas outras. Enquanto as referidas rainhas se mostraram dispostas a lutar e a morrer pela defesa do seu reino, revelando-se esposas fiéis, esta rainha revela-se sem escrúpulos para atingir os seus fins. A este propósito refere o sujeito narrador: «E depois de inventar para efeito disto muitas diferenças de maldades nunca ouvidas nem imaginadas, de que aqui não trato porque hei medo de as contar (...)»¹¹⁷

Na obra, quando abordamos a perspectiva de Fernão Mendes Pinto em relação ao “Outro” não se pode ignorar o papel de relevância que assume a velha. Esta figura feminina destaca-se no texto pelas funções que

¹¹⁶ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol., II, p. 211.

¹¹⁷ Idem, Vol. II, p.210.

desempenha, sendo muitas vezes uma auxiliar preciosa para os portugueses, destacando-se a sua sapiência e prudência para intervir como adjuvante dos viajantes lusos. Neste sentido, vamos analisar algumas passagens onde aparece a referida figura e ver qual o seu papel no desenrolar da estória. Logo no capítulo XV, aquando da ida de Fernão Mendes Pinto a Calampatur, nas casas do rei dos batas, depara-se com uma “mulher velha” a qual lhe deu indicação que entrasse e «com aspecto grave e severo», lhe disse: «Tua vinda, homem de Malaca, a esta terra de el-rei meu senhor, é tão agradável à sua vontade como chuva em tempo seco na lavoura de nossos arroz». A comparação expressa a importância da chegada dos portugueses para aquele reino, pois necessitavam de ajuda bélica. A mulher tenta, através das suas palavras, manter uma aproximação entre os portugueses e os batas, utilizando para isso expressões do foro religioso: «Entra seguro e sem receio de nada, porque já todos, pela bondade de Deus, somos como vós outros, e assim esperamos nele que seja até o derradeiro bocejo do mundo.»¹¹⁸

Na barra de Lugar, Fernão Mendes Pinto e os companheiros são atacados por mouros e turcos, vendo-se obrigados a lançar ao mar, entrando depois por matos desconhecidos. Durante sete dias andaram os portugueses desamparados, ao fim dos quais lhes aparaceu :

« (...) uma mulher já de dias, que no aspecto e na gravidade de sua pessoa mostrava bem ser quem depois soubemos que era, a qual, em nos vendo da maneira em que estávamos, como quem se apiedava de nós e se condoía da nossa desventura e das feridas que lhe mostrámos (...). Esta honrada mulher, nos vendo assim feridos e com as camisas e calções envoltos em lama e em sangue, nos mandou logo lavar com muitos baldes de água e dar a cada um seu pano com que por então nos cobrimos, e fazendo-nos assentar junto de si, nos mandou trazer de comer (...)»¹¹⁹.

¹¹⁸ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 53.

¹¹⁹ Idem, Vol. I, p. 108

Esta mulher vai merecer o respeito de Fernão Mendes Pinto, o que está bem patente na forma como este se lhe dirige “honrada mulher”, a qual «era viúva, e da geração honrada, (...), fora mulher do xabândar de Prevedim»,¹²⁰ «e não tão velha que passe de cinquenta anos»¹²¹

Será através desta mulher que os portugueses ficam a conhecer o nome do seu inimigo Coja Acém. De facto, observamos que esta figura que se apresenta como caridosa e crente nos desígnios de Deus, embora não se assuma como cristã, vai ser a guia que protege e orienta os portugueses até estes se encontrarem de novo com forças para poderem retomar a sua viagem.

Numa outra situação deparamo-nos com os portugueses a convalescer de um naufrágio, continuando depois a sua jornada até encontrarem um chafariz onde repousaram um tempo. Os habitantes do local ao verem portugueses ficaram um tanto espantados, pelo que decidiram mandar uma mulher velha a interpelá-los, a qual vai servir de intermediária.

Na continuação do seu périplo os portugueses chegam a uma quinta onde se deparam com «uma mulher velha que trazia umas vestiduras compridas e umas contas ao pescoço, ao modo daquelas que o povo costuma chamar de beatas»¹²². Esta vai encaminhar os portugueses a uma casa onde estava uma mulher de cinquenta anos «com duas moças muito fermosas junto de si, ricamente vestidas, e seus fios de pérolas ao pescoço»¹²³. Os portugueses ao verem o dono da casa, que se encontrava doente, pedem-lhe esmola, ao que a velha vai reagir dizendo: « Não mais, não mais, porque me dói ver-vos chorar, e já sei que deveis de pedir esmola.»¹²⁴ No entanto, toda a família se vai destacar pela sua hospitalidade e benevolência para com os portugueses, dando-lhes comida, alojamento e dinheiro para poderem prosseguir o seu caminho. Mais uma vez os portugueses se confrontam com o humanismo oriental, assumindo as mulheres um papel de destaque ao sentirem piedade dos portugueses.

¹²⁰ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 109.

¹²¹ Idem, Vol. I, p.108.

¹²² Idem, Vol. I, p.235.

¹²³ Idem *ibidem*.

¹²⁴ Idem, *ibidem*.

Numa das casas do calaminhã, os portugueses vão ser recebidos por uma mulher de «mais de cinquenta anos, acompanhada de seis moças ricamente vestidas».¹²⁵ Esta mulher demonstra ter muita autoridade ao falar para o Monvagaru, mandarim e tio do rei, com quem os portugueses estavam, o que lhes causou algum espanto.

Note-se que as mulheres referidas têm em comum o facto de terem mais de cinquenta anos, o que lhes confere autoridade e respeito. A caridade e humanismo são outras das características que são associadas a estas mulheres que ajudam e acolhem os portugueses. Estas mulheres ao intercederem pelos portugueses apresentam-se como intermediárias entre duas realidades tão díspares, como era a dos portugueses e a dos orientais.

No que se refere ainda à abordagem das imagens do feminino na obra surge uma figura, a nosso ver, bastante interessante na medida em que se distingue de todas as outras pelas suas características. Essa figura é Inês de Leiria, que tem como traço distintivo o facto de ser mestiça. Inês de Leiria era filha de Tomé Pires, um português, que havia ido «por embaixador a el-rei da China» o qual se casara com uma gentia que convertera ao cristianismo. Assim sendo, Inês de Leiria cresceu num ambiente cristão, ao qual se mantinha fiel, pois o seu pai havia convertido «muitos gentios à fé de Cristo, (...) que ali em sua casa se ajuntavam sempre aos domingos a fazer a doutrina».¹²⁶ Os portugueses são, mais uma vez, beneficiados da caridade feminina, pois Inês de Leiria providencia-lhes mantimento e dinheiro, o que foi muito apreciado. Há, neste episódio uma identidade religiosa que vai permitir que se estabeleça uma relação de confiança. Este episódio revela-se também significativo na medida em que nos mostra uma referência à mestiçagem, bem como ao processo de cristianização que ia sendo levado a efeito no Oriente. Inês de Leiria pertenceria, certamente, a uma comunidade cristã que ainda manteria a autenticidade dos valores cristãos, tal como nos é dito: «E assim viviam todos muito conformes e amigos, sem haver ódio entre eles ou inimizade alguma.»¹²⁷

¹²⁵ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. II., p.135.

¹²⁶ Idem, Vol.I, p. 259.

¹²⁷ Idem, *ibidem*.

Os portugueses vão receber a caridade de uma outra mulher cristã, sendo esta a mulher de Vasco Calvo, um português que ficara cativo no Oriente. Em sua casa praticava-se a fé cristã, havendo «um oratório muito bem concertado, onde estava um altar com uma cruz de prata e dous castiçais e uma alâmpada do mesmo»¹²⁸, à semelhança do que tinha Inês de Leiria. A mulher de Vasco Calvo vai receber os portugueses com caridade e amor, tal como o autor refere «como se fora mãe ou irmã de cada um de nós».¹²⁹

Num outro episódio surge-nos uma mulher cristã, Violante, que os portugueses encontram após terem sido atacados por ladrões. Esta mulher, bem como o seu marido gentio, mostram-se muito caridosos para com os portugueses, tal como nos diz o narrador: «ambos chorando muitas lágrimas, (...), e ela tratou logo de nos prover de cura para as feridas (...) e nos fez outras muitas caridades de boa cristã».¹³⁰

Uma outra situação com uma mulher portuguesa ocorreu quando os portugueses estavam a ver as “cabildas dos jogues” onde encontraram uma portuguesa que era viúva de um *jogue*, acreditando que apesar de ela andar «naqueles trajes do diabo, nunca deixara de ser cristã».¹³¹ Os portugueses, ao verem a mulher, apelam para que esta daí a dez dias fosse ter com eles à cidade de Timplão para «acabar os seus dias na povoação do apóstolo S. Tomé.».¹³² No entanto, contrariamente às expectativas dos portugueses a mulher não apareceu, preferindo continuar com a vida que levava já longe do cristianismo e próxima dos hindus. Esta mulher afasta-se de mulheres como Inês de Leiria, que apesar de viver numa comunidade oriental professava a fé cristã.

No Oriente, Fernão Mendes Pinto deparou-se com um universo feminino muito distinto daquele que certamente conhecia em Portugal. Neste sentido, nas casas do calaminhã os portugueses assistem a «uma comédia representada por doze mulheres muito formosas e muito bem vestidas, na

¹²⁸ Fernão Mendes Pinto, op., cit., Vol.I, p.339.

¹²⁹ Idem, ibidem.

¹³⁰ Idem, Vol. II, pp. 172, 173.

¹³¹ Idem, Vol.II, p. 131.

¹³² Idem, ibidem.

qual veio uma filha de um rei»¹³³. Seguidamente, é representada uma farsa por doze moças que «eram filhas de príncipes e grandes senhores (...). Houve também outras três ou quatro comédias ao modo desta, representadas por mulheres moças muito nobres, com tanto aparato, primor e riqueza, e com tanta perfeição em tudo que os olhos não desejavam de ver mais.»¹³⁴ Nas casas do calaminhã os portugueses deslubram-se com as qualidades das mulheres, não deixando estas de ser enaltecidas:

«Pelo meio deste jardim andavam muitas mulheres moças, muito fermosas e muito bem vestidas, recreando-se em muitos passatempos, assim de bailes e danças muito concertadas, como de músicas de muita variedade de instrumentos suaves, quase ao nosso modo, os quais tangiam com tanto concerto e tão suave harmonia que não havia ninguém que não tivesse muito gosto de lhe inclinar as orelhas; outras estavam assentadas, lavrando e fazendo debuxos de cordões de ouro; outras jogando; e outras colhendo frutas para comerem, e tudo isto com tanto primor e concerto, e com uma quietação tão honesta, grave e severa, que nós, os nove, íamos como pasmados.»¹³⁵

No reino do Bungo, novamente os portugueses são confrontados com as habilidades artísticas das mulheres orientais quando assistem a uma farsa representada pela filha dos reis. Diz-nos o autor:

«Então uma filha de el-rei, moça já de catorze até quinze anos, e muito fermosa, pediu licença a sua mãe para uma certa farsa que seis ou sete queriam fazer sobre a matéria de que se tratava, e a rainha com consentimento de el-rei lha concedeu. (...) Estando nós no meio desta afronta, porém sofrendo melhor a zombaria pelo gosto que víamos que el-rei e a rainha tinham dela, saiu de dentro a princesa, muito fermosa em traje de

¹³³ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. II, p.138.

¹³⁴ Idem, Vol. II, p. 139

¹³⁵ Idem, Vol. II, p. 136.

mercador, com um terçado de chaparia de ouro na cinta, e tudo o mais muito apropriado ao que representava (...) »¹³⁶.

Contudo, observamos que o autor, apesar de apreciar as qualidades da mulher oriental, não deixa de se sentir afrontado não só pela farsa que é representada, na qual se satirizam os portugueses, como também pelo facto de haver, diríamos, um choque cultural, pois os portugueses comem com as mãos o que para os orientais era visto com desdém. Neste sentido, os portugueses são também percebidos pelos orientais como sendo estranhos. De facto, tratavam-se de sistemas culturais muito distintos, onde, apesar de haver curiosidade mútua, não se elidia a oposição de diferenças muito difíceis de ultrapassar, principalmente se tivermos em conta que se trata do século XVI. Repare-se, a este propósito, na seguinte transcrição:

«(...) porém os ditos e galantarias que as damas nos diziam, e as zombarias que faziam de nós quando nos viram comer com a mão, foram de muito mor gosto para el-rei e para a rainha que quantos autos lhe poderam apresentar, porque como toda esta gente costuma a comer com dous paus, como já por vezes tenho dito, têm por muito grande sujidade fazê-lo com a mão, como nós costumamos.»¹³⁷

Na obra, podemos observar que no Oriente as mulheres eram apreciadas pelas suas qualidades não só artísticas, como também pelos seus valores morais e intelectuais. De facto, constatamos que o narrador nos refere mesmo que as mulheres muitas vezes eram preferidas em relação aos homens para o desempenho de determinadas funções. A este propósito destacamos o que nos diz o narrador sobre o facto de ter sido uma mulher «viúva, de quase sessenta anos de idade»¹³⁸ a levar um recado ao rei da Sunda da parte do rei de Demá:

¹³⁶ Fernão Mendes Pinto, *op.*, *cit.*, Vol. II, p. 352.

¹³⁷ Idem, *ibidem*.

¹³⁸ Idem, Vol. II, p.174.

«E para que se saiba a razão por que este recado veio mais por mulher que por homem, se há-de saber que foi sempre costume antiquíssimo dos reis destes reinos, desde principio deles, tratarem as cousas de muita importância e em que se requer paz e concórdia por mulheres, e isto não somente nos recados particulares que os senhores mandam aos vassalos, como foi este agora, mas também nos negócios públicos e gerais que uns reis tratam com os outros, por suas embaixadas. E dão para isto por razão, que ao género feminino, pela brandura da sua natureza dera Deus mais afabilidade e autoridade, e outras partes para se lhe ter mais respeito do que aos homens, porque são secos, e por essa razão menos agradáveis à parte onde se mandam.»¹³⁹

Contudo, contrária a esta ideia é relevante apontarmos a referência que é feita ao pecado original, devido à tempestade que se abateu sobre a província de Sansy, na China. Este flagelo levou os habitantes da cidade a pedir clemência a Deus, mas tal como nos é dito: «homens somente, porque as mulheres têm eles para si que não são capazes de Deus as ouvir, pela desobediência do primeiro pecado que Eva cometeu.»¹⁴⁰

Porém, nas transcrições feitas sublinhamos o facto de, apesar de tudo, as mulheres orientais serem-nos apresentadas como tendo um papel muito relevante na sociedade. As mulheres são de um modo geral, descritas como sendo detentoras de uma coragem e determinação que não deixa de causar alguma perplexidade ao homem português de Quinhentos, apesar de como podemos constatar pelas palavras de João David Pinto-Correia:

«Observações como as que faz no cap. CLXXII, sobre as «mulheres» e sobre o reconhecimento da sua capacidade de ocuparem cargos como os das «embaixatrizes» para assuntos de muita importância iluminam-nos melhor a face de um homem

¹³⁹ Fernão Mendes Pinto, Vol. II, p. 174.

¹⁴⁰ Idem, Vol. II, p. 348.

que consideramos, na verdade, ter estado, pelo menos quanto a alguns aspectos, em avanço sobre o seu tempo.».¹⁴¹

Neste capítulo, dedicado às imagens do feminino na obra, evidenciamos ainda que Fernão Mendes Pinto define as mulheres orientais como sendo muito “alvas e fermosas”, adjectivos recorrentes ao longo do texto com os quais se reiteram as suas qualidades. Veja-se, a título de exemplo, a descrição que Fernão Mendes Pinto delas faz, a propósito do reino de Pegu: «As mulheres, comumente, são muito alvas e muito fermosas, mas o que lhes dá maior lustro é serem bem inclinadas, castas, caridosas e maviosas.»¹⁴²; qualidades que são extensíveis às restantes mulheres que povoam o texto como pudemos discernir ao longo da análise feita.

Por último, terminaremos a nossa abordagem com a referência à figura feminina lendária que terá fundado o império da China, Nancá. Refere-nos Fernão Mendes Pinto que colheu a sua informação «na primeira crónica, das oitenta dos reis da China (...) a qual eu ouvi muitas vezes ler»¹⁴³, o que é revelador da atenção e interesse do autor relativamente à cultura oriental. Nancá era uma mulher que tivera três filhos de um príncipe, de nome Turbão, sendo que «a rainha, viúva, mãe dele, tinha muito grande desgosto.»¹⁴⁴ Contudo, Turbão, profundamente apaixonado, quer legitimar o seu primogénito, acabando por ser morto, o que vai causar vários conflitos. Face a esta situação, Nancá e os seus filhos ficam em situação de perigo vendo-se obrigados a fugir dos usurpadores do trono, constituindo um forte numa lezíria que existia no meio do rio. Após viver algum tempo em paz, Nancá sabe que vai ser atacada pelo padrasto de Turbão, o tirano Silau, vendo-se obrigada a tomar providências para a defesa dos seus. No entanto, favorecida do favor divino Nancá vê-se a salvo do perigo que a esperava:

¹⁴¹ João David Pinto-Correia, *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, Edições Duarte Reis, Lisboa, 2002, p. 85.

¹⁴² Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol, II, p.146.

¹⁴³ Idem, Vol. I, p.261.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*.

«Afirma também esta história, que eu muitas vezes ouvi ler, (...) viram uma manhã vir pelo rio abaixo a armada dos trinta jangás muito bem concertadas e sem gente nenhuma, e a razão disto foi, segundo afirma a mesma história (...) que vindo esta armada toda junta, para sem nenhuma piedade efectuar na pobre Nancaa e nos seus três filhos (...) os danados e cruéis intentos do tirano Silau (...) se criara sobre ela uma nuvem preta, a qual, lançando de si muitos fuzis e coriscos, chovera dela uma água muito grossa, de gotas tão quentes em tanto extremo que dando na gente que neste tempo ainda estava acordada, a fez lançar toda ao rio, onde em menos de uma hora pereceu toda, porque que dizem que na carne onde tocava qualquer daquelas gotas a queimava de tal maneira que com uma dor incomportável lhe penetrava até ao mais intrínseco dos ossos, sem haver vestido nem outra cousa alguma que sobre si pusessem que lhe pudesse fazer resistência.

Conhecendo então a Nancaa que era aquilo um muito grande mistério, recebeu esta mercê da mão do senhor com muitas lágrimas e lhe deu por ela muitas graças com todos os seus. E embarcando-se com os seus três filhos e com toda a mais gente (...) chegaram àquele sítio onde agora está edificada a cidade de Pequim.»¹⁴⁵

À nova cidade fundada foi dado o nome do primogénito, Pequim, sendo os nomes dos outros dois filhos, Pacão e Nacau atribuídos a outras duas cidades, e por último Nancá deu origem ao nome de Nanquim: «E a da mãe deles, que, como disse, se chamou Nancá, se lê também que fundou a cidade do Nanquim, que é a segunda desta monarquia, e que dela tomou o nome que inda hoje em dia tem».¹⁴⁶

Parece-nos que podemos encontrar algumas semelhanças de carácter entre Nancá e algumas das rainhas referidas anteriormente, nomeadamente a coragem e determinação. É de notar também que na tradição Ocidental só os

¹⁴⁵ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 264.

¹⁴⁶ Idem, Vol. I, p. 266.

homens podiam fundar cidades, sendo que nesse aspecto os orientais revelam não ter preconceito em atribuir papéis de destaque às mulheres, considerando-as tão dignas para o fazer como os homens.

Sublinhamos então que a civilização oriental nesse aspecto se apresentava muito mais livre de estereótipos em relação ao sexo feminino, repare-se por exemplo na importância que é dada à figura da velha, quando comparada com o que sucedia no mundo ocidental, onde às mulheres era esperado terem um papel secundário na participação em sociedade, sendo-lhes associadas uma série de ideias preconceituosas com vista à sua inferiorização.

Os velhos

Na obra encontramos um outro conjunto de figuras que assumem uma função de relevo, eles são os velhos, que na sua maioria são brâmanes, homens sábios e prudentes, tal como sucedia com as mulheres anciãs.

Logo no capítulo XI surge-nos um brâmane que a mando da rainha de Onor vai tentar intervir junto dos portugueses num pedido de desculpas. Fernão Mendes Pinto apresenta-nos dele o seguinte: «E tomando sobre este caso conselho com os seus lhe tornou logo a mandar outro recado por um brâmane muito seu parente e homem já de dias e de aspecto grave a autorizado, o qual foi bem recebido do capitão - mor.»¹⁴⁷

Este brâmane, perante o capitão- mor, vai interceder a favor da rainha de Onor, de quem os portugueses estavam desconfiados por causa das suspeitas de favorecimento aos turcos, cuja história já falamos anteriormente neste trabalho. Assim, vai apelar para que os portugueses façam as pazes com a rainha, tal como podemos verificar neste excerto:

«Mas já que no feito não pode haver o remédio que ela deseja, te pede e roga que de novo lhe confirmes as pazes que os governadores passados lhe concederam (...), e que ela te afirma e te dá a sua palavra de mandar logo queimar a galé e aos turcos que se vão fora da sua terra, porque para o mais como tu sabes, não é ela poderosa.»¹⁴⁸

Num outro episódio, António de Faria ao largo da angra de Nouday, numa aldeia pequena, achou no meio do rio um barco carregado com louça e canas- de - açúcar. Os tripulantes do barco temeram-se dos portugueses, até que um homem: «que era o mais velho e parecia ser entre eles o de mais autoridade, disse:»¹⁴⁹ para António de Faria:

¹⁴⁷ Fernão Mendes Pinto, op. cit. Vol. I, Cap. XI, p. 43.

¹⁴⁸ Idem, ibidem.

¹⁴⁹ Idem, Vol. I, p. 181

«- Não me fio inda muito na liberalidade dessas tuas palavras, porque te estendeste tanto nelas que temo que me faltes no efeito do que elas prometem, pelo que te peço que mo jures por esta água do mar que te sustenta em cima de si, porque se mentires jurando, crê certo que o Senhor da mão poderosa com ímpeto de ira se indignará contra ti de tal maneira que os ventos por cima e ela por baixo nunca cessem em tuas viagens de te contrariar a vontade, porque te juro pela fermosura das suas estrelas que é a mentira tão feia e tão aborrecida diante de seus olhos, como a inchada soberba dos ministros das causas que se julgam na terra quando com desprezo e descortesia falam às partes que requerem diante deles o que faz a bem de sua justiça.»¹⁵⁰

Este brâmane chama os portugueses à razão, evidenciando princípios de ordem moral que lhes transmite, nomeadamente o não mentir. O facto de ser um homem ancião contribui, na nossa opinião, para dar uma maior autoridade às palavras proferidas, pois é alguém a quem se merece respeito.

No recebimento que os portugueses fizeram a António de Faria em Liampó há um homem já idoso que se destaca pelas palavras que lhes dirige, pois vai - se colocar como vassalo dos portugueses devido à atitude que estes haviam tido para com eles:

« (...) saiu de dentro um homem velho vestido em uma opa de damasco roxo, acompanhado de quatro porteiros com maças de prata, e fazendo um grande acatamento a António de Faria, lhe disse, com palavras muito discretas, quão obrigados todos lhe estavam pela grande liberalidade que usara com eles, e pela grande mercê que lhes fizera em restituir suas fazendas, pelo qual todos lhe ficavam dali por diante por súbditos e vassalos, com menagem dada de seus tributários enquanto vivessem, e que pusesse os olhos naquela figura que tinha junto de si, e nela, como em espelho claro, veria com quanta

¹⁵⁰ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, pp. 181, 182.

lealdade os seus antecessores, de quem ele descendia, ganharam o honroso nome da sua progénie, como era notório a todos os povos de Espanha (...)»¹⁵¹

Vemos que é um homem, que tal como os anteriores, assume alguma autoridade, não só pelas suas palavras como por toda a situação em que ele aparece.

No episódio de Calemplui os portugueses vêm-se perante o ermitão Hiticou que vai, na obra, ter um papel relevante por tudo aquilo que ele se apresenta ser em contraste com os portugueses. É um episódio marcado por muita simbologia, onde novamente somos confrontados com a dicotomia Bem/Mal. As atitudes dos portugueses, liderados por António de Faria, pautavam-se pelo lucro e riquezas fáceis, descurando em tudo o modo de comportamento moral veiculado pela doutrina cristã. Em Calemplui somos colocados perante as acções contrastantes dos portugueses, ou seja, dizem-se cristãos mas agem selvaticamente em prol dos seus objectivos.

Chegados a Calemplui, António de Faria e os restantes portugueses que o acompanhavam vão assaltar os túmulos dos reis da China na procura de ouro. O ermitão, ao ver os seus intentos, não deixa de fazer severas censuras à sua conduta, tal como depreendemos das suas palavras:

«Muito bem tenho ouvido o que disseste, e também tenho entendida a tua danada tenção em que o fusco de tua cegueira, como piloto do inferno, te traz a ti e a essoutros à côncava funda do lago da noite, porque em vez de dares graças a Deus por tamanha mercê, como confessas que te fez, o vens roubar. Pois pergunto: se assim o fizeres, que esperas que faça de ti a divina justiça no derradeiro bocejo da tua vida? Muda esse teu mau propósito e não consintas que em teu pensamento entre imaginação de tamanho pecado, e Deus mudará de ti o castigo.

¹⁵¹ Fernão Mendes Pinto, *op.cit.*, Vol. I, pp.196,197.

E fia-te de mim que te falo verdade, assim me ela valha enquanto viver.»¹⁵²

Hiticou, o ermitão, através das suas palavras, chama a atenção dos portugueses para as suas atitudes, invocando o castigo divino como resultado final de tais acções. Contudo, António de Faria, apesar de muitas vezes declarar a sua fé, não deixa de agir contra os preceitos da moral cristã, mentindo e fingindo, com o fito de alcançar riqueza. Destacamos, por isso, a seguinte passagem:

«António de Faria, fingindo que lhe parecia bem o conselho que ele lhe dava, lhe pediu muito que se não agastasse, porque lhe certificava que não tinha então outro remédio de vida mais certo que aquele que ali vinha buscar; a que o ermitão, olhando para o céu e com as mãos levantadas, disse chorando:

— Bendito sejas, Senhor, que sofres haver na terra homens que tomem por remédio de vida ofensas tuas, e não por certeza de glória servir-te um só dia.»¹⁵³

Note-se que Hiticou, se mostra superior moralmente, respondendo a António de Faria com muita tristeza e sabedoria, enquanto o português acreditava que poderia enganá-lo através de palavras de conforto, tratando-o como um ser pouco inteligente, inferiorizando-o. Calemplui surge, assim, como um espaço simbólico, onde se está perante um paradigma conflitual entre o espaço «oriental» e o espaço «ocidental». A profanação do mundo sagrado oriental pelos portugueses reveste-se da falta de conhecimento e respeito pelo espaço do “Outro”.

As atitudes de António de Faria, neste contexto, revelam um défice ontológico que impossibilita apreender o universo do oriental na sua dimensão total. Há uma barreira axiológica, que se revela a nível ético, moral,

¹⁵² Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I, p. 217.

¹⁵³ Idem, *ibidem*.

cultural e civilizacional que não permite aos portugueses respeitar o mundo do “Outro”.¹⁵⁴

Na obra os anciãos surgem como a voz da prudência, pois alertam para os perigos, apelando para a consciência que cada um deveria ter sobre as suas atitudes. A este propósito, sublinhamos a passagem onde os portugueses, perdidos após um naufrágio, chegam a uma albergaria onde um velho lhes disse o seguinte:

« _ Por esse só respeito se faz, e não pelo do mundo, porque Deus e ele estão sempre muito diferentes, assim nas obras como nas condições com que as fazem, porque o mundo não pode dar cousa que boa seja, por ser pobre e mísero, e Deus é muito rico e amigo dos pobres (...): o mundo vingativo, e Deus paciente; o mundo ruim e Deus muito bom (...). E por isso, amigos meus, inda que vos agora vejais dessa maneira, não desconfieis de suas promessas, porque vos certifico que se de vossa parte o não desmereceres, que ele da sua não falte, porque nunca faltou aos seus, inda que cegos do mundo tenham para si o contrário, por causa da aflição com que a mísera pobreza continuamente os abate e o mundo os despreza.»¹⁵⁵

Os homens mais velhos são respeitados por todos, exercendo, por isso, autoridade, como já referimos, tal como observamos no momento em que o Mitaquer dos tártaros foi falar com os portugueses acompanhado por «um homem já de dias e dos principais senhores do reino, e que ali era

¹⁵⁴ «Na impossibilidade de se abrir ao mundo dos valores alheios, António de Faria encontrava-se impossibilitado de agir sob o princípio da equivalência de pensamentos, e logo, de reduzir a si e ao seu modo de compreensão a ambiguidade desse outrem, dos monges chineses, de reconhecer a equivalência dos dois sistemas que se afrontavam. Do lado chinês, a prata e o ouro eram metais nobres porque incorruptíveis, por isso materialmente aptos a simbolizarem a eternidade do mundo impregnado de divindade. Do lado português, a prata e o ouro eram metais nobres pela mesma razão, igualmente simbólicos, mas em sentido oposto porque rebaixados a valores económicos apenas, sendo outras as formas de simbolizar o divino.», Alberto Carvalho, «Representação do espaço em Peregrinação de Fernão Mendes Pinto», in: *A vertigem do Oriente, modalidades discursivas no encontro de culturas*, (org. Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira), Edições Cosmos, Instituto Português do Oriente, Lisboa-Macau, 1999.

¹⁵⁵ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.* Vol. I, pp. 229, 230.

capitão da gente estrangeira (...) a quem se tinha mais respeito que a todos os outros que estavam presentes»¹⁵⁶.

Na casa do rei tártaro, os portugueses vêm-se confrontados com uma série de perguntas, até que um «velho que se chamava Rajá Benão»¹⁵⁷, lhes disse:

« - Assim parece que deve ser, porque homens que por indústria e engenho voam por cima das águas todas por adquirirem o que Deus lhe não deu, ou a pobreza neles é tanta que de todo lhes faz esquecer a sua pátria, ou a vaidade e a cegueira que lhes causa a sua cobiça é tamanha que por ela negam a Deus e a seus pais.»¹⁵⁸

No episódio do Chaubainhá, rei de Matarvão, assistimos mais uma vez ao papel, que os mais velhos assumiam na sociedade. Eles, como já referimos, devido à sua idade eram respeitados sendo por isso escolhidos para acções diplomáticas, como o que aconteceu quando o referido Chaubainhá manda uma carta ao rei Bramá: «o chaubainhá lhe mandou uma carta por um seu como religioso, de idade já de oitenta anos, que entre eles era tido por homem santo.»¹⁵⁹

Aos mais velhos eram-lhes incumbidas as tarefas mais solenes e de responsabilidade como quando se dão as cerimónias pela morte do Xemindó, após o rei do Bramá lhe ter usurpado o reino:

«(...) veio o xemim Pocasser, tio do rei do Bramá, homem ao que parecia no rosto, de mais de cem anos, e este também coberto de insígnias tristes (...) com seus terçados de chaparia aos ombros, o qual, depois que com muitas cerimónias se debruçou no chão três vezes a modo de acatamento grandíssimo»¹⁶⁰

¹⁵⁶ Fernão Mendes Pinto, op., cit., Vol. I, p. 353.

¹⁵⁷ Idem, Vol. I, p. 359.

¹⁵⁸ Idem, ibidem.

¹⁵⁹ Idem, Vol. II, p. 84.

¹⁶⁰ Idem, Vol. II, p. 256.

Pelo que fica exposto, podemos constatar que os mais velhos têm uma função de inculcar respeito e confiança, pois são eles que aparecem sempre que é exigido algum acto de mais solenidade ou que exija uma intervenção mais sábia. Neste sentido, distinguem-se das mulheres mais velhas que, como vimos, são as mensageiras, guias ou as que intercedem para ajudar nalguma situação mais difícil.

No entanto, ambos são figuras interessantes através das quais Fernão Mendes Pinto nos permite dar a perceber um pouco mais como funcionava a sociedade oriental dentro das suas hierarquias e valores.

Os meninos

Na obra é também feita referência aos meninos, estes são sempre rapazes cujas vozes se insurgem nas mais variadas situações como portadores de uma mensagem.

Começamos por destacar um menino que foi encontrado numa lanteia pilhada por António de Faria. Este, curioso de o ver ali, interroga-o sobre a quem pertencia aquele barco, ouvindo em resposta um discurso crítico contra os portugueses, como podemos constatar:

«António de Faria, vendo um minino que também ali estava, de doze até treze anos, muito alvo e bem assombrado, lhe perguntou donde vinha aquela lanteia ou por que causa viera ali ter, cuja era, e para onde ia; o qual lhe respondeu:

_ Era do sem – ventura de meu pai, a quem caiu em sorte triste e desventurada, tomardes-lhe vós outros em menos de uma hora o que ele ganhou em mais de trinta anos (...).

António de Faria lhe disse que não chorasse e o afagou quando pôde, prometendo-lhe que o trataria como filho (...), a que o moço, olhando para ele, respondeu com um sorriso a modo de escárnio:

_ Não cuides de mim, inda que me vejas minino, que sou tão parvo que possa cuidar de ti que, roubando-me meu pai, me hajas a mim de tratar como filho, e se és esse que dizes, eu te peço muito, muito, muito por amor do teu Deus, que me deixes botar a nado a essa triste terra onde fica quem me gerou, porque esse é o meu verdadeiro pai, com o qual quero antes morrer ali naquele mato, onde o vejo estar-me chorando, que viver entre gente tão má como vós outros sois. (...)

_ Sabeis porque vo-lo digo? Porque vos vi louvar a Deus depois de fartos, com as mãos alevantadas e com os beijos untados, como homens que lhes parece que basta arreganhar os dentes aos céu sem satisfazer o que têm roubado; pois entendei que o Senhor da mão poderosa não nos obriga tanto a

bulir com os beijos, quanto nos defende tomar o alheio, quanto mais roubar e matar, que são dous pecados tão graves quanto depois de mortos conhecereis no rigoroso castigo de sua divina justiça.»¹⁶¹

Os meninos surgem como as vozes proféticas que anunciam algo, apesar da sua inocência conseguem transmitir mensagens de grande sabedoria, assumindo a nosso ver um carácter simbólico. Pensamos que se podem encontrar analogias com a figura do Menino Jesus nomeadamente no que diz respeito ao carácter inocente e profético que lhes surge associado. Destacamos, assim, o menino que foi escolhido para dizer o seu parecer sobre o que Nancá deveria fazer em relação ao tirano Silau. O menino, cujo nome também era Silau, disse:

«_ Agora que com aflição e angústia triste, ó miserável e fraca mulher, estás mais atribulada e confusa no pouco remédio que o entendimento humano te está representando, e te submetes com humildes suspiros debaixo da mão do alto Senhor, tira (...), ou quando não trabalha por tirares teu coração dos fumos da terra, pregando de verdade teus olhos no céu, e nele verás quanto pode a oração do inocente e atribulado diante da justiça do que te criou, porque na hora que com humildes suspiros lhe manifestaste a tua fraqueza e pouco poder, logo de cima te foi concedida a vitória do tirano Silau, com grande promessa que o Senhor de todos os homens te manda fazer por mim (...).»¹⁶²

Antes de serem apresentados ao rei tártaro os portugueses ouvem um menino que lhes diz que irão ser libertados. Mais uma vez é um menino que assume a voz do conhecimento, indicando qual será o destino. Note-se a seguinte passagem:

¹⁶¹ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, pp. 157, 158.

¹⁶² Idem, Vol.I, p.263.

«E estando nós todos já neste tempo prostrados por terra, com os rostos no chão, um dos moços nos disse com voz isenta e bem entoada:

«_ Alegrai-vos, homens do cabo do mundo, por ser chegada a hora de vosso desejo, em que vos será concedida a liberdade que o Mitaquer que aqui está vos prometeu no castelo de Nixiancó. Erguei vossas cabeças do chão, e levantai as mãos ao céu, dando muitas graças ao Senhor que esmaltou as estrelas na noite quieta do nosso descanso, pois permitiu por si só, sem merecimento de carne nenhuma, haver neste desterro quem em seu nome libertasse vossas cabeças.»¹⁶³

Aquando da recepção do embaixador bramá nas casas do calaminhão houve um menino que se lhes dirigiu, o qual Fernão Mendes Pinto descreve desta maneira:

« (...) vimos um minino que poderia ser de nove até dez anos, riquissimamente vestido, e com uma hurfangá de ouro na cabeça, que é a modo de mitra (...) e uma maça de ouro a modo de ceptro, posta ao ombro (...) tomou o embaixador só pela mão, e lhe disse:

_ Aos pés da binaigá do santo calaminhã, ceptro dos reis que governam a terra, foi dada a notícia da tua chegada, tão aprazível a suas orelhas que com boca de riso te manda buscar para em sua presença seres ouvido do que teu rei lhe pede, a quem novamente recebe na guarda de seus irmãos, com amor de filho de suas entranhas, para que fique poderoso sobre seus inimigos:»¹⁶⁴

Observámos ainda a presença de um menino que vai altercar algumas palavras com o Padre Francisco Xavier, mostrando a sua sapiência. Este menino estava na corte do rei do Bungo, onde também se encontrava o

¹⁶³ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I, p. 355.

¹⁶⁴ Idem, Vol. II, p. 135.

referido padre a ser recebido pelo rei. De forma a ilustrar o que mencionámos destacamos a seguinte passagem:

«Passada esta varanda chegámos a uma grande casa em que havia muita gente nobre (...) na qual estava um minino de seis até sete anos de idade, que um velho tinha pela mão, o qual em chegando ao padre lhe disse:

Tua boa entrada nesta casa de el-rei meu senhor seja a ti e a ele tão agradável como a água que Deus manda do céu quando a lavoura de nossos arrozinhos lhe pede. Entra seguro e com isto alegre, porque te afirmo em lei de verdade que todos os bons te querem grande bem, e os maus se entristecem como noite chuvosa de grande escuro.

E respondendo-lhe o padre por seu modo a estas palavras com outras semelhantes, o minino se calou, e depois que ouviu tudo o que ele lhe disse, tornou dizendo:

- Grande deve ser a tua ventura, pois vieste do cabo do mundo a ser infamado com nome de pobre em terras alheias (...) a quem esta confusa opinião do mundo agrada, de que os nossos bonzinhos todos estão tão alheios, que com juramentos afirmam que mulheres nem pobres não podem ser salvos por nenhum modo. (...)

E indo assim este minino praticando com o padre em coisas altas e de muita substância, de que todos íamos assaz espantados, pela pouca idade que tinha (...)»¹⁶⁵

Os meninos, como vimos, sempre que falam revelam-se cultos, utilizando um discurso eloquente e perspicaz. Serão a voz da razão que se manifesta a favor dos justos e contra as injustiças. São também os mensageiros do destino, cujas palavras são de esperança num futuro melhor.

Na obra somos confrontados com as vozes de várias pessoas distintas, as quais nos dão diferentes perspectivas da vida, tanto a nível político e jurídico como militar e religioso. A *Peregrinação* é pois um texto polifónico,

¹⁶⁵ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol II, pp. 297, 298.

onde vários pontos de vista se interrelacionam entre si. Esses pontos de vista são tanto dos orientais ou dos portugueses, com quem Fernão Mendes Pinto se cruzou, como do próprio autor. Assumimos, assim, que na obra existem vários “Outros”, não só os vários orientais, como os próprios portugueses, sendo a imagem destes últimos projectada pelo olhar desses povos diferentes de si com que contactaram.

Há, de facto, uma confluência de várias mentalidades que proporcionam ao autor uma reflexão desassombrada sobre o “Outro”.

Verificámos a coexistência de vários discursos, ainda que muitas vezes contraditórios, ora se enaltecendo as qualidades orientais ora se criticando, o que só contribui, a nosso ver, para dar uma perspectiva mais fidedigna da obra, na medida em que são por vezes os sentimentos do autor que falam, em detrimento de uma análise mais racional e distanciada.

O “Outro” é-nos apresentado na sua globalidade, ou seja, os seus pensamentos e modos de agir, como também as circunstâncias que envolvem as suas acções. De facto, algumas vezes deparamo-nos com um conflito de perspectivas desses vários “Outros”, o que leva a dizer que esta obra é bivocal. Esta bivocalidade assenta não só num discurso crítico que é feito em relação aos portugueses, como também na própria concepção ideológica que estes têm em relação aos orientais. No capítulo LIX, no qual se confrontam António de Faria e Coja Acém, estamos perante um exemplo de bivocalidade, onde os dois mundos, o oriental e o ocidental, se confrontam, tendo por base, como vimos, o aspecto religioso. Há assim um *nós*, portugueses, que se opõe e demarca de um *eles*, o “Outro” que se rege por uma fé diferente.

Fernão Mendes Pinto sempre que fala dos orientais fá-lo tendo por referência o mundo ocidental, revelando, contudo, consciência da diferença do “Outro”. Esta consciencialização da diferença ou estranheza do “Outro” está bem patente nas especificidades que o autor refere ao longo da obra que contribuem para mostrar as particularidades culturais que eram estranhas ao ocidental.

Neste sentido, alude-se ao facto de na China se comer com os paus e não com as mãos, o que para o oriental era visto com desprezo, tal como o autor nos relata quando está na China em casa de um fidalgo:

«Porém, as que mais gosto mostraram disto foram as irmãs, suas filhas, porque enquanto comemos tiveram muitos passatempos de bons ditos com seu irmão, quando viram que comíamos com as mãos, porque em todo aquele império chim se não costuma comer com a mão, como nós fazemos, senão com dous paus feitos como fusos.»¹⁶⁶

Fernão Mendes Pinto como já referimos não perde a oportunidade para nos dar referências sobre a cultura do “Outro”.

Neste sentido, fala-nos do rei de Demá que foi morto por um moço de doze ou treze anos só porque lhe tocou na cabeça, o que entre os orientais era visto como uma afronta, note-se:

«Esta nação dos jaos é a mais opiniática que todas quantas há na terra, e sobretudo muito atraçoada e desconfiada, e tem por cume de todas as desonras e injúrias que se lhe podem fazer tocarem-lhe na cabeça, por onde aquele moço, tanto que el-rei lhe tocou com os dedos da maneira que disse, havendo que era aquilo um notável desprezo com que ficava desonrado, esteve impando um espaço, sem ninguém fazer caso do que el-rei lhe fizera, nem atentar por isso, por fim do qual se determinou em se satisfazer daquela injúria que el-rei lhe fizera, e levando de uma faquinha que por brinco trazia na cintura a meteu a el-rei pelo meio da teta esquerda, de que logo caiu como morto (...).»¹⁶⁷

¹⁶⁶ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol.I, p.236.

¹⁶⁷ Idem, Vol. II, p. 186.

Destacamos ainda a obrigatoriedade dos orientais fazerem reverência três vezes seguidas, as juras sobre o arroz que comiam e os louvores à vaca sagrada, como já mencionámos anteriormente neste trabalho.

Fernão Mendes Pinto aceita a diferença do “Outro” na sua especificidade cultural, e mais do que revelar um universo diferente e exótico, apela para o diálogo entre as duas realidades, a oriental e a ocidental, apesar da distância cultural.

Na *Peregrinação* há uma dimensão exotópica, ou seja, a consciência de que o “Eu” e o “Outro” serão sempre entidades exteriores uma à outra, cada uma ocupando o seu lugar. Esta consciência da posição do “Outro” contribui para que se dê dele uma imagem, tanto quanto possível, mais objectiva, visto ser respeitado o seu espaço. De facto, no texto o autor define duas posições, por um lado destaca o “Outro”, de quem fala, e por outro salienta a posição para quem fala, concretamente os portugueses. Contudo, a única maneira de se começar o diálogo inter - cultural é aceitando o espaço que o “Outro” ocupa, na sua diferença em relação ao “Eu”, só assim se podendo dar uma aproximação entre os dois mundos.

Os portugueses

Quando falamos das imagens do “Outro” na *Peregrinação* temos que ter presente que, desses vários “Outros” que habitam a obra, os portugueses constituem também um grupo do qual Fernão Mendes Pinto nos dá uma descrição.

Estes portugueses acompanharam o autor nas suas deambulações, tendo, por isso, Fernão Mendes Pinto a exacta consciência e conhecimento das suas acções e pensamentos. Neste sentido, o retrato que o sujeito narrador nos dá dos seus companheiros é baseado em factos que foram vividos e sentidos por ele, segundo o que o próprio nos diz, daí muitas vezes os juízos de valor que são formulados e com os quais somos confrontados.

Mas para melhor compreendermos este facto nada melhor do que analisar excertos da obra onde nos é dado a conhecer a imagem dos portugueses no Oriente, à luz da perspectiva de Fernão Mendes Pinto.

Assim, começamos por nos referir ao capítulo III, no qual é mencionado que os portugueses foram confrontados com uma embarcação na qual iam gentios, como já mencionámos anteriormente neste trabalho. No entanto, os portugueses apanharam o capitão da nau «o qual metido a tormento confessou que vinha de Judá»¹⁶⁸ e que «era cristão renegado, maiorquino de nação, natural de Cerdonha, filho de um mercador que se chamava Paulo Andrés, e que não havia mais que sós quatro anos que se tornara mouro»¹⁶⁹. Os portugueses, perante a sua recusa em se reconverter ao cristianismo, condenam-no pelas suas próprias mãos, agindo sempre em nome da fé cristã, e assim o «ataram de pés e de mãos, e vivo foi lançado ao mar com um grande penedo ao pescoço».¹⁷⁰

Os portugueses demonstram ser intolerantes, agindo em nome de valores inerentes a uma fé religiosa que na prática também não seguiam. Este aspecto surge bem patente nos episódios relativos ao rei dos Batas e ao de Aaru. O primeiro, como já mencionámos neste trabalho, pediu ajuda militar

¹⁶⁸ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 25.

¹⁶⁹ Idem, Vol. I, p. 26.

¹⁷⁰ Idem, *ibidem*.

aos portugueses para lutar contra os achéns, o que aqueles não cumpriram. O rei, ao ver-se enganado pelas falsas promessas dos portugueses, desfere-lhes duras críticas, como podemos constatar na seguinte passagem:

«Ah, português, português, rogo-te que não faças de mim tão néscio, já que queres que te responda, que cuide que quem em trinta anos se não pôde vingar a si, me possa socorrer a mim, porque como o rei de vós outros e os seus governadores não castigaram este inimigo quando vos tomou a fortaleza de Pacém (...), e outras muitas embarcações que agora me não vêm à memória, em que me afirmaram que matara mais de mil de vós outros, afora a presa riquíssima que tomou nelas, logo foi para ele me destruir a mim e eu ter ficado com muitas poucas esperanças em vossas palavras. Basta-me ficar como fico, com três filhos mortos e a maior parte de meu reino tomada, e vós na vossa Malaca não muito seguros.»¹⁷¹

Perante tal discurso, Fernão Mendes Pinto não fica indiferente e não deixa de revelar a sua compreensão para com as palavras do rei, ao referir que: «Da qual resposta dita com tanto sentimento, confesso que fiquei tão corrido e embaraçado, porque entendi que falava verdade, que nunca mais lhe falei em socorros nem ousei a lhe rectificar as promessas que antes lhe fazia por nossa honra.»¹⁷²

Situação semelhante ocorre com o rei do Aaru, que vê o seu pedido de auxílio aos portugueses negado, como já tivemos oportunidade de referir anteriormente neste trabalho, o que vai merecer da parte da rainha algumas palavras de desconsideração:

«Porque vos afirmo, senhor capitão, que desde que me entendi atégora, nenhuma outra coisa tenho visto nem ouvido senão que quanto os desaventurados, como meu marido e eu, mais fazem por vós, os portugueses, tanto menos fazeis por

¹⁷¹ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol.I, p. 59.

¹⁷² Idem, *ibidem*.

eles, e quanto mais deveis, menos pagais, pelo que, inferindo daqui, o que claramente se pode afirmar é que o galardão da nação portuguesa mais consiste e mais pende da aderência que do merecimento da pessoa»¹⁷³

O rei de Aaru não deixa de se referir à cobiça desenfreada dos portugueses, a qual terá sido a causadora de tantos males, nomeadamente terá sido responsável pelo crescimento do poder do inimigo. Repare-se nas seguintes palavras:

«_ Certo que se o rei de vós outros, portugueses, agora soubesse quanto ganhava em me eu não perder, ou quanto perdia em os achéns me tomarem Aaru, ele castigaria o antigo descuido de seus capitães, que cegos e atolados em suas cobiças e interesses, deixaram criar a este inimigo tanta força e tanto poder que temo já quando quiser refreá-lo, não possa, e se puder, que há-de ser com lhe custar muito do seu.»¹⁷⁴

A referência à cobiça e ao descuido dos portugueses são verdades que Fernão Mendes Pinto corrobora e contra as quais não tem argumentos, como podemos inferir das suas considerações:

«E querendo-lhe eu responder a isto que com tanta mágoa me dizia, me desfez todas as minhas razões com umas verdades tão claras que dali por diante não me atrevi a lhe responder mais coisa nenhuma, porque entendi que não tinham contradição suas queixas, porque me apontou em algumas cousas assaz feias e criminosas em que culpava algumas pessoas particulares (...). E o remate desta prática foi remoçar-me o pouco castigo que por estas cousas se dera aos

¹⁷³ Fernão Mendes Pinto, *op.cit.*, Vol. I, pp.89, 90.

¹⁷⁴ Idem, Vol. I, p. 72.

culpados e as grandes mercês que vira fazer a quem as não merecia (...)»¹⁷⁵

O rei de Aaru sofreu porque era amigo dos portugueses, pois para os achéns estes eram os «malditos cães do cabo do mundo, que por tirania de ofensa grave e por pecados do nosso descuido senhoreiam Malaca.»¹⁷⁶.

No entanto, são nas deambulações com António de Faria que vão surgir as críticas mais acutilantes à acção dos portugueses no Oriente. Estes, como já mencionado, moviam-se pela cupidez de bens materiais, descurando não só as suas obrigações como também não davam abertura a uma aproximação com o “Outro”. De facto, se por acaso aquela ocorria era quase sempre com vista a lucrarem alguma coisa, tal como nos refere o autor a propósito de António de Faria aquando da sua ida para a ilha de Ainão:

«Tanto que António de Faria esteve de todo prestes, se partiu daqui de Patane (...) com determinação de descobrir nele os portos e angras daquela costa, e aí, por via de boa pilhagem se reformar de algumas cousas de que vinha falto (...). E como António de Faria de sua natureza era muito curioso, trabalhou por saber desta gente que nações habitavam o sertão daquela terra e donde procedia a origem daquele grande rio (...)»¹⁷⁷

Verificamos que os portugueses são continuamente alvo das críticas dos vários “Outros” com os quais se cruzam, sendo sempre reforçada a ideia das suas más intenções, tal como depreendemos das observações que são feitas por um grupo de naturais de Taiquileu, perto do rio de Tinacoreu, aos navegantes lusos, como nos diz Fernão Mendes Pinto:

«_ Grande novidade deve ser esta com que nos Deus agora visita, e queira ele, por sua bondade, que não seja esta nação barbada daqueles que por seu proveito e interesse

¹⁷⁵ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I, pp.72, 73.

¹⁷⁶ Idem, Vol. I, p. 85.

¹⁷⁷ Idem, Vol. I., pp. 111, 112.

espiam a terra como mercadores, e depois a salteiam como ladrões. Acolhamo-nos ao mato, antes que as faíscas destes tições branqueados no rosto com a alvura da cinza que trazem por cima, queimem as casas em que vivemos e abrasem os campos de nossas lavouras, como têm por costume nas terras alheias.»¹⁷⁸

Contudo, António de Faria, «fingindo que os não entendia»¹⁷⁹, prefere usar de alguma hipocrisia e recebê-los bem a fim de concretizar os seus objectivos.

De facto, assistimos a António de Faria sempre em luta com os seus inimigos na sua demanda pelo ouro. No entanto, o seu maior inimigo era Coja Acém, que ele procurava insistentemente. Neste sentido, vemos os portugueses em luta contra uns mouros que encontraram num junco, no capítulo XLII, julgando que se tratava do Coja Acém. Após perceberem que não eram quem procuravam, os portugueses «desejando saber que gente era e donde vinham, mandou meter uns quatro deles a tormento (...). E tomando um moço pequeno para lhe fazerem o mesmo, um velho jazia ali deitado, que era seu pai, bradou rijo».¹⁸⁰ António de Faria decide ouvir o que o homem tinha para lhe dizer, insistindo para que lhe dissesse a verdade, ao «que o mouro respondeu:

«Aceito, senhor, essa promessa sobre tua palavra, inda que este ofício em que agora andas não é muito conforme à lei cristã que no baptismo professaste, de o que António de Faria ficou tão atalhado que não soube que lhe respondesse, e mandando-o chegar para junto de si o inquiriu com brandura e afabilidade, e sem nenhum ameaço.»¹⁸¹

¹⁷⁸ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.* Vol. I, Cap. XLI, p.118.

¹⁷⁹ Idem, Vol. I, p.118.

¹⁸⁰ Idem. Vol. I, p. 122.

¹⁸¹ Idem, *ibidem*.

Destarte, o “Outro” não se deixa inibir e através das suas palavras desfere uma censura às atitudes dos portugueses, o que constatamos também no capítulo XLIV aquando da sua chegada à ilha de Ainão. Aqui os portugueses são bem recebidos pelos naturais da terra, os quais se intrigam ao verem «gente que até então ali nunca tinham visto.» António de Faria, e aproveitando o bom acolhimento, fez algumas perguntas sobre a terra e o comércio, e «lhe fez muito gasalhado, como quem desejava de saber aquelas cousas miudamente, e lhe mandou dar dous pães de cera, e um saco de pimenta, e um dente de marfim, de que este velho com todos os mais ficaram muito satisfeitos»¹⁸². Mas, apesar de se mostrarem satisfeitos não deixam de inquirir os portugueses sobre as suas origens, deixando perceptível que haviam compreendido quem eles eram, como podemos depreender do seguinte excerto:

«Dize-nos tu primeiro quem és ou a que vens, e então te responderemos a tuas perguntas, porque te certificamos, em lei de verdade, que nunca em nossos dias vimos tanta gente manceba em navios de veniaga, como esta que aqui trazes contigo, nem tão polida e bem tratada, pelo que nos parece que, ou na sua terra as sedas da China são tão baratas que não valem nada, ou as eles tomaram tanto de graça que deram por elas muito menos do que valiam, porque vemos que por se passatempo ao lanço de três dados arremessam uma peça de damasco tanto sem piedade como homens a quem ela custou pouco. (...) António de Faria acenou então aos soldados que levassem mão do jogo e da porfia que tinham e escondessem as peças que estavam rifando (...) e querendo satisfazer à desconfiança dos chins, por não acabarem de se certificar de todo no que já imaginavam, que era sermos nós gente de mau título, lhes mandou abrir as escotilhas do junco (...)»¹⁸³

¹⁸² Fernão Mendes Pinto, *op.*, *cít.*, Vol. I, p.126.

¹⁸³ Idem, *ibidem*.

É no episódio da noiva, no capítulo XLVII, que somos confrontados com a falta de escrúpulos dos portugueses, que não têm nenhum pejo em agirem de forma maléfica nas suas relações com o “Outro” que encontram no seu caminho.

Contudo, neste episódio estamos perante uma situação em que a não compreensão da realidade cultural dos orientais por parte dos portugueses leva a uma situação de mal-entendidos, o que acaba por favorecer um desfecho trágico para a jovem noiva. Os portugueses estando no morro de Tilaumera depararam-se com quatro lanteias onde ia uma noiva «para uma aldeia dali nove léguas, (...) e como todos vinham de festa (...) e não entendendo os nossos o que isto podia ser, lhes pareceu que eram espias da armada do capitão de Taunaquir, que podia vir em busca de nós (...)». ¹⁸⁴ António de Faria resolveu mostrar-se também com muita alegria, o que levou os da lanteia a pensar que era o noivo que vinha buscar a noiva. No entanto, os portugueses continuavam a pensar que se tratavam de espias por desconhecerem os costumes orientais, como podemos verificar no excerto que se segue:

«Nós, como estávamos de todo alheios de entendermos os segredo desta novidade, assentaram todos com o capitão serem espias da armada que ficava atrás (...). Passado nestas suspeitas um pequeno espaço que restava ainda do dia (...) vendo a noiva, que vinha numa das lanteias, que o noivo a não mandava visitar como estava em razão, quis ela fazê-lo, por lhe mostrar o muito que parece que lhe queria, e despedindo uma das quatro lanteias em que vinha um seu tio lhe mandou por ele uma carta (...).» ¹⁸⁵

António de Faria ao ver chegar a lanteia mandou aos portugueses que se escondessem, e que se apresentassem somente os chineses que levavam consigo, para mais facilmente enganarem os outros. Os da lanteia acabaram

¹⁸⁴ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol I, p. 135.

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*.

por cair numa emboscada, sendo todos atirados ao mar, tendo o mesmo fim as pessoas das restantes lanteias. António de Faria ficou com a noiva e os seus dois irmãos, e vinte marinheiros, sendo que as restantes pessoas eram na sua maioria mulheres já idosas que não lhes tinham nenhum proveito. Os portugueses revelam neste episódio, para além da incompreensão da cultura do “Outro”, uma insensibilidade ao diálogo e ao respeito pelo diferente, o que os levou a cometer um acto de violência contra pessoas inocentes.

É curioso vermos, que após o cometimento do referido acto, os portugueses surgem a dizer «uma ladainha com muita devoção e prometeram boas peças e ricas a Nossa Senhora do Outeiro»¹⁸⁶, o que é revelador da sua falta de valores.

Voltando à costa de Ainão, à procura de Coja Acém, António de Faria fez «algumas presas boas», referindo, a este propósito, Fernão Mendes Pinto que « nunca seu intento foi roubar senão só os cossairos que tinham dado a morte e roubadas as fazendas a muitos cristãos que frequentavam esta enseada da costa de Ainão.»¹⁸⁷.

A concepção religiosa está quase sempre presente nas motivações dos portugueses, como se verifica quando se dá a tempestade na ilha dos Ladrões, referindo o autor que:

« (...) não havia cousa que bastasse a nos dar remédio, senão só a Misericórdia de Nosso Senhor, por quem todos, com grandes gritos e muitas lágrimas, continuamente chamávamos, mas como, por nossos pecados, não éramos merecedores de ele nos fazer esta mercê nos deu um vento tão rijo (...) onde morreram quinhentas e oitenta e seis pessoas (...). António de Faria (que prouve a Deus que fosse um dos que ficaram vivos, com que tivemos algum pequeno de alívio) reprimindo em si a dor que nós outros não podíamos dissimular (...) e com rosto alegre e os olhos enxutos fez a todos uma breve fala (...). Porque, visto bem o tempo e o miserável estado em que a

¹⁸⁶ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 138.

¹⁸⁷ Idem, Vol. I, p. 143.

fortuna, por nossos pecados, nos tinha posto, conheceríamos e entenderíamos quão necessário nos era o que nos dizia e aconselhava, porque ele esperava em Deus Nosso Senhor que ali naquele despovoado e espesso mato lhes havia de trazer cousas em que se salvassem (...)»¹⁸⁸.

É interessante constatar que estando os portugueses «nus e descalços por aquela praia e por aqueles matos», após o naufrágio, lhes caiu um peixe das garras de um pássaro o que suscitou um discurso a António de Faria cheio de pedidos de clemência:

«_ Senhor Jesu Cristo, eterno Filho de Deus, peço-te humildemente pelas dores da tua sagrada paixão, que nos não açaimes a desconfiança em que a miséria de nossa fraqueza nos tem postos (...) não ponhas os olhos no que te merecemos, mas no que tu mereceste para nós, porque assim tenhas por bem de nos conceder o remédio que só de ti esperamos, e nos mandes, por tua misericórdia, com que daqui nos leves a terra de cristãos, onde perseverando em teu santo serviço, acabemos como fiéis.»¹⁸⁹

Mas, o que observamos é que as atitudes dos portugueses em tudo contrastam com os princípios pelos quais dizem lutar, o “Outro” aos seus olhos é sempre o inimigo que têm que combater, sendo este tipo de pensamento que levou à crueldade cometida contra os homens de Coja Acém que estavam a curar as feridas de guerra numa casa:

«Mais abaixo do vale (...) estava uma terracena ou casa grande, que parecia ser templo daquela aldeia, a qual estava toda cheia de doentes e feridos que Coja Acém ali tinha em cura, entre os quais havia alguns mouros parentes seus, (...) estes, em vendo António de Faria, deram uma grande grita

¹⁸⁸ Fernão Mendes Pinto, Vol. I, p. 153.

¹⁸⁹ Idem, Vol. I, p. 154.

como se lhe pediam misericórdia, a qual ele então não quis usar com eles, dando por razão que se não podia dar vida a quem tantos cristãos tinha mortos, e mandando –lhe pôr o fogo por seis ou sete partes, como a casa era de madeira breada e coberta de folha de palmeira seca, ardeu de maneira que foi uma espantosa cousa de se ver (...).»¹⁹⁰

É de registar que Fernão Mendes Pinto em alguns momentos tece considerações sobre a conduta dos portugueses tal como o faz ao descrever uma situação de tempestade: «E como o natural de todos os homens é, nestes semelhantes tempos, trabalharem por conservar a vida (...) pelo qual, esquecida de todo a cobiça, se entendeu logo com toda a presteza em alijar a fazenda ao mar (...).»¹⁹¹

Em Nouday, António de Faria manda uma carta ao mandarim para que este libertasse os homens que tinha cativos. No entanto, após várias diligências o mandarim escreve ao português uma carta «num pedaço de papel roto», que dizia assim:

«_ Vareja triste (...) quem deu atrevimento a tua baixeza para parafusar as cousas do céu? (...) tocou no ouvido de minhas orelhas a blasfémia de tua soberba, dizendo que o teu rei era irmão do Filho do Sol (...). E por esta tamanha heresia mandei queimar o teu papel, representando nele, por cerimónia de cruel justiça, a vil estátua de tua pessoa, como desejo fazer a ti também (...). ».¹⁹²

No excerto transcrito da referida carta podemos verificar a superioridade oriental face aos portugueses. O mandarim considera uma ofensa a comparação entre o rei português e o imperador chinês, revelando dessa forma a pouca consideração em que tinham os portugueses. Estes

¹⁹⁰ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I, p.174.

¹⁹¹ Idem, Vol. I, p.178.

¹⁹² Idem, Vol. I, pp.184,185.

continuamente praticavam actos violentos, o que se salienta novamente após a luta com os habitantes da cidade de Nouday, levando, por fim «muitas moças muito fermosas, que era lástima vê-las ir atadas com os morrões dos arcabuzes, (...) e todas chorando, e os nossos rindo e cantando.»¹⁹³

Relativamente à violência dos portugueses não poderíamos deixar de fazer alusão ao Capítulo de Calemplui, já referido anteriormente, onde se manifesta de uma forma evidente a falta de escrúpulos de António de Faria e dos homens que o seguiam. A abertura dos túmulos dos reis da China, e respectivo saque, bem como as atitudes de hipocrisia para com o ermitão são bem reveladoras disso mesmo. Note-se as palavras de crítica do ermitão a um dos portugueses, Nuno Coelho:

«_Certo que agora vejo o que nunca cuidei que visse nem ouvisse: maldade por natureza e virtude fingida, que é furtar e pregar. Grande deve ser a tua cegueira, pois confiado em boas palavras gastas a vida em tão más obras. Não sei se gracejará Deus contigo no dia da conta.»¹⁹⁴

O desfecho de António de Faria é bem significativo do castigo divino que recaiu sobre os portugueses como forma de condenar as suas acções. A tempestade que se abateu sobre as embarcações portuguesas na enseada de Nanquim teve como consequência o desaparecimento de António de Faria, do qual mais nada se sabe durante as restantes páginas da obra.

A crueldade associada aos portugueses surge bem demarcada no epíteto que os orientais atribuíram a Afonso de Albuquerque, ou seja, “leão dos roubos do mar”.¹⁹⁵ Sublinhamos que o próprio Mendes Pinto nos dá muitas vezes uma imagem caracterizadora dos portugueses, em contraste com a cultura oriental, tal como acontece em Quansi. Aqui os portugueses, incluindo Fernão Mendes Pinto, estavam a cumprir uma pena e como nos é contado:

¹⁹³ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I, p.188.

¹⁹⁴ Idem, Vol. I, p.220.

¹⁹⁵ Idem, Vol. I, p. 255.

«E havendo já quase um mês que aqui estávamos pacificamente e contentes de nós por acertarmos melhor tratamento do que esperávamos, vendo o demónio quão conformes vivíamos todos nove (...) ordenou semear entre dous de nós uma contenda assaz prejudicial para todos, nascida de uma certa vaidade que a nossa nação portuguesa tem consigo, a que não sei dar outra razão senão ter por natureza ser mal sofrida nas cousas da honra (...).»¹⁹⁶

No seguimento desta contenda o promotor da justiça, que se viu obrigado a intervir, mencionou uma série de aspectos inerentes aos portugueses, com os quais lhes tece duras críticas, como podemos reparar nas linhas que se seguem:

«Este nosso negócio se pôs logo na mão do promotor da justiça, o qual veio logo com libelo contra nós, e num dos artigos dele, o qual provou com dezasseis testemunhas, veio dizendo que nós éramos gente sem temor nem conhecimento de Deus, nem tínhamos mais que confessá-lo com a boca, como podia fazer qualquer animal bruto se soubesse falar, porque de crer era que homens de uma nação, de um sangue, de uma carne, de um reino, de uma língua, e de uma lei, que se feriam e matavam tanto sem piedade, sem haver causa nem razão para isso, não era senão por sermos servos da serpe tragadora da casa do fumo, o que se via claramente em nossas obras (...) pelo qual nos deviam de desterrar de toda a comunicação da gente, como praga contagiosa e peçonhenta (...) para que lá ouvíssemos bramir de noite as feras silvestres, que eram da nossa mesma progénie e vil natureza.»¹⁹⁷

Na Tartária os portugueses envolvem-se novamente em conflito uns com os outros falando alto o que vai causar espanto aos tártaros, que não

¹⁹⁶ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, pp.333, 334.

¹⁹⁷ Idem, Vol. I, p. 334.

deixam passar o incidente sem fazerem algum reparo, pois «é cousa que eles entre si não costumam»¹⁹⁸, como podemos observar:

«Os tártaros ficaram alguma tanto espantados de nos verem altercar uns com os outros e falarmos alto, que é cousa que eles entre si não costumam, e nos repreenderam com boas palavras, dizendo que mais próprio era de mulheres falarem alto e desentoadado (...), que de homens que cingem espadas e tiram com frechas na furiosa tormenta da guerra (...).»¹⁹⁹

Fernão Mendes Pinto dá-nos o relato de uma situação semelhante ocorrida no Japão, dizendo-nos que:

« (...) como a natureza desta nossa nação portuguesa é sermos muito afeiçãoados a nossos pareceres, houve aqui entre nós todos oito tanta diferença e desconformidade de opiniões sobre uma cousa em que o que mais nos relevava era termos muita paz e concórdia, que quase nos houvérámos de vir a matar uns aos outros (...) o necodá da lorcha espantado deste nosso barbarismo, se partiu muito enfadado (...).»²⁰⁰

Nos excertos transcritos são notórias as diferenças culturais entre portugueses e orientais já que estes não compreendem os modos pouco polidos daqueles, uma vez que, tal como já referido, entre eles tais atitudes não eram permitidas.

O rei tártaro não deixa também de se espantar com a ousadia portuguesa, comentando que: «Conquistar esta gente terra tão alongada da sua pátria dá claramente a entender que deve de haver entre eles muita cobiça e pouca justiça»²⁰¹. A esta declaração respondeu um velho, que se encontrava junto do rei, que:

¹⁹⁸ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 345.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰⁰ Idem, Vol. II, p.26.

²⁰¹ Idem, Vol. I, p. 359.

«_ Assim parece que deve ser, porque homens que por indústria e engenho voam por cima das águas todas por adquirirem o que Deus lhes não deu, ou a pobreza neles é tanta que de todo lhes faz esquecer a sua pátria, ou a vaidade e a cegueira que lhes causa a sua cobiça é tamanha que por ela negam a Deus e a seus pais.»²⁰²

Parece-nos importante referir a figura de Diogo Soares, de alcunha “o galego”, que foi capitão dos portugueses da armada do rei de Bramá, bem como governador do reino de Pegu. Diogo Soares, juntamente com António de Faria, personifica a maldade dos portugueses, que agiam cruelmente sem qualquer espécie de misericórdia. Neste sentido, é-nos contado que Diogo Soares ao interromper as festas de um casamento pretendia ficar com a noiva para si, tendo tido resistência por parte do pai da noiva, do noivo e do pai deste. Diogo Soares, perante tal situação, agarrou a noiva, mandou matar o seu pai, o qual conseguiu escapar, dando a mesma sentença ao noivo e a seu pai, que acabaram por morrer, acabando a pobre moça por se matar. Este episódio merece alguma consideração do autor que refere que: «perdoe-se-me não contar por extenso as particularidades que houve neste feio caso, porque o faço por honra do nome português».²⁰³

De facto, não raro, vemos o autor dar a sua opinião pessoal sobre as acções portuguesas no Oriente. Neste sentido, destacamos a crítica que faz ao espírito de cruzada, inerente a tantas demandas portuguesas, ao mencionar que: «Quanto melhor fora a estes, já que se aventuraram a tantos trabalhos, irem à China fazer-se ricos que preguem patranhas a reinos estranhos.».²⁰⁴ Desta forma, Fernão Mendes Pinto revela um espírito utilitário, distanciando-se da mentalidade propagada na época.

Destacamos ainda a crítica que faz às relações comerciais dos portugueses com a China, salientando a má conduta portuguesa, como podemos constatar nas seguintes palavras:

²⁰² Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p359.

²⁰³ Idem, Vol. II, p. 233.

²⁰⁴ Idem, Vol. II, p. 340.

« (...) venho a inferir que parece que as nossas cousas que agora correm na China, e a quietação e confiança com que tratamos com ela, havendo que estas pazes que ela tem connosco são firmes e seguras, não durarão mais que enquanto nossos pecados não ordenarem que haja algum motivo como os passados, para se ela alevantar contra nós, o qual Nosso Senhor não permita, pela sua infinita misericórdia.»²⁰⁵

Os portugueses apresentam-se como pouco respeitadores do “Outro”, este é considerado o “inimigo”, ou aquele com o qual podem obter algum lucro. Contudo, verificámos que o português Fernão Mendes Pinto se distancia em muitos momentos dessa perspectiva, revelando dessa forma uma consciência mais crítica dos princípios pelos quais os portugueses se pautavam em terras orientais. Não podemos deixar de mencionar António de Faria, protagonista de momentos de grande crueldade para com os nativos, sendo movido pela cobiça desmedida não olhando, por isso, a meios para atingir os seus fins. É uma figura da qual destacamos o facto de não nos ser dada uma imagem física, contudo, através de determinadas alusões podemos inferir alguns dos seus traços psicológicos, como o facto de ser orgulhoso, o que se pode verificar no capítulo LXXI, ao referir-se que « (...) António de Faria (...) inda que em si reprimia a dor deste erro com a maior dissimulação que podia, por não enxergarem os seus, nele, fraqueza.»²⁰⁶. Era também curioso, mentiroso e dissimulado, como podemos inferir pelos capítulos LXX e LXXVII, dos quais passamos a apresentar os excertos respectivos: «E como António de Faria era naturalmente muito curioso, e não lhe faltava também cobiça, se abraçou logo tanto com o parecer deste chin (...)»²⁰⁷;

«E querendo-se António de Faria embarcar, se quis despedir primeiro do ermitão, e o consolou com boas palavras dizendo que lhe pedia muito, pelo amor de Deus, que se não escandalizasse, porque lhe certificava que a

²⁰⁵ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. II, p. 346.

²⁰⁶ Idem, Vol. I, p. 204.

²⁰⁷ Idem, Vol. I, p. 201.

muita pobreza em que se via o fizera fazer aquilo que na verdade não era de sua condição (...).²⁰⁸

Curioso, a nosso ver, é o facto de António de Faria ser apelidado de “bom cristão”, quando todas as suas acções se manifestavam em conformidade do contrário. Esta característica é ressaltada aquando da luta dos portugueses com Coja Acém, de onde saíram vencedores, sendo destacado que António de Faria: « (...) fazendo logo vir perante si todos os escravos cativos (...) mandou também chamar os senhores deles, e a todos lhes fez uma fala de homem bom cristão, como na verdade o era (...).²⁰⁹

Fernão Mendes Pinto através da figura de António de Faria, e dos restantes portugueses mencionados no texto, revela-nos o reverso do império oriental, pois de forma despudorada somos confrontados com várias situações que em nada enaltecem a acção portuguesa em terras orientais. O autor João David Pinto-Correia refere em relação a António de Faria que:

« (...) num plano da obra mais pensado do que se julga a escolha de Mendes Pinto recaiu em António de Faria, um português que de facto viveu no Extremo Oriente, a fim de criar uma figura de natureza épica, pela negativa, do Homem Português (e acentuamos as maiúsculas) no seu itinerário da procura e ambição desenfreadas de Riqueza e Poder. E defendemos mesmo que se trata de figura com características arquetípicas do Homem em geral, que, dentro da *Peregrinação*, estará representada, mas em menor intensidade, por outros agentes, por exemplo o rei dos Bramas.»²¹⁰

Sublinhamos que António de Faria é uma figura paradigmática na obra, representando o que seria de facto a vivência dos portugueses no Oriente, não olhando a valores morais, embora proclamassem agir em nome da fé, vendo e tratando os vários “Outros” com os quais se cruzavam como seres

²⁰⁸ Fernão Mendes Pinto, op., cit., Vol. I, p. 219.

²⁰⁹ Idem, Vol. I, p. 175.

²¹⁰ João David Pinto-Correia, « A construção do colectivo na *Peregrinação*» in: Maria Alzira Seixo, e Christine Zurbach (org.), *O discurso Literário da Peregrinação, Aproximações*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p. 179.

inferiores, minimizando-os na sua cultura e integridade humana. De facto, observamos os portugueses imbuídos de um ideal estereotipado em relação ao “Outro” de acordo com a ideologia da época.

Capítulo III

O Multiculturalismo presente na *Peregrinação*

A *Peregrinação*, na nossa opinião, apresenta-se como uma obra através da qual podemos encetar uma reflexão sobre questões multiculturais, dado a grande panóplia de vozes e situações com as quais somos confrontados ao longo da mesma, como pudemos constatar. Assim, pensamos que não deixa de ser curioso que num texto do século XVI encontremos dados que após cinco séculos ainda se mantenham tão actuais, permitindo-nos conduzir uma análise à luz de um tema como o multiculturalismo.

Nos excertos analisados pudemos verificar que a relação do Eu ocidental com o “Outro” oriental nem sempre foi cordial, o que, indubitavelmente, teria como causas diversos factores, dificultando-se assim o diálogo intercultural.

Destarte, na análise que fizemos parece-nos que podemos dividir a obra em três grandes momentos. Começamos por salientar uma primeira parte relativa às deambulações de Fernão Mendes Pinto pela Índia e reinos adjacentes onde o “Outro” se insurge como o “inimigo”. Nos episódios relativos a esta parte da obra assistimos a momentos de conflito que conduzem a situações de perigo devido ao desencontro estabelecido entre os viajantes lusos e os orientais. Esse desencontro, como vimos através da análise da obra, era fomentado essencialmente por uma incompreensão religiosa. O mundo do “Outro” surge aos olhos do ocidental repleto de barreiras, a uma primeira análise, intransponíveis para os portugueses devido às diferenças culturais. Observa-se inicialmente um distanciamento cultural, social, político, estético, que dificulta a aproximação entre o Oriente e o Ocidente.

Os portugueses na sua relação com “Outro” revelam-se, nesse primeiro momento da obra, etnocêntricos, não respeitando o espaço do oriental. Esse etnocentrismo associado a valores morais assentes numa ideologia religiosa

cristã que se define como superior em relação ao “Outro” vai ser responsável por situações como a que assistimos com Coja Acém no capítulo LIX, em que este é apelidado de “perro”, acudindo aos seus com palavras encorajadoras invocando a “ santa lei de Mafamede”.²¹¹ Em contrapartida vemos os portugueses a serem definidos por Coja Acém como “ cães, sem mais ânimo que de galinhas brancas e mulheres barbadas ”²¹². Nesta fase assistimos a um processo de negação e defesa em relação ao “Outro”, o que ocorre quer com os portugueses quer com os orientais. Contudo, os portugueses, e como já referido, apresentam-se como considerando a sua cultura superior a todas as outras, o que dificulta o reconhecimento da existência de diferenças e que estas não são sinónimo de inferioridade. Assim, os portugueses revelam-se portadores de valores estereotipados, o que culmina em observações como as referentes aos sacrifícios que assistem nos pagodes, sublinhando-se a seguinte consideração do autor sobre o que viu no pagode de Tinagógó:

«E a este modo há entre esta gente, a que, por outra parte, não falta grande juízo e entendimento em todas as outras cousas, outras muitas maneiras de cegueiras e brutalidades, tão fora de toda a razão e entendimento humano, que fica sendo um grandíssimo motivo de dar continuamente infinitas graças a Deus aquele a quem ele, por sua infinita bondade e misericórdia, quis dar lume da verdadeira fé, para se salvar com ele.»²¹³

Vemos aqui que Fernão Mendes Pinto trazia consigo os valores morais do Ocidente ao fazer a apologia à fé cristã como uma filosofia moral e universal, que permitia a todos os que a seguissem salvarem-se. Não obstante, Fernão Mendes Pinto formula também juízos de valor sobre os seus pares, condenando muitas das suas atitudes, como no episódio de Calemplui, ou do menino chinês, este no capítulo LV, referidos neste trabalho. Note-se sobre esta questão as seguintes palavras:

²¹¹ Fernão Mendes Pinto, *op., cit.*, Vol. I, p.171.

²¹² Idem, *ibidem*.

²¹³ Idem, Vol. I, p.120.

«O ideal evangélico forneceu-lhe as valorações para a censura ético-religiosa dos comportamentos objectivos dos portugueses – e não, ao invés, concluiu destes a falsidade daquele. Furtar e pregar, louvar a Deus mas postergar a lei divina - eis o que condena».²¹⁴

O ideal religioso começa por ser o agente que determina o olhar do “Eu”, português, sobre o “Outro” oriental. A consciência da diferença cultural ainda não está presente, pois tudo o que se afastava das premissas morais e culturais que os ocidentais traziam consigo era inferiorizado. Destacamos novamente a referência ao pagode de Tinagógó cujos rituais eram incompreensíveis para o homem europeu:

«A qual festa vimos aqui neste dia celebrar com tantas diferenças de cousas nunca cuidadas, que não me sei determinar por qual delas comece, porque só a imaginação disto, misturada com a cegueira destes miseráveis, em tanto menescabo de honra de Deus, basta para um homem ficar mudo.»²¹⁵

Na descrição que faz das religiões existentes na China, Fernão Mendes Pinto revela de forma bastante clara a sua concepção ideológica em relação aos rituais de culto orientais, como podemos verificar nas seguintes palavras:

«(...) em verdade afirmo que não sei como o diga, porque parece que não há entendimento que possa compreender, quanto mais palavras que possam declarar os nomes de tantas e tão várias cousas quantas Deus quis dar a este povo infiel e inimigo seu, e tão ingrato a todas estas mercês que recebe dele (...).

²¹⁴ António Rosa Mendes, « A *Peregrinação* e a peregrinação de Fernão Mendes Pinto», in: *Maré Liberum*, Junho 1998, nº 15, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 92.

²¹⁵ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. II, pp. 114, 115.

Desta sua cegueira e incredulidade lhes nascem os grandes desatinos e a grande confusão de superstições que têm entre si, em que têm muitos abusos e cerimónias diabólicas, e usam de sacrifícios de sangue humano, os quais oferecem com diversidade de fumos cheirosos e com grandes peitas que dão aos seus sacerdotes por que lhes segurem grandes bens nesta vida (...).

E nisto estão estes miseráveis tão cegos que muitas vezes deixam de comer e prover-se do que lhes é necessário (...).»²¹⁶

Parece-nos relevante focar o facto de em alguns momentos o autor recorrer a analogias com a religião cristã para perceber o mundo religioso do Outro.²¹⁷ Contudo, essa apreensão do mundo do “Outro” vai assentar em premissas erradas, o que dificulta a aproximação e compreensão dessa realidade distinta. De facto, o que Fernão Mendes Pinto começa por fazer é filtrar o mundo do “Outro” sob o olhar ocidental. Neste momento a imagem do “Outro” oriental espelha-se segundo uma série de dissemelhanças, que levam

²¹⁶ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 332.

²¹⁷ A este propósito destacamos as palavras de Matthias Langendorff, sobre : «A imagem das religiões na *Peregrinação*»:

«Deste género de analogia, o texto fornece pelo menos dois exemplos. Um deles prende-se com a assimilação do deus Amida à Virgem Maria. O primeiro passo desta analogia/ aproximação consiste no facto de o narrador tomar conhecimento de uma estátua de uma deusa feminina que representa uma imagem semelhante à da Virgem com o Menino. O narrador desconhece o nome da deusa que viu, mas como também viu o deus Amida, e partiu do princípio que se tratava de uma deusa feminina, diz então que a estátua que viu e que apresenta semelhanças com as representações cristãs da Virgem com o Menino é uma imagem da «Deusa Amida», uma atribuição que não é apenas errada por estabelecer que Amida é feminina, mas também por subentender que, na religião a que pertence a estátua, existiria um culto semelhante ao culto mariano.

Um segundo exemplo tem um carácter mais abstracto e encontra-se num dos capítulos sobre a China. Não se trata, neste caso, da atribuição, de uma analogia pontual, mas de uma aproximação que se prende com a metafísica de um culto.

Verificamos que, na interpretação de cultos chineses, o narrador introduz um conceito de Deus único, identificado com um princípio de justiça. Na realidade, porém, as religiões chinesas não conhecem semelhante noção de Deus. (...) Em termos mais gerais, estes dois exemplos mostram que, em determinadas passagens da *Peregrinação*, um sistema de valores e signos que vigoram na realidade que o narrador conhece como sua são usados para interpretar uma realidade desconhecida, segundo um procedimento que derrama luz sobre a forma como se processa o contacto entre culturas.»

Matthias Langendorff, « A imagem das religiões na *Peregrinação*» in: Maria Alzira Seixo, e Christine Zurbach (org.), *O discurso Literário da Peregrinação, Aproximações*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p.135.

ao confronto. A incapacidade de reconhecer a diferença leva à divisão e à consequente estereotipagem ideológica sobre esse “Outro”. A própria linguagem usada pelo autor denota esse afastamento do *nós*, ocidentais, face ao *eles* orientais, na maneira como estes começam por ser definidos. Há lugar para o preconceito que se revela no recurso a epítetos negativos sobre os orientais como: “cruel”; “inimigo”; “desumano”; “cegos”; “miseráveis”; “povo infiel” e “ingrato”.

O capítulo XXV, cujo excerto foi referido na primeira parte deste trabalho, atesta de forma significativa a incompreensão e intolerância existentes entre ambas as partes. Note-se também o seguinte excerto, onde se pode verificar a hostilidade decorrente da intolerância:

«(...) houve vista de uma grande vela que de mar em fora vinha demandar o porto; e alvoraçados nós para a recebermos com todas as cousas necessárias a nosso ofício e bom propósito, a esperámos assim surtos naquele lugar onde estávamos (...) com nossa bandeira de veniaga, que são mostras e sinais de amizade que entre esta gente se costumam fazer em semelhantes tempos. Os da nau, em vez de nos responderem pelo mesmo modo, como estava em razão, parece que conhecendo que éramos portugueses, a quem não tinham boa vontade, nos mostraram de cima do chapitêu, falando com pouca cortesia o traseiro de um cafre e, sobre isso, com muitos tangeres de trombetas e tambores e sinos, deram uma grande grita e apupada a modo de desprezo e escárnio, como na verdade então faziam de nós, de que António de Faria se mostrou assaz afrontado.»²¹⁸

No excerto transcrito podemos verificar a imagem que os orientais detinham dos portugueses, o que seria determinado pelas concepções, bem como pelas atitudes, estereotipadas, que estes tinham em relação àqueles.

²¹⁸ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 114.

Fernão Mendes Pinto, nessa primeira fase de encontro com o “Outro” partilha da experiência colectiva dos seus companheiros, pois tal como eles não compreende o mundo novo que encontrou. No entanto, ao longo do percurso com António de Faria, é curioso percebermos que Fernão Mendes Pinto observa a falta de princípios axiológicos inerentes aos portugueses no seu relacionamento com os orientais. Desta forma, não deixa de ser relevante constatar o afastamento do eu-narrador em relação aos factos narrados, o que é sintomático da sua tomada de consciência sobre a posição ideológica assumida pelos portugueses contra os orientais. Destacamos os episódios anteriormente referidos neste trabalho, nomeadamente o episódio da noiva, de Calemplui ou do menino chinês, onde se intui uma crítica de Fernão Mendes Pinto sobre as atitudes dos portugueses para com os orientais. O autor parece começar a revelar a noção da importância de um princípio moral maior pelo qual todos os homens se deveriam reger, relegando para um plano inferior os motivos que moviam os portugueses no Oriente, ou seja, a procura da riqueza, pois tal como nos refere João David Pinto-Correia:

«As aventuras, os perigos, os sofrimentos submetem o sujeito individual e colectivo à decepção, ao desengano perante os bens temporais. É neste aspecto que António de Faria se insere como elemento pertinente e mesmo tópico – arquetípico: as tácticas da ambição e da conquista do poder e do dinheiro, que recorrem à violência extrema e à própria profanação, esbarram com o súbdito impedimento (considerado providencial?) de um naufrágio (cap. LXXIX), em que pelo menos na diegese, Faria vai desaparecer para sempre.»²¹⁹

Como já mencionámos em páginas anteriores neste trabalho, António de Faria é apresentado como o paradigma do Mal, sendo que é essencialmente através desta personagem que Fernão Mendes Pinto nos dá a sua visão crítica sobre a actuação dos portugueses no Oriente. Estes, como

²¹⁹ João David Pinto-Correia, *art.*, *cit.*, pp. 183, 184.

vimos, não permitem que se estabeleça uma aproximação entre as duas culturas devido aos seus ideais de cruzada e de espírito de conquista. Neste sentido, os orientais eram olhados sob o jugo do preconceito, não querendo os portugueses ver para além do que os seus conceitos estereotipados sobre o “Outro” lhes permitiam. Não podemos obviamente esquecer que os portugueses de Quinhentos levavam consigo a ideologia imperial, onde o que interessava era subjugar o “Outro” para a concretização dos seus interesses. Na primeira parte da obra observamos isso mesmo, ou seja, todas as acções dos portugueses convergem para a procura de conquistar o “Outro”, usurpando, para isso, o seu espaço e negando o seu valor cultural. Assim sendo, nesta fase os portugueses não empreendem qualquer esforço para interpretar o mundo do “Outro”, apesar de constatarem aspectos evidentes de diferenças culturais, como os hábitos de comer, de cumprimentar ou mesmo os rituais religiosos. Verificamos também que as grandes diferenças culturais, aquelas não imediatamente apreensíveis num primeiro olhar, como os valores morais ou códigos de conduta, inerentes a cada cultura, passam despercebidas nesse contacto inicial, o que obviamente dificulta ainda mais a dinâmica intercultural, visto a herança cultural do oriental ser minimizada e trivializada. Salientamos ainda que pelas descrições que analisámos neste trabalho também nos é dado a perceber que os orientais se sentem ameaçados na sua identidade e segurança pelos ocidentais. A título de exemplo destacamos o facto de várias vezes ao longo da obra os portugueses serem inquiridos sobre a sua identidade pelos povos com os quais se cruzam, o que resulta como uma forma de se estabelecer uma aproximação entre ambos. Salientamos, a este propósito, novamente o excerto do capítulo XLIV, já referido neste trabalho, no qual António de Faria é questionado na ilha de Ainão pelos naturais da terra, os quais lhe pedem que se identifique, ao referir-lhe que: _ Dize-nos tu primeiro quem és ou a que vens, e então te responderemos a tuas perguntas (...).»²²⁰

²²⁰ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p.126.

A pergunta “ quem és” denuncia a necessidade do “Outro” oriental definir a identidade do “Outro” português, com o qual se cruza, e assim, talvez, sentir-se menos ameaçado no seu mundo.

Contudo, o que se observa é que a identidade não é algo de estático, mas sim algo em permanente mutação. A identidade racial, por exemplo, não é estável e permanente pois é socialmente e historicamente construída, tal como podemos inferir dos estereótipos que os portugueses transportavam consigo para o Oriente em relação aos povos que lá encontravam. A este propósito salientamos o seguinte:

«(...) race, ethnicity, and, correspondingly, language are part of the subjective ways in which we and others make sense of who we are, the places from which we speak, our encounters with others, the relationships we establish, and the experiences we have».²²¹

Notamos que no que se refere à definição da sua identidade colectiva, os portugueses, sempre que interpelados, respondiam de forma distinta conforme as suas conveniências, ou conforme se sentiam ou não ameaçados. Destacamos, a título de exemplo, dois momentos distintos onde os portugueses se identificam de diferentes maneiras, de acordo com a situação que estavam a viver. Neste sentido, começamos por referir o episódio passado em Taypor, onde os portugueses andavam a pedir esmola, sendo que o chumbim lhes perguntou que gente eram, “ de que nação”, ao que os portugueses responderam:

«(...) que éramos estrangeiros, naturais do reino de Sião, que por nos perdermos no mar com uma tormenta, andávamos peregrinando e pedindo de porta em porta, para com as esmolas dos bons sustentarmos nossas vidas até chegarmos à cidade do Nanquim, para onde íamos, com tenção

²²¹ Carl E. James, and Adrienne Shadd, *Talking about Identity, Encounters in Race, Ethnicity, and Language, Between the Lines*, Toronto, Canada, 2001, p.3.

de lá nos embarcamos nas lanteias dos mercadores para Cantão, onde estavam os nossos navios; com a qual resposta ele nos mandava soltar, se um dos escrivães lhe não fora à mão, dizendo que o não fizesse, porque éramos vadios e vagabundos (...).²²²

Num outro episódio, quando os portugueses foram questionados na presença do rei tártaro, sobre o seu País, diz - nos Fernão Mendes Pinto que:

«(...) um da nossa companhia, em nome de todos respondeu que a nossa terra se chamava Portugal, cujo rei era muito grande, poderoso e rico, e que dela à cidade do Pequim haveria distância de quase três anos de caminho, de que ele fez um grande espanto, como homem que não tinha esta máquina do mundo por tamanha (...) a que ele tornou : «Que é o que vindes a buscar a essoutra, por que vos aventurais a tamanhos trabalhos?» E declarando-lhe então a razão disto, pelas melhores e melhor enfeitadas palavras que então ocorreram, esteve um pouco suspenso, e bulindo três ou quatro vezes com a cabeça, disse para um homem velho que estava junto dele:

— Conquistar esta gente terra tão alongada da sua pátria dá claramente a entender que deve de haver entre eles muita cobiça e pouca justiça.»²²³

Porém, parece-nos de notar o facto de que a verdadeira natureza dos portugueses em ambos os casos foi descoberta pelo “Outro”. No primeiro excerto vemos os portugueses a serem apelidados de “ vadios e vagabundos”, pois de facto estavam a viver da caridade alheia, enquanto que no segundo excerto transcrito constatamos a crítica que o rei tártaro desfere aos portugueses, nomeadamente à sua cobiça desmesurada.

²²² Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p.238.

²²³ Idem, Vol. I, pp. 358, 359.

Fernão Mendes Pinto, ao relatar-nos estes episódios, mostra-se capaz de compreender a identidade cultural não só dos portugueses, mas também dos orientais. Ao revelar as críticas desses “Outros” em relação aos portugueses, Fernão Mendes Pinto demonstra ter consciência da visão que aqueles tinham sobre estes. Quer os orientais, quer os portugueses eram, como o são ainda hoje, detentores de uma memória identitária, que os definia de acordo com a partilha de um conjunto de traços comuns, como por exemplo a linguagem, costumes, crenças. Contudo, o que constatamos é que a identidade do “Eu”, só se pode definir por oposição a um “Outro”. Por esta forma, na obra assistimos a Fernão Mendes Pinto a descrever as imagens dos vários “Outros”, orientais e portugueses, por comparação e contraste. Neste sentido, verificamos que a identidade seja colectiva ou individual só pode ser descoberta e definida através do contacto com os “Outros”. Destacamos, sobre esta questão o seguinte:

«Uma análise crítica da forma de desenvolvimento tanto dos indivíduos como dos grupos mostra que a respectiva identidade e o que lhe dá visibilidade sob a forma de cultura é um processo de interacções, permanentemente em devir em que a diferença e a alteridade constituem sempre o pólo dialógico de constituição do eu e da sua autenticidade (...).»²²⁴

Ao ter consciência da sua própria identidade o “Eu”, pode reconhecer o espaço do “Outro”, compreendê-lo e aceitá-lo. De facto, e como mencionámos, inicialmente, o encontro com o “Outro” foi feito com base em conflitos assentes na rejeição da sua identidade cultural. Contudo, ao observar essa diferença cultural, Fernão Mendes Pinto, através do olhar do “Outro”, pôde também analisar e definir o grupo cultural a que pertencia. Assim, para além de se ter começado a descobrir a si próprio, Fernão Mendes Pinto, começou a descobrir o “Outro” ser civilizacional com o qual se encontrou, sem o tentar reduzir à sua imagem.

²²⁴ João Maria André, *Diálogo Intercultural, Utopia e Mestiçagens em Tempos de Globalização*, colecção Ethos, nº 3, Coimbra, Ariadne editora, 2005, p.111.

Destacamos então um segundo momento na obra, ao qual designaremos por momento da descoberta, a qual o “Eu” fez em relação ao “Outro”, começando-o a respeitar na sua diferença. Este momento corresponde, a nosso ver, à chegada dos portugueses ao Extremo Oriente, concretamente à China, onde vão ser confrontados com uma civilização muito bem organizada, em todos os domínios, social, político, económico, o que constitui desde logo motivo para o deslumbramento do homem ocidental. Sublinhamos a este propósito as seguintes palavras de Rebecca Catz:

«A China de Fernão Mendes Pinto é uma terra de leite e mel, governada por um rei justo, que obedece aos mandamentos de Deus e que tem consciência de que a felicidade humana só pode ser conseguida por intervenção da benevolência divina.» ²²⁵

Em presença de uma sociedade em muitos aspectos superior à Ocidental, Fernão Mendes Pinto, como nos refere João David Pinto-Correia:

«(...) parece antever, na quase utopia da organização arquitectónica, social e jurídica das sociedades orientais, como a chinesa, um novo fôlego para a esperança na descoberta positiva do Homem.» ²²⁶

O “Outro” vai surgir definido sob uma outra perspectiva, começando por se revelar aberto ao diálogo. Destaquem-se os episódios relativos ao Japão onde tal situação nos é documentada de uma forma bastante evidente, verificando-se assim uma aproximação entre o Oriente e o Ocidente. Assistimos, de facto, a uma aceitação da diferença cultural, deixando de haver, por parte do autor, uma estratégia defensiva em relação ao “Outro” oriental. Veja-se a título de exemplo a descrição que é feita sobre o império

²²⁵ Rebecca Catz, *Fernão Mendes Pinto, Sátira e anti - cruzada na Peregrinação*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1ª ed., 1981, p.65.

²²⁶ João David Pinto- Correia, *art.*, *cit.*, p. 184.

chinês, o qual se apresenta como um modelo de organização que os ocidentais deveriam seguir:

«Destas grandezas que se acham em cidades particulares deste império da China, se pode bem coligir qual será a grandeza dele todo junto, mas para que ela fique ainda mais clara, não deixarei de dizer (se o meu testemunho é digno de fé) que nos vinte e um anos que duraram os meus infortúnios, em que por acidentes de trabalhos que me sucediam, atravessei muita parte da Ásia, como nesta minha peregrinação se pode ver, em algumas partes vi grandíssimas abundâncias de diversíssimos mantimentos que não há nesta nossa Europa, mas em verdade afirmo que não digo eu o que não há em cada uma delas, mas nem o que há em todas vem a comparação com o que há disto na China somente. E a este modo são todas as mais cousas de que a natureza a dotou, assim na salubridade e temperamento dos ares, como na polícia, na riqueza, no estado, nos aparatos, e nas grandezas das suas cousas; e para dar lustro a tudo isto há também nela uma tamanha observância da justiça, e um governo tão igual e tão excelente, que a todas as outras terras pode fazer inveja, e a terra a que faltar esta parte, todas as outras que tiver, por mais alevantadas e grandiosas que sejam, ficam escuras e sem lustro.»²²⁷

Há efectivamente, por parte de Fernão Mendes Pinto, uma capacidade de encontrar aspectos positivos na cultura do “Outro”, respeitando-o, apesar de em alguns casos não concordar com essas diferenças, por não as perceber. Este facto é visível no que se refere à religião, em que o autor desvenda que os seus valores religiosos permanecem. Note-se, no seguimento da transcrição anterior, as seguintes palavras sobre as práticas religiosas orientais :

²²⁷ Fernão Mendes Pinto, *op.*, *cít.*, Vol. I, p. 286.

«E quando alguma vez me ponho a cuidar no muito que vi disto nas partes da China, por uma parte que me causa grandíssimo espanto ver com quanta liberalidade Nosso Senhor partiu com esta gente dos bens da terra e por outra me causa grandíssima dor e sentimento ver quão ingrata ela é a tamanhas mercês, pois há entre ela tantos e tamanhos pecados com que continuamente o ofende, assim os das suas bestiais e diabólicas idolatrias, como também o da torpeza do pecado nefando, porque este não somente se permite entre eles publicamente, mas, por doutrina dos seus sacerdotes, o têm por virtude muito grande. E das particularidades que há nisto se me perdoe não falar aqui mais largamente, porque nem o entendimento cristão o sofre, nem a razão consente que se gaste tempo e palavras em cousas tão torpes, tão brutas e tão abomináveis.»²²⁸

Sobre esta questão salientamos novamente as palavras de João David Pinto-Correia que nos refere que:

« (...) o que poderia parecer perfeito do plano do cenário e na descoberta dos Outros encontrava como obstáculo crenças e costumes que ao «eu» muito repugnavam (por exemplo, lembremo-nos de que os perfis bastante positivos do Rei dos Bramas e seus súbditos são anulados perante a constatação de que praticavam o «nefando crime.»)»²²⁹

Os aspectos religiosos seriam os mais difíceis de compreender, pois o culto religioso oriental era incompreensível aos olhos do europeu quinhentista. No entanto, Fernão Mendes Pinto ao encontrar aspectos de valor na cultura do “Outro”, como a já referida organização política e social, revela uma abertura a essa mesma cultura. Relativamente a esta questão destacamos as palavras que se seguem, que julgamos ser ilustrativas do

²²⁸ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p. 286.

²²⁹ João David Pinto-Correia, *art. cit.*, p. 184.

processo também sofrido por Fernão Mendes Pinto na sua descoberta do Outro: «Although you may encounter behaviour and values that you find personally offensive, you are still able to have a personal opinion about the differences that is not an ethnocentric evaluation.»²³⁰

Neste sentido, observamos que o etnocentrismo, que esteve na base das primeiras impressões dos portugueses em relação aos orientais, dá lugar a um outro estado de desenvolvimento que se caracteriza por uma capacidade de começar a comunicar com o “Outro”. No que diz respeito a Fernão Mendes Pinto constatamos que ele parece ter conseguido ultrapassar os preconceitos iniciais que trazia consigo, e dessa maneira olhar para o mundo do “Outro” de uma forma mais descomplexada. As barreiras culturais que impediam a aproximação das duas realidades, oriental e ocidental, foram ultrapassadas dando lugar a uma capacidade não só de compreender o “Outro”, bem como de ser por ele compreendido. Aqui surge a verdadeira questão do multiculturalismo na *Peregrinação*, pois o seu cerne está relacionado com a capacidade de se aceitar a diferença cultural. Dessa aceitação até se atingir um processo de integração a distancia é muito curta, sendo que neste passo o “Eu” é capaz de reconciliar as diferenças culturais. Destacamos, a título de exemplo, a alusão na obra à figura de Jorge Mendes que optou por ficar com o rei tártaro do que seguir com os seus companheiros:

«E pondo então os olhos em Jorge Mendes, que estava diante de todos nós, junto com o Mitaquer, lhe disse:

_ E tu em que estás? Queres ir ou ficar?

A que ele respondeu, como homem que já de mais longe tinha feito o concerto:

_ Eu, senhor, como não sou casado nem tenho filhos que me chorem, quero antes servir vossa alteza (pois disso tem gosto) que ser mil anos chaém do Pequim.»²³¹

²³⁰ Alan Cornes, *Culture from the inside out- Travel - and meet yourself*, Yarmouth, Intercultural Press, 2004, p.171.

²³¹ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. I, p.367.

A descoberta do “Outro” permitiu a Fernão Mendes Pinto descobrir-se a si mesmo. A partir do espelho do “Outro” o autor pôde ver a sua própria imagem, na sua essência. Desta maneira, o autor apresenta-se capaz avaliar como um “outsider” a sua cultura, tal como verificámos nos excertos relativos à caracterização dos portugueses, onde a conduta destes é amplamente criticada. O olhar assume na obra uma importância determinante na descoberta do “Outro”, pois tal como nos refere Maria Leonor Carvalhão Buescu: «Efectivamente é pelo olhar que conhecemos o Outro e é pelo olhar também que o Outro nos conhece.»²³².

Ao confrontar-se com uma multiplicidade de vários “Outros”, inseridos em distintos sistemas culturais: hindus, mulçulmanos, tártaros, chineses, japoneses, Fernão Mendes Pinto construiu diversas imagens desses “Outros” que lhe permitiram, através de um processo de analogias e dissemelhanças com a sua própria cultura, descobrir e respeitar esse “Outro” na sua diversidade. De facto, Fernão Mendes Pinto descobriu que: «os Europeus serão, em muitos casos, os *menos* civilizados; os *mais* bárbaros, os *mais* pobres (...).»²³³

Desta forma, a imagem de superioridade ocidental que o autor apresenta nos primeiros capítulos da obra começa a diluir-se para dar lugar à valorização do “Outro”. Fernão Mendes Pinto ao respeitar a diferença antropológica conquistou espaço não só para o diálogo intercultural, como também para uma nova perspectiva sobre o mundo do “Outro”.

Neste sentido, sublinhamos a existência de um terceiro momento no qual observamos uma aceitação, sem preconceitos, do “Outro” nas suas diferenças, assumindo-o como um igual. Nesta fase somos apresentados a um Fernão Mendes Pinto muito mais tolerante, revelando-se este como alguém que atingiu um estado superior ao desvincular-se de ideais e premissas estereotipadas em relação ao ser humano.

²³² Maria Leonor Carvalhão Buescu, «O exotismo ou a «estética do diverso na Literatura Portuguesa», in: *Literatura de Viagem, Narrativa, história, mito*, (org.), Ana Margarida Falcão, Maria Teresa Nascimento, Maria Luísa Leal, Edições Cosmos, Lisboa, 1997, p.572.

²³³ Idem, *ibidem*.

Relativamente a este momento temos que ter em atenção a importância determinante que terá assumido a convivência do autor com São Francisco Xavier. Este é apresentado na obra como um criador de consensos entre os homens, como alguém que através da sua fé conseguia mobilizar os outros na concretização de um objectivo maior. E embora as passagens na obra onde São Francisco Xavier se cruza com Fernão Mendes Pinto sejam reduzidas, o que é notório é que deixam transparecer a relevância que o referido padre teve para o autor. De facto, nas suas cartas o autor refere-se de forma explícita à amizade que o unia ao padre, como podemos ver:

«(...) o irmão João Bravo, que de Malaca mui bem me conhecia, se veio a mim sabendo quão amigo eu era do padre mestre Francisco, e me levou arriba às varandas e chamando os irmãos lhes dizia a muita amizade que eu sempre tive com o padre Mestre Francisco. »²³⁴

Através das palavras de elogio que o autor dirige ao padre subentende-se o respeito e admiração que aquele nutria por este. Na sua conduta e na sua relação com os homens, São Francisco Xavier revela-se um homem sábio que tentava apelar para o que cada um tinha de melhor em si. Note-se neste contexto o episódio relativo ao desaparecimento do bote de marinheiros no mar, no qual o padre apelou sempre para a esperança na fé dos homens:

«E sendo passado mais de meia hora de dia, o padre que então estava recolhido na câmara do capitão se veio ao chapitêu onde estavam o mestre e o piloto com mais outros seis ou sete portugueses, e depois de dar a todos os bons-dias com o semblante alegre e quieto, perguntou se aparecia o batel, e lhe foi respondido que não; e rogando ao mestre que quisesse mandar um marinheiro à gávea para que visse se aparecia de lá de cima, um dos que ali estavam lhe disse que apareceria

²³⁴ Rebecca Catz, *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos*, Editorial Presença, Lisboa, 1983, p.40.

quando perdesse outro, a que o padre, pesando-lhe do que lhe ouvira, respondeu:

_ Ó irmão Pêro Velho (que assim se chamava ele), muito pequena é essa fé que tendes! E como? Haveis vós porventura que pode ser alguma cousa impossível a Deus Nosso Senhor? Pois eu confio nele e na sacratíssima Virgem Sua Mãe, a quem por ele tenho prometido três missas na sua bendita casa do Outeiro, em Malaca, que há-de permitir que aquelas almas que vão nele se não percam_ de que o Pêro Velho ficou corrido e não falou mais palavra nenhuma.²³⁵

A determinação do Padre vai servir como exemplo a seguir, pois os marinheiros não desistiram de procurar o bote, o qual quando apareceu fez com que:

«Todos arremeteram então ao padre para se lhe lançarem aos pés, porém ele o não consentiu, e se recolheu para a câmara do capitão e se fechou por dentro para que ninguém lhe falasse.»²³⁶

O convívio com São Francisco Xavier possibilitou a Fernão Mendes Pinto começar a acreditar no diálogo entre os Homens como forma de se ultrapassarem as barreiras culturais.

Parece-nos que com a chegada ao Japão, onde os portugueses foram recebidos de forma calorosa pelos japoneses, torna-se claro a possibilidade de diálogo intercultural. O rei do Bungo ao receber Fernão Mendes Pinto profere as seguintes palavras: «A tua chegada a esta terra de que eu sou senhor seja ante mim tão agradável como a chuva do céu no meio do campo dos nossos arroztes:»²³⁷ Na senda deste discurso o mesmo rei refere ainda que: «(...) vamos adiante com as nossas perguntas, e ninguém fale nada, porque eu só quero ser o que lhe pergunte; que vos afirmo que tenho gosto

²³⁵ Fernão Mendes Pinto, *op.*, *cit.*, Vol. II, p. 320.

²³⁶ Idem, Vol. II, p. 322.

²³⁷ Idem, Vol. II, p.36.

de falar com ele (...).»²³⁸ O mesmo sucede com o episódio relativo à chegada dos portugueses a Tanixumá, onde o Nautoquim da ilha, o qual mostrou “ ser homem curioso e inclinado a cousas novas”,²³⁹ lhes pede que:

«- Amanhã me ide ver a minha casa, e me levai um grande presente de novas desse grande mundo por onde andastes e das terras que tendes visto, e o como se chamam porque vos afirmo que essa só mercadoria comprarei mais a meu gosto que todas as outras.»²⁴⁰

O interesse dos japoneses pelos portugueses marca na obra o início do intercâmbio cultural entre orientais e ocidentais, o que permitiu a possibilidade de comunicação a ambas as partes com uma forma de cultura diferente da sua.

A propósito desta questão destacamos as seguintes palavras sobre a perspectiva que nos é dada por Fernão Mendes Pinto:

«Por isso também a obra em que transmitiu essa visão, sem ser história, adquiriu, para além do seu valor literário, um tão profundo e duradouro significado como documento real de uma época e de uma mentalidade, perspectivado como um generoso encontro de culturas diversas, através do qual o mundo se foi tornando cada vez mais pequeno e os homens se foram habituando progressivamente a encarar os seus semelhantes com o olhar fraterno de quem sabe compreender o diferente, para melhor poder tomar o que lhe falta e dar o que tem de bom e até, infelizmente, de mau.»²⁴¹

Fernão Mendes Pinto, permite-nos assim vislumbrar o que foi o encontro de culturas distintas, e de que forma o conhecimento das diferenças,

²³⁸ Idem, Vol. II, p.37.

²³⁹ Idem, Vol. II, p. 29.

²⁴⁰ Fernão Mendes Pinto, *op. cit.*, Vol. II, p. 29.

²⁴¹ Aníbal Pinto de Castro, *De Montemor-o-Velho Às Ilhas do Japão*, Coimbra, 1993, p.32.

bem como a troca de informação, começou a ser encarado como algo positivo com vista a uma melhor compreensão do ser humano e consequentemente do mundo.

CONCLUSÃO

Após a análise que efectuámos neste trabalho somos levados a concluir que Fernão Mendes Pinto durante os seus vinte e um anos por terras orientais teve a oportunidade de viver uma experiência que lhe deu a possibilidade de, ao contactar com outros povos e civilizações, adquirir conhecimento sobre a essência do ser humano, nas suas vertentes de Bem e de Mal. É neste sentido que consideramos ser a *Peregrinação* uma obra de arte, pois somos levados a viajar não só por determinados espaços geográficos, mas também pelo interior da sua alma, reflectindo sobre a condição humana e o sentido da vida. No texto, tal como se de uma pintura se tratasse, somos confrontados com um painel imenso de povos e costumes, onde as suas vozes, no meio de tanto colorido e desespero, por vezes, se fazem ouvir através das palavras do seu autor. Pudemos ver que na obra a condição humana é exposta no seu limite, onde a resistência para continuar em frente, segundo o autor, se deve a uma força superior, um Deus que tal como castiga os pecados também os redime. É, na nossa opinião, essa luta com as limitações humanas que levou Fernão Mendes Pinto a dar o seu contributo para a humanidade, ao expor aos olhos de todos nós com a sua simplicidade os seus “trabalhos e infortúnios”.²⁴² Fernão Mendes Pinto, ao longo da sua tão extensa *Peregrinação*, revela-se um homem capaz de aceitar o seu destino com resignação, pois o seu sonho oriental, quando ainda por terras lusas, tornou-se, afinal, mais penoso do que julgara ser. Assim, a sua deambulação pelo Oriente, se inicialmente era uma procura pelo ouro fácil, depressa se transformou num peregrinar à procura da sobrevivência. Tal facto, evidencia-se claramente ao longo dos duzentos e vinte e seis capítulos da obra, através dos quais o leitor tem a possibilidade de assistir à metamorfose de um homem. Este, quando confrontado com uma realidade cruel e difícil vai desvelando os seus medos e anseios até concluir que o bem mais precioso do ser humano não é o pecúlio mas sim a vida humana.

²⁴² Fernão Mendes Pinto, *op.*, *cít.*, Vol. I, p.19.

O encontro com outras culturas, ou seja, o encontro com o “Outro”, permitiu a Fernão Mendes Pinto encontrar-se a si próprio enquanto ser humano. Desta maneira, ao falarmos de multiculturalismo, referimo-nos à articulação das várias diferenças existentes entre os homens, respeitando-se a especificidade cultural de cada um. A celebração da diferença pode ser feita com base na afirmação da identidade do “Eu” e do “Outro”, convergindo-se, no entanto, para o respeito mútuo. A abordagem à diversidade multicultural pressupõe que se tenha que ter presente que o que está em causa é a questão da diferença e da sua aceitação ou não. As conquistas ultramarinas, se por um lado contribuíram para o confronto com outras crenças e culturas, por outro lado permitiram também o florescimento de um novo espírito de abertura ao mundo e, por conseguinte, ao “Outro”. A expansão da fé, apesar de toda a intolerância e dogmatismo a ela associada, permitiu que gradualmente germinasse o respeito pela diferença; tome-se como exemplo a acção de S. Francisco Xavier no Japão, que tanto influenciou Fernão Mendes Pinto. As descobertas tiveram então como corolário o seguinte: «emigrámos, recebemos emigrantes, dominámos e deixámo-nos dominar.»²⁴³

A partir da análise da *Peregrinação*, como obra onde se cruzam diversas identidades, pudemos observar que a identidade, seja pessoal ou colectiva, não é algo de transparente que possa ser definido de forma objectiva. De facto, ao observarmos o percurso pessoal de Fernão Mendes Pinto somos levados a concluir que a identidade é um processo em constante mutação, para o qual contribui a interacção com o “Outro”.

Como vimos, através da análise que fizemos às várias imagens dos “Outros” com os quais Fernão Mendes Pinto se cruzou, o autor soube, a partir de determinado momento do seu percurso entender esse “Outro” na sua diferença, ou pelo menos começar a respeitá-lo. Pudemos, assim, a partir das diversas imagens que nos são dadas do “Outro” reflectir sobre o percurso individual do autor, bem como sobre a descoberta interior da sua identidade e a sua consequente transformação ideológica. A interacção com os vários

²⁴³ João Maria André, *op.*, *cít.*, p. 19.

“Outros” presentes na obra contribuiu para a sua apologia à importância de se respeitarem as outras culturas, revelando desta forma uma abertura de horizontes no que ao diálogo intercultural diz respeito.

Como vimos, na primeira parte da obra assistimos a um confronto étnico e religioso, onde domina a hostilidade entre portugueses e orientais, não havendo lugar para a comunicação interpessoal. Na sua relação com o “Outro”, os portugueses começam por se revelar portadores de um conjunto de preconceitos assentes em valores que vão determinar os seus comportamentos. Esses valores ao serem transportados para uma sociedade diferente, onde não são sentidos da mesma maneira, vão permitir que se estabeleça o confronto, o que vai fazer com que a integração seja quase impossível, tal como o foi numa primeira fase para Fernão Mendes Pinto. Este certamente foi muitas vezes condicionado pelos preconceitos que trazia, e não era só o contexto ou a interacção que implicavam na forma como o “Outro” era visto e percepcionado; havia que ter também em conta os preceitos morais e ideológicos que o português trazia consigo do Ocidente. Fernão Mendes Pinto vinha de um Portugal em fase de expansão ultramarina onde os ideais imperialistas dominavam, não podendo, por isso, pelo menos num primeiro contacto com uma nova cultura, desvincular-se de um sistema histórico e político que apelava para uma inferiorização do “Outro”. Relativamente a este aspecto temos que referir que o comportamento dos portugueses em relação aos orientais era determinado pelo seu *background* cultural, não manifestando assim qualquer consciência do seu preconceito racial.

No entanto, é curioso vermos que em determinados momentos os orientais também revelam preconceito em relação ao mundo ocidental. Destaque-se o hábito dos portugueses comerem com as mãos, o que é motivo de ironia por parte dos orientais, já referido neste trabalho.

Parece-nos que quando se fala em interacção cultural há que ter em atenção um factor determinante para que esta seja bem sucedida e que é começar por reconhecer e respeitar as diferenças culturais. Esse reconhecimento é mais acentuado quando há um confronto onde os valores

do “Eu” entram em conflito com os valores do “Outro”, sendo que para ultrapassar essa barreira tem que se dar lugar ao respeito mútuo. Na *Peregrinação* começamos por observar um Fernão Mendes Pinto, bem como os portugueses com quem viajava, incapazes de reconhecerem as diferenças culturais do “Outro”, o que está bem patente na visão estereotipada que começam por revelar em relação às novas formas de expressão cultural com as quais se defrontam.

Salientamos a este propósito a descrição que é feita dos pagodes, de Pocasser e Tinagógó, onde todos os rituais perpetuados pelos orientais constituem motivo de incompreensão e até, em alguns momentos, de repulsa, tal como vimos, o que nos permite ressaltar as palavras de António José Saraiva ao referir que:

«Fernão Mendes Pinto não manifesta apenas um interesse objectivo pelo mundo oriental. Pelo contrário, tem sempre presente o seu país de origem e estabelece a cada passo paralelos e contrastes mais ou menos velados entre as duas civilizações.»²⁴⁴

Contudo, ao longo do seu percurso vamos assistindo a mudanças, onde Fernão Mendes Pinto adopta um olhar fotográfico através do qual capta com vívida atenção e interesse a nova realidade que o rodeia. De facto, a partir dos contrastes encontrados entre o Oriente e o Ocidente, Fernão Mendes Pinto vai construindo uma imagem positiva dos Orientais, sendo que destacamos novamente a este propósito as palavras do já citado António José Saraiva:

«Fernão Mendes Pinto vê nos Orientais gente ao seu nível, considera-os superiores aos Europeus, aprende com eles e engasta como jóias no seu livro algumas das suas sentenças e primores de fantasia. O falado exotismo de Fernão Mendes

²⁴⁴ António José Saraiva, *Obras de António José Saraiva*, Fernão Mendes Pinto, Publicações Europa-América, Lisboa, 1ª ed. 1958, p. 30.

Pinto (...) não denuncia o sentimento das distâncias e dos contrastes, mas antes o da aproximação, e, no fundo, não a ideia das diferenças da humanidade, mas a da sua unidade profunda.»²⁴⁵

É através da comparação com a diferença na interacção com o “Outro” que o “Eu” se vai definir na sua autenticidade. A partir da redefinição da sua identidade o “Eu” vai poder reconhecer e legitimar o espaço cultural do Outro. É evidente que na *Peregrinação* assistimos ao chamado *efeito de espelho*, pois o olhar do “Outro” sobre o “Eu” vai permitir a este também uma nova consciência do seu lugar. Note-se que o momento em que os portugueses mais sentem que o “Outro” também tem uma imagem estereotipada sobre eles é no Bungo onde assistem a uma farsa caricatural sobre si mesmos. É através destes episódios que constatamos que a dialéctica da alteridade assume um especial papel na obra, mormente no que diz respeito à descoberta do “Eu” na sua relação com o “Outro” distinto culturalmente. Sublinhamos as palavras de Maria Leonor Carvalhão Buescu ao referir que:

«Parece que, efectivamente, ao confrontar-se com o Outro que subitamente se diversifica em múltiplos Outros, o homem europeu e Fernão Mendes Pinto, tomado como seu arquétipo no espaço discursivo da *Peregrinação*, se enquadra numa dupla visão e tenta, através dos mecanismos proporcionados pela analogia, metamorfosear a analogia em identidade. Essa operação analógica parte do estabelecimento prévio ou apriorístico de séries de correlações, formando um aparelho conceptual que permite o reconhecimento. A diferença é então sentida não como uma anomalia ou desordem mas, pelo contrário como garantia da ordem na diversidade.»²⁴⁶

²⁴⁵ António José Saraiva, *op. cit.*, p.41.

²⁴⁶ Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Ensaio de Literatura Portuguesa*, Editorial Presença Lda, 1ª ed. Lisboa, 1985, p. 46.

Destaque-se ainda que Fernão Mendes Pinto no Oriente vai descobrir um mundo novo onde muitos dos preconceitos que trazia consigo do Ocidente vão ser postos em causa. Sublinhe-se o papel que na sociedade oriental é dado às mulheres, pois como vimos na obra as mulheres surgem como as mensageiras, as guardiãs, as guias. Fernão Mendes Pinto parece aceitar com uma grande abertura de espírito esse relevo que é dado à condição feminina oriental, em contraste com a concepção estereotipada que os ocidentais tinham das mulheres. A este propósito lembramos também o papel dos mais velhos, os quais aparecem na obra com uma função de relevo na sociedade, pois são apresentados como a voz da prudência, sendo integralmente respeitados na sua função.

Desta feita, gradualmente, o “Outro” vai-se insurgir como merecedor do respeito dos portugueses, pois estes reconhecem que em muitos aspectos o Oriente poderia servir de modelo ao Ocidente. Neste sentido, podemos inferir que na *Peregrinação* há todo um mundo de descoberta não só exterior mas também interior. A viagem da procura de bens materiais transformou-se num descobrir de novos mundos individuais, e por conseguinte numa abertura à descoberta do Homem. Destacamos as palavras de Rebecca Catz, que nos parecem bastante ilustrativas do processo sofrido pelo autor na sua descoberta da cultura asiática:

«Foi nesses largos anos na Ásia que, mercê de um estreito contacto com os espírito de tolerância característico das religiões asiáticas, nele teriam adquirido maturidade as suas próprias ideias e atitudes.»²⁴⁷

Fernão Mendes Pinto revela assim um esforço para contrariar uma atitude etnocêntrica, baseada numa concepção de superioridade ocidental sobre o Outro oriental. Desta forma renasce-se para uma nova visão sobre o mundo, esta baseada numa antropologia positiva em relação ao ser humano. As próprias diferenças religiosas tão marcadamente presentes nos primeiros

²⁴⁷ Rebecca Catz, *A sátira social de Fernão Mendes Pinto*, Ed. Prelo, Lisboa, 1978, p.55.

encontros dos portugueses com os “Outros”, vão-se diluir face a uma descoberta de valor maior, ou seja, a descoberta do eu conseguida através de uma dialéctica assente na relação “Eu”/ “Outro”. Este último assume-se determinante em toda a tessitura da obra, pois é através dele que o olhar do “Eu” se enriquece face ao que o rodeia. Destacamos, neste sentido, as palavras de João David Pinto-Correia:

«Vemos assim que a cultura europeia e portuguesa do século XVI penetra o texto da *Peregrinação*, mas sempre enriquecida pelo confronto com o Outro. Nele encontramos bem profundas as marcas da ideologia religiosa e de classe do Autor, mas sempre com a capacidade do homem agora a abrir-se ao mundo até então desconhecido.»²⁴⁸

A identidade de cada um deve ser respeitada na sua essência, contribuindo a alteridade para transformar os juízos de valor do “Eu”, sobre o “Outro”, reconhecendo-se o seu valor e respeitando o seu espaço. No Japão assistimos a uma troca efectiva de conhecimento, as armas, sendo que é nos episódios relativos ao referido país que assistimos a uma verdadeira interacção cultural entre o Oriente e o Ocidente, como pudemos constatar.

Os orientais surgem muitas vezes a criticar a conduta dos portugueses evidenciando dessa forma uma superioridade ética, política e religiosa. Tal facto é revelador do respeito que efectivamente Fernão Mendes Pinto começou a sentir em relação ao “Outro”, demonstrando dessa forma que se sabe colocar na sua perspectiva.

A *Peregrinação*, a nosso ver, para além de ser uma obra sobre as aventuras de um português no Oriente, contém em si uma mensagem mais profunda através da qual se faz a apologia para a tolerância e o respeito pela diferença. É um texto que neste sentido contém uma mensagem universal e intemporal ao fazer ressaltar a importância de um valor maior, ou seja, a fraternidade entre os Homens.

²⁴⁸ João David Pinto Correia, *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, Edições Duarte Reis, Lisboa, 2002, p. 86.

Bibliografia

Albuquerque, Maria de Fátima Mamede, «Peregrinação de Fernão Mendes Pinto -Descobrimientos e Intertextualidades» in: *Revista de Letras da Universidade de Aveiro*, nº 15, 1998.

André, João Maria, *Diálogo Intercultural, Utopia e Mestiçagens em Tempos de Globalização*, Coimbra, Ariadne-Editora, 2005.

Barreto, Luís Filipe Barreto, *Descobrimientos e Renascimento, Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, Edição sob as auspícios do comissariado para a XVII Exposição Europeia de arte, ciência e cultura, Lisboa, 1983.

Barthes, Roland, *Mythologies*, Paris, Éditions du Seuil, 1957.

Boxer, C. R., *O Império Colonial Português*, Lisboa, edições 70, 1977.

Boxer, C. R., *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1828*, Porto, Afrontamento, 1977.

Buescu, Maria Leonor Carvalhão, *Ensaio de Literatura Portuguesa*, 1ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1986.

Castro, Aníbal Pinto, *De Montemor-o-Velho às Ilhas do Japão*, Coimbra, 1993.

Catz, Rebecca, *A Sátira Social de Fernão Mendes Pinto*, Lisboa, Prelo Editora, 1978.

Catz, Rebecca, *Cartas de Fernão Mendes Pinto e Outros Documentos*, Lisboa, Editorial Presença/Biblioteca Nacional, 1983.

Catz, Rebecca, *Fernão Mendes Pinto-Sátira e anti-cruzada na Peregrinação*, 1ª edição, Lisboa, Biblioteca Breve, 1981.

Cidade, Hernâni, *Luís de Camões O Lírico*, Lisboa, 3ª ed., Editorial Presença, 1992.

Collier, Mary Jane, *Constituting Cultural Difference Through Discourse*, International and Intercultural Communication Annual Volume XXIII, 2000.

Cornes, Alan, *Culture from the Inside Out-Travel and Meet Yourself*, Yarmouth, Intercultural Press, 2004.

Correia, João David Pinto, *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, 1ª edição, Lisboa, Edições Duarte Reis, 2002.

Correia, João David Pinto Correia, *Autobiografia e Aventura na Literatura de Viagens: A «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto*, Lisboa, Seara Nova Editorial Comunicação, 1979.

Cortesão, Jaime, *Influência dos Descobrimentos na História da Civilização*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

Falcão, Ana Margarida, Nascimento, Maria Teresa e Leal, Maria Luísa (org.), *Literatura de Viagem, Narrativa, História, Mito*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.

Figueira, Isabel, *Peregrinação: «Um Romance Dialógico na Literatura Portuguesa de Viagens?»*, in: *Mare Liberum*, Lisboa, Dezembro, nº 6, 1993.

Flores, Alexandre Magno; Gomes, Reinaldo V; Sousa, R.H. Pereira, *Fernão Mendes Pinto: subsídios para a sua Bio-Bibliografia*, Ed. Câmara Municipal de Almada, 1ª edição, Julho, 1983.

Garcia, José Manuel, in: *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, (ed. fac- símile da edição de 1614), Maia, Castoliva, 1995.

James, Carl E., *Talking about identity*, Toronto, ed. Between the lines, 2001.

Jandt, Fred Edmund, *An introduction to intercultural communication, identities in a global community*, 4ªed., Thousand Oaks, Sage, 2003.

Janeira, Armando Martins, *O Impacto Português sobre a civilização Japonesa*, 2ª edição, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1988.

Johnson, Ricahard, (et. al.) *The Practice of Cultural Studies*, London, Sage, 2004.

Laborinho, Ana Paula, Seixo, Maria Alzira e Meira, Maria José (org.), *A Vertigem do Oriente, Modalidades Discursivas no Encontro de Culturas*, Lisboa- Macau, Instituto Português do Oriente, Edições Cosmos, 1999.

Mendes, Rosa António, *A Peregrinação e a peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, in: *Mare Liberum*, Lisboa, Junho, nº 15, 1998

Moraes, Wenceslau de, *Fernão Mendes Pinto no Japão*, 3ª edição, Lisboa, Veja, 1993.

Novo Aurélio, *O Dicionário da Língua Portuguesa, século XXI*, dirig. por Aurélio Buarque de Holanda 3ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1999.

Picchio, Luciana Stegagno, *Mar Aberto, Viagens dos Portugueses*, Lisboa Caminho, 1999.

Pimpão, Álvaro Júlio da Costa, *Os Lusíadas, de Luís de Camões*, 2ª ed. Lisboa, Ministério da Educação, 1989.

Pinto, Fernão Mendes, *Peregrinação*, vol.I,e II, 3ª ed. Lisboa, Publicações Europa- América.

Ribeiro, Aquilino, *Aventuras extraordinárias de um Português no Oriente*, 8ª ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1976.

Saraiva, António José, *Fernão Mendes Pinto*, 1ª ed. Publicações Europa-América, Lda., 1958.

Saraiva, António José, e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 17ª ed., Porto, Porto Editora, 1996.

Saraiva, António José, *Para a História da Cultura em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Gradiva, 1996.

Seixo, Maria-Alzira e Christine Zurbach (org.), *O Discurso Literário da Peregrinação* Aproximações, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

Seixo, Maria-Alzira, John Noyes, Graça Abreu e Isabel Moutinho, *The Paths of Multiculturalism: Travel Writings and Postcolonialism*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

Simões, J. Gaspar, «A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto», in: *História do Romance Português*, Lisboa, Estúdios Cor, 1967-1969.